

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Lucas Silva das Chagas

**A ORGANIZAÇÃO URBANA DA ECONOMIA POPULAR: analisando a dinâmica
espacial das práticas de comerciantes senegaleses**

**Porto Alegre
2021**

Lucas Silva das Chagas

**A ORGANIZAÇÃO URBANA DA ECONOMIA POPULAR: analisando a dinâmica
espacial das práticas de comerciantes senegaleses**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel da Silva Lacerda

**Porto Alegre
2021**

Ficha Catalográfica

LUCAS SILVA DAS CHAGAS

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Administração,
como requisito parcial para obtenção
do título de mestre em Administração.**

Data da aprovação: ____/____/____, Porto Alegre – RS.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Daniel da Silva Lacerda – PPGA/UFRGS
(Orientador)

Prof. Dr. Fábio Bittencourt Meira – PPGA/UFRGS

Prof. Dr. Davide Carbonai – PPGA/UFRGS

Prof. Dr. Wescley Silva Xavier – PPGAdm/UFV

AGRADECIMENTOS

Deixo registrado os meus sinceros agradecimentos:

Ao meu pai, Renê, à minha mãe, Eva, e aos meus irmãos, Tiane, Zica e Digo por todo apoio e pelo incentivo ao longo desses 7 anos que passei longe de vocês.

À assistência estudantil da FURG por proporcionar todas as condições para eu concluir minha graduação. Sem isso, eu não teria concluído um curso superior e não teria realizado este curso de mestrado.

Ao Professor Márcio Bauer por ter me acolhido como orientando de iniciação científica durante quase toda a graduação e por todos os ensinamentos ao longo desses anos.

Ao Professor Mico por me fazer acreditar no meu potencial e me incentivar a seguir na carreira acadêmica.

Ao meu orientador, Daniel Lacerda, pela acolhida, pela disponibilidade e pela autonomia que me concedeu na condução deste trabalho.

Aos imigrantes senegaleses com quem conversei ao longo dessa jornada, obrigado pela disponibilidade e por compartilharem comigo suas histórias.

À Sabrina por todo companheirismo e apoio neste momento tão difícil.

Aos demais pesquisadores com quem conversei ao longo dessa jornada, que me indicaram novos caminhos e outras possibilidades para condução deste estudo.

Aos Professores Rene Seifert e André Baldraia pelas contribuições com o projeto de qualificação desta dissertação.

Aos Professores Davide Carbonai, Fábio Meira e Wesley Xavier que compuseram a banca. Muito obrigado pelas contribuições.

Ao CNPq pelo auxílio financeiro por meio da bolsa de mestrado.

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.”

(Milton Santos, O Espaço do Cidadão).

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi analisar de que modo as práticas organizativas do comércio popular protagonizado pelos imigrantes senegaleses contribuem com a compreensão da economia popular à luz da economia urbana. Para isso, buscamos entender a economia popular por intermédio da teoria do espaço urbano de Milton Santos; analisamos as práticas do comércio popular desenvolvidas pelos comerciantes senegaleses e descrevemos os sistemas de ação que orientam as práticas desse comércio. O estudo foi constituído por meio de uma argumentação teórica, seguida de um trabalho de campo com orientação qualitativa que envolveu a coleta de dados primários e secundários. Os dados foram analisados mediante categorias temáticas elencadas por intermédio da perspectiva teórica e dos dados coletados. Os resultados indicam que há marcadamente uma sobreposição de sistemas de ação nas práticas organizativas do comércio senegalês. De um lado, há uma dinâmica moderna oriunda da relação entre o circuito superior e o circuito inferior da economia urbana. De outro lado, há uma orientação do *ethos* religioso disseminado pela confraria muçulmana mouride. Neste estudo, contribuímos com a compreensão da economia popular ao retomar a aplicação da abordagem miltoniana aos estudos organizacionais e ao identificar essa sobreposição de sistemas de ação no processo organizativo do comércio senegalês.

Palavras-chave: economia popular; circuito inferior; imigração senegalesa; organização; comércio senegalês; espaço.

ABSTRACT

The objective of this dissertation was to analyze how the organizational practices of popular commerce executed by Senegalese immigrants contribute to the understanding of popular economy in the light of the urban economy. For this, we seek to understand popular economy through Milton Santos' theory of urban space; the popular commerce practices developed by Senegalese merchants were analyzed and the action systems that guide the practices of their commerce. The study consisted of a theoretical argument, later a qualitative research was carried out with primary and secondary data. The data were analyzed by thematic categories created through the theoretical perspective and the collected data. On the one hand, there is a modern dynamic resulting from the relationship between the upper circuit and the lower circuit of the urban economy. On the other hand, there is an orientation of the religious ethos disseminated by the Mouride Muslim brotherhood. In this study, we contribute to the understanding of popular economy by resuming the application of the Miltonian approach to organizational studies and by identifying this overlapping of action systems in the organizational process of Senegalese commerce.

Keywords: popular economy; lower circuit; Senegalese immigration; organization; Senegalese commerce; space.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características distintivas entre a pirataria imitativa e adaptativa	46
Quadro 2 - Temas do espaço organizacional na literatura	26
Quadro 3 - Características dos Setores	32
Quadro 4 - Principais características das escolas de pensamento sobre a economia informal	35
Quadro 5 - Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos	43
Quadro 6 - Características das Organizações Econômicas Populares	53
Quadro 7 - Concepções sobre economia informal.....	57
Quadro 8 - Estratégias dos comerciantes senegaleses na Itália	78
Quadro 9 - Lista de entrevistas	90
Quadro 10 - Lista de vídeos analisados.....	93
Quadro 11 - Codificação para análise dos dados	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura Integrativa do Espaço Organizacional (com questões-chave).....	27
Figura 2 - Os elementos dos dois circuitos	42
Figura 3 - Mapa – Rotas dos imigrantes senegaleses com direção ao Brasil	68
Figura 4 - Distribuição dos imigrantes senegaleses nos municípios do Rio Grande do Sul.	69
Figura 5 - Distribuição da imigração senegalesa nos municípios gaúchos.	70
Figura 6 - Comércio nas ruas de Dakar	75
Figura 7 - Mercadorias expostas nas ruas de Dakar	75
Figura 8 - Pedestres transitam em meio ao comércio nas ruas de Dakar.....	76
Figura 9 - Bancas nas ruas de Dakar	76
Figura 10 - Técnica de triangulação de dados.....	85
Figura 11 - Exemplo da esquematização da planilha de análise.....	98
Figura 12 - Síntese iterativa do esboço para o relatório	101
Figura 13 - Mercadorias expostas na Rua dos Andradas.....	113
Figura 14 - Maleta de relógios.....	114
Figura 15 - Protesto em frente à Prefeitura de Porto Alegre em 2018	124
Figura 16 - Imagem do Cheikh Ahmadou Bamba na loja de comerciante senegalês.....	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição por gênero dos imigrantes senegaleses no Rio Grande do Sul	70
--	----

LISTA DE SIGLAS

FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	<i>Institute of Development Studies</i>
MEI	Microempreendedor Individual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SINE	Sistema Nacional de Emprego
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A DINÂMICA ESPACIAL DA ECONOMIA POPULAR E O COMÉRCIO SENEGALÊS	17
2.1 Espaço, território e as práticas organizativas.....	17
2.1.1 O espaço nos estudos organizacionais	25
2.1.2 As práticas organizativas e os sistemas de ação	28
2.2 A urbanização nos países de terceiro mundo: setor informal e circuito inferior.....	30
2.2.1 Setor informal, economia informal, informalidade e empreendedorismo	31
2.2.2 Circuito inferior da economia urbana e flexibilidade tropical.....	38
2.3 O fenômeno da “outra economia” e a espacialidade da economia popular	48
2.3.1 Economia social, economia solidária e economia popular	48
2.3.2 A economia popular do ponto de vista espacial.....	62
2.4 Os imigrantes senegaleses e a relação com o comércio popular	66
3 PERCURSO METODOLÓGICO	84
3.1 Procedimentos para coleta de dados e dificuldades enfrentadas.....	84
3.2 Procedimentos para análise dos dados	95
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	102
4.1 Os senegaleses no Rio Grande do Sul: o circuito superior e o fluxo migratório	102
4.2 A integração dos senegaleses nos circuitos da economia urbana	108
4.3 A organização do comércio popular senegalês.....	111
4.3.1 As práticas organizativas dos comerciantes no circuito inferior	111
4.3.2 As práticas que revelam os territórios.....	119
4.4 A tendência associativa e a solidariedade senegalesa.....	126
4.5 O <i>ethos</i> mouride.....	131
4.6 A contribuição do processo organizativo do comércio senegalês	136
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	143

1 INTRODUÇÃO

O comércio de rua, popularmente conhecido como “comércio informal”, faz parte do cotidiano da maioria dos centros urbanos dos países periféricos. Não é preciso andar muito para encontrar alguém vendendo alguma coisa. As mercadorias e a forma de comercialização variam e dependem de inúmeros fatores sociais, econômicos e culturais. No Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, novos rostos juntaram-se a essa dinâmica nas duas últimas décadas, principalmente a partir de 2010, quando o comércio popular¹ protagonizado pelos imigrantes senegaleses começou a se fazer presente nas ruas das principais cidades do estado. A prática desse comércio, reproduzida em diferentes cidades do estado e do mundo, chama a atenção com mercadorias coloridas e comumente expostas em lonas estiradas no chão.

Desde 2017, tenho interesse na temática do comércio popular. Em 2018, realizei uma pesquisa de orientação etnográfica, durante oito meses, em uma praça pública da cidade de Rio Grande - RS, onde parte significativa dos comerciantes eram de origem senegalesa (ver CHAGAS; BAUER, 2021). O objetivo daquele estudo foi compreender o cotidiano do comércio popular nas ruas e as práticas de gestão ordinária (CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2014), que os comerciantes utilizavam nos seus negócios. Uma das principais descobertas foi que os imigrantes senegaleses se organizavam seguindo princípios que destoavam de uma racionalidade estritamente instrumental, prevaleciam aspectos mais solidários e cooperativos entre eles.

Diante disso, nesta dissertação, realizamos uma síntese dos estudos que indicavam quais seriam as causas e como esse fenômeno vem sendo analisado em diferentes cidades do mundo. Uma série de estudos revela que a dinâmica que envolve esse comércio está fundamentada nos pressupostos religiosos da irmandade muçulmana mouride. Essa irmandade, além de constituir uma comunidade religiosa, expressa uma referência social e econômica que tem no comércio um dos seus pilares (FRIEDBERG, 1994; RICCIO, 1999; BAVA, 2003; MORENO-MAESTRO, 2006; GOLUB; HANSEN-LEWIS, 2012). O mouridismo carrega um *ethos* que compreende

¹ Utilizamos a expressão “comércio popular” por ser uma designação que não se limita às ideias de “comércio informal” e de “comércio ambulante”.

princípios de fé, trabalho, ajuda mútua, solidariedade, não-confronto e ênfase nos aspectos grupais.

Por outro lado, considerar somente esse *ethos* religioso para explicar o fenômeno seria ignorar toda a dinâmica material que sustenta as relações de produção na sociedade. O fato dessa dinâmica abranger diversas categorias como migração, uma rede complexa de comércio popular, aspectos solidários e associativos e toda uma dinâmica de práticas organizativas, indicava que o fenômeno envolvia uma série de aspectos mais abrangentes.

Desse modo, buscamos compreender esse fenômeno por intermédio da concepção de espaço. Na concepção do geógrafo brasileiro Milton Santos, o conceito de espaço é uma forma de compreender a formação econômica e social da sociedade. O espaço é composto por diversos territórios que revela, na sua essência, as relações de poder (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2009, 2013). É no espaço que as relações de troca ou a economia, desde seu sentido mais primitivo até o mais moderno, se desenvolve. O desenrolar de todas as formas econômicas estão situadas no espaço. A dinâmica espacial revela aquilo que Santos (2008) denominou de circuito inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos. O circuito inferior caracteriza-se por trabalho intensivo, sendo composto por atividades não modernas e de pequena dimensão. Por exemplo, os vendedores ambulantes, os engraxates, os carroceiros, os feirantes, entre tantos outros.

Esse circuito inferior se estabelece em relação dialética com o circuito superior, que se caracteriza por atividades de capital intensivo, sendo composto, por exemplo, por bancos, indústrias e serviços modernos. O circuito inferior renova-se permanentemente com a chegada de novas pessoas que compõem a dinâmica do espaço urbano das cidades, tendo em vista que o circuito superior, aquele que oferece parte dos empregos formais, não absorve toda a população (SANTOS, 2008). A principal diferença entre os dois circuitos é caracterizada pela tecnologia e a forma de organização. Santos (2008) nos alerta que a organização do circuito inferior pode passar despercebida aos olhos de certos observadores, haja vista que o funcionamento pode parecer oposto à lógica tradicional. Ou seja, podem emergir, nesse contexto, diferentes formas organizativas ainda não percebidas e que normalmente são desprezadas pela concepção hegemônica de organização. Na concepção clássica, a organização é um contexto para ação e não são as ações que

fazem a organização (HERNES, 2014). Diante disso, propomos compreender o comércio senegalês como um processo organizativo orientado por diferentes sistemas de ação.

A prática do comércio nas ruas foi uma das formas de emprego e renda encontrada pelos imigrantes senegaleses para sobreviver no contexto da migração. Esse tipo de atividade surge como uma alternativa para aqueles que não encontram oportunidade na dinâmica do circuito superior da economia capitalista. A expansão do capitalismo e a industrialização dos países de terceiro mundo provocou uma concentração massiva de pessoas nos centros urbanos. Em contrapartida, grande parte da população não está integrada nesse tipo de mercado e não pode usufruir da exploração cada vez maior da riqueza de seus territórios. Santos (2008) argumentava que essa é uma peculiaridade comum aos países então ditos subdesenvolvidos, em que o desenvolvimento do circuito econômico não se impõe de forma homogênea em todo o espaço urbano. Diante disso, a crescente desigualdade social e a crise estrutural do emprego geram um crescimento das práticas de organização econômica e social que surgem como alternativas à expansão desse circuito.

O crescimento dessas relações econômicas alternativas é acompanhado também pela proliferação de terminologias para se referir a elas: setor informal, economia informal, economia popular, economia social, economia solidária, entre outras. Uma parte dessas noções é intitulada de a “outra economia” (CATTANI *et al.*, 2009). Em grande medida, esses conceitos abordam aspectos diversos de um fenômeno urbano bastante semelhante. Analisando os conceitos e os fenômenos que integram essas categorias é possível perceber que elas possuem limitações para compreensão do comércio popular desenvolvido pelos imigrantes senegaleses. De maneira geral, os conceitos de economia social e economia solidária não contemplam o comércio popular desenvolvido nas ruas. Por outro lado, demonstramos que os conceitos que giram em torno da noção de informalidade perderam a capacidade analítica e mascararam o problema da urbanização. Diante disso, a mais profícua para análise dessa prática é a economia popular, pois enfatiza uma série de atividades econômicas que garantem a sobrevivência das pessoas que estão marginalizadas da “economia oficial” (RAZETO, 1993b). No entanto, fato comum de todas essas formas econômicas que se definem como alternativas e/ou paralelas à expansão capitalista é que, em grande medida, elas dão uma atenção limitada à espacialidade que

contextualiza as práticas sociais associadas a elas. Por isso, propomos analisar a economia popular à luz da teoria dos circuitos de Milton Santos. A teoria dos dois circuitos fornece uma série de categorias que permitem analisar mais facilmente a dinâmica que envolve a economia popular. Diante disso, a proposta aqui é evidenciar como as práticas organizativas do comércio senegalês, por intermédio da categoria espaço, permitem compreender melhor a economia popular.

Para tanto, a questão que norteia o delineamento deste estudo é *de que modo as práticas organizativas do comércio popular protagonizado pelos imigrantes senegaleses contribuem com a compreensão da economia popular no contexto do circuito inferior da economia urbana?* Diante de tal questionamento, depreende-se o *objetivo geral*: analisar de que modo as práticas organizativas do comércio popular protagonizado pelos imigrantes senegaleses contribuem com a compreensão da economia popular no contexto do circuito inferior da economia urbana. Para atender ao objetivo geral proposto, surgem os seguintes *objetivos específicos*:

a) Compreender a economia popular à luz da contribuição da teoria do espaço urbano de Milton Santos;

b) Analisar as práticas do comércio popular desenvolvidas pelos comerciantes senegaleses;

c) Descrever os sistemas de ação que orientam as práticas organizativas dos comerciantes senegaleses.

A realização deste estudo *justifica-se* pelo fato de a temática do espaço e do circuito inferior poderem contribuir com os estudos organizacionais, principalmente para compreender como a noção de economia popular informa e interpreta os fenômenos organizacionais. O estudo foi constituído por meio de uma argumentação teórica, seguida de um trabalho de campo, que buscou evidenciar os potenciais analíticos de uma categoria pouco explorada que é a da economia popular à luz da teoria do espaço urbano. No âmbito dos estudos organizacionais no Brasil, as contribuições de Milton Santos aparecem raramente (COSTA; GOULART, 2011; CLOSS; OLIVEIRA, 2017; ZAMORA; AUGUSTIN; SOUZA, 2021). No contexto

internacional, apenas recentemente surgiram estudos que tomam a teoria miltoniana como base para compreensão dos fenômenos organizacionais (LACERDA, 2021). Diante disso, este trabalho contribui aproximando as categorias de análise miltoniana dos estudos organizacionais.

A fundamentação teórica deste estudo está estruturada em quatro subseções. A primeira, denominada *espaço, território e as práticas organizativas*, busca apresentar o significado teórico do espaço e situá-lo como um lugar praticado. A segunda, denominada *a urbanização nos países de terceiro mundo: setor informal e circuito inferior*, argumenta que o problema originário do setor informal é, na sua essência, reflexo da desigualdade espacial. A terceira, denominada *o fenômeno da “outra economia” e a espacialidade da economia popular*, retoma os conceitos que se relacionam com a economia popular e sugere a compreensão por meio do espaço. A quarta, denominada *os imigrantes senegaleses e a relação com o comércio popular*, contextualiza objeto de análise e retoma uma série de estudos que indicam quais seriam as causas para esse fenômeno. Metodologicamente, seguimos uma orientação qualitativa, que inclui a descrição, a interpretação e a compreensão do fenômeno estudado. Os dados foram coletados a partir da triangulação de múltiplas fontes, incluindo observação, entrevistas semiestruturadas e dados secundários. Ainda no percurso metodológico, destacamos as principais dificuldades encontradas na condução da pesquisa. Por fim, os resultados são apresentados e elencamos as considerações finais.

2 A DINÂMICA ESPACIAL DA ECONOMIA POPULAR E O COMÉRCIO SENEGALÊS

Nesta seção, explicitamos as bases teóricas que sustentam a argumentação da pesquisa. No item 2.1, destacamos as noções de espaço, território e práticas organizativas. No item 2.2, situamos o problema que antecede as noções de setor informal e circuito inferior. No item 2.3, resgatamos os conceitos de economia social, economia solidária e economia popular - para, portanto, enfatizar como a economia popular pode ser compreendida do ponto de vista espacial. Por fim, no item 2.4, situamos a imigração senegalesa no Brasil e enfatizamos a dinâmica que envolve o comércio senegalês.

2.1 Espaço, território e as práticas organizativas

Para demonstrar como o estudo do espaço e suas categorias analíticas podem ajudar a interpretar o fenômeno do comércio senegalês, é importante apresentar o significado teórico do espaço. O conceito de espaço é estudado principalmente pela geografia, embora seja utilizado em estudos de variadas áreas do conhecimento. Espaço é um dos cinco principais conceitos (espaço, paisagem, região, lugar e território) que se referem ao modelamento da superfície da terra pela ação humana (CORRÊA, 1995). No âmbito acadêmico, não há unicidade nas definições desses conceitos, e as respectivas definições dependem da corrente epistêmica que os autores adotam.

O conceito de espaço, por exemplo, está em constante evolução e vem se reformulando com o passar dos anos. Por isso, encontrar sua definição de única forma não é tarefa fácil (SANTOS, 2006). Tal conceito foi concebido de várias formas diferentes, dependendo da escola da geografia (CORRÊA, 1995). Em uma primeira concepção, o espaço foi tratado, basicamente, como a superfície terrestre, contudo pensar dessa forma seria ocultar diversos aspectos conceituais relevantes (SOUZA, 2013).

Diante disso, Souza (2013) esclarece que, no âmbito da geografia, há duas correntes de pensamento quando falamos de espaço. Uma que faz menção ao “espaço geográfico”, que estaria ligado às concepções dadas pela própria natureza, e

outra que se refere a essa natureza transformada pelo homem, isto é, o “espaço social”. Para esse autor, essas duas concepções podem coexistir e serem analisadas de maneira dialética. O espaço social é algo mais específico e mais central que o espaço geográfico, que seria mais amplo. Por meio do conceito de espaço social, derivam os conceitos de território, lugar, paisagem e outros tantos que também estão relacionados a essa concepção.

Na obra de Milton Santos, o conceito de espaço foi pensado e repensado em diversos momentos. Isso fica evidente no texto de Saquet e Da Silva (2008), quando fizeram uma revisão da obra do geógrafo brasileiro para compreender como os conceitos de espaço e território foram abordados. A análise desses autores demonstra que, no decorrer dos anos, Milton Santos foi adicionando novos elementos para compreensão do espaço.

Inicialmente, em *Por uma geografia nova* (2004), livro escrito em 1978, Milton Santos realiza uma revisão crítica da geografia e faz um esforço para definir espaço. O autor busca ressaltar que não se pode confundir a ciência, no caso a geografia, com o seu objeto: o espaço. O problema era que o objeto da geografia não estava claro. Santos (2004, p. 144) cita uma série de geógrafos que contribuíram com essa falta de elucidação, por exemplo, Hartshorne defendia que “a geografia deveria ser definida antes pelo seu método”, ao passo que Le Lannou afirmava que a geografia era “um ponto de vista”. Santos (2004, p. 144) esclarece que “a multiplicidade de definições da geografia está, assim, longe de ajudar o seu próprio desenvolvimento”. Para ele, esse foi o contexto para que o objeto da geografia, o espaço social, fosse deixado em segundo plano. Diante disso, o autor faz uma crítica à fragmentação do conhecimento e defende que a preocupação de todo o saber humano precisa ser com a sociedade como um todo, ou como ele expressa, com a “sociedade total”. Sendo assim, o espaço é um produto histórico e social que envolve a categoria totalidade. O espaço revela-se de múltiplas formas: “espaço de uma nação”, “espaço terrestre”, “espaço extraterrestre”, “espaço sideral”. As formas são diversas, mas, segundo ele, a que realmente interessa é o “espaço humano”, sinônimo de “espaço social”, que contempla todos esses espaços. A dificuldade de definição do espaço social se dá “[...] porque ele é morada do homem, é o seu lugar de vida e de trabalho” (SANTOS, 2004, p. 151). Por isso, a multiplicidade de formas com que se apresenta e se modifica

é enorme, dificultando a inclusão de uma série de formas distintas em uma única unidade conceitual.

Com efeito, Santos (2004, p. 151) questiona o que seria esse “espaço do homem”. Segundo ele, podemos responder que o espaço do homem é o “espaço geográfico”. E o que seria o espaço geográfico? Para o autor, “a definição é árdua, porque a sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social” (Ibidem). A construção do conceito de espaço geográfico, na obra de Milton Santos, é uma tentativa de defini-lo como objeto da geografia e um esforço para superar aquela dicotomia clássica entre o espaço visto somente como a superfície terrestre e o espaço dito como social. Diante disso, mesmo que Milton Santos sempre tenha ressaltado que as definições não são fixas, permanentes ou imutáveis, podemos salientar que “o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho” (SANTOS, 2004, p. 150).

Como fica evidente, o conceito de espaço, na obra de Milton Santos, é uma construção, não se identifica um conceito único, é possível encontrar passagens que dão sentido à conceituação de espaço. Uma síntese que nos permite uma aproximação desse conceito, presente no livro *Por uma nova Geografia* (2004), é que:

[...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2004, p. 153).

Com fundamento nisso, é perceptível que o espaço é uma construção histórica que envolve as relações sociais e essa construção se desenvolve de forma desigual. Trata-se de uma categoria que envolve a totalidade, ou seja, uma estrutura social na qual diferentes atores exercem diferentes funções. Além disso, o espaço social tem uma vinculação direta com a natureza ou com o espaço geográfico concreto. Não raramente, alerta Souza (2013), utiliza-se a ideia de espaço social em um sentido mais metafórico, como um “campo” de atuação. No entanto, Saquet e Da Silva (2008) ressaltam que, na concepção de espaço de Milton Santos, prevaleciam os aspectos econômicos e políticos, devido sua influência por pensadores como Karl Marx, Jean-Paul Sartre, David Harvey e Paul Claval. Dessa maneira, é importante destacar que o

espaço é “um produto social em permanente processo de transformação” (SANTOS, 1985, p. 49). Portanto, estudar o espaço é compreender sua relação com a sociedade e, conseqüentemente, sua relação com os indivíduos, com as organizações e com a dinâmica econômica.

Até a década de 1990, a discussão de Milton Santos era um esforço para definir o espaço como uma instância social e como objeto da geografia. Assim, novos elementos foram adicionados pelo autor para compreensão do espaço. Uma sistematização da ideia mais completa de espaço surge no livro *A Natureza do Espaço [1996]*, considerada a principal e mais aprofundada reflexão sobre a geografia (SAQUET; DA SILVA, 2008). Nesse livro, mais do que definir espaço, Milton Santos propõe beneficiar a formulação de uma “teoria social crítica” (SANTOS, 2006, p. 13).

A base fundadora dessa concepção começa em compreender a ontologia do espaço, buscando mostrar o aspecto existencial do objeto, ou seja, “as noções fundadoras do ser do espaço” (SANTOS, 2006, p. 13). A compreensão dessa ontologia passa por três elementos centrais: a *técnica*, o *tempo* e a *intencionalidade*, que são materializados nos objetos e nas ações. A compreensão desses três elementos é fundamental para compreender outras duas construções dentro do conceito de espaço, que são “os *sistemas de objetos*” e os “*sistemas de ações*”.

Na concepção de Santos (2006, p. 16), a *técnica* é “a principal forma de relação entre o homem e a natureza” e é definida como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. A técnica, por sua vez, constitui-se como o elemento de mediação do homem com o espaço geográfico concreto. A noção de técnica é compreendida de forma ampla, incluindo todo tipo de técnica, isto é, toda forma de intervenção do homem na natureza. Atualmente, há uma proliferação e uma universalização das técnicas e, por isso, mais do que nunca, influencia a dinâmica do espaço natural. Essa ideia é central para compreensão do espaço, tendo em vista que “só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico” (SANTOS, 2006, p. 21).

A técnica também precisa ser compreendida como um meio e, por isso, a noção de objeto técnico é importante. A concepção de objeto técnico, Santos (2006, p. 22) busca em Seris (1994, p. 22) que destaca: “será objeto técnico todo objeto susceptível de funcionar, como meio ou como resultado, entre os requisitos de uma atividade técnica”. Também há de se mencionar, nesse contexto, a distinção entre “objeto

técnico concreto” e “objeto abstrato”: objeto concreto é aquele em que cada elemento faz parte de um todo e o objeto abstrato é aquele que possui uma única função na estrutura social. O objeto inserido em um conjunto de objetos e exercendo diferentes funções vai formar aquilo que Santos (2006) denomina de “*sistemas de objetos*”. Os objetos não podem ser confundidos com as coisas, pois as coisas são constituições da natureza, enquanto os objetos são socialmente construídos (SANTOS, 2006). É nesse sentido, que o espaço vai ser formado como um sistema de objetos.

Essa formação é permeada pela técnica, tendo em vista a capacidade de o homem alterar ou produzir um meio geográfico por meio dela. Os exemplos citados por Santos (2006, p. 39) desses objetos técnicos são as estradas, os portos, as fábricas, as cidades etc. No momento em que é possível compreender a intersecção entre o meio técnico e o meio geográfico surgirá uma outra ideia, denominada como meio “*técnico-científico-informacional*”, que é o meio no qual estamos inseridos atualmente (SANTOS, 2006, p. 24). Esse meio é caracterizado pela predominância da técnica, pelo método científico inaugurado pelo modelo cartesiano e pela informação caracterizada, principalmente, pelo avanço das novas tecnologias como a internet e as redes informacionais. O avanço deste meio, embora permita uma maior integração, possibilitando que a informação chegue com mais agilidade em diferentes locais, também é excludente, tendo em vista que uma grande parcela de pessoas não está incluída nesse processo integrativo. Com efeito, esse é um dos motivos para que o espaço seja considerado desigual.

Ainda sobre a formulação do conceito de espaço, o outro elemento importante destacado faz referência ao *tempo*, mais precisamente, a relação da técnica com o tempo. Trata-se de um esforço de Milton Santos para incluir na explicação geográfica a noção de tempo. A ideia é ir além do discurso que unifica as noções de tempo e espaço como algo indissociável, é preciso demonstrar na realidade geográfica como o tempo se revela. Por meio da técnica, é possível empirizar o tempo, ou seja, compreender o tempo na realidade concreta. Nas palavras do autor,

As técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação (SANTOS, 2006, p. 34).

As técnicas funcionam, portanto, como uma forma de medir o tempo. Para Santos (2006, p. 33), “é por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo”. As técnicas empregadas no espaço possuem a capacidade de ditar o modo, o ritmo, as maneiras de fazer e, conseqüentemente, o tempo se manifesta.

A difusão das técnicas com todas as suas características permite compreender as diferenças ou as desigualdades espaciais. Essa desigualdade resulta da diferença significativa da propagação dessas técnicas e dos lugares nos quais se instalam. A técnica, para Santos (2006), não atinge qualitativa e quantitativamente todos os lugares da mesma forma. Países de terceiro mundo, por exemplo, que não são centrais na difusão das técnicas globalizantes e legitimadas por uma elite econômica, possuem uma formação espacial distinta e subordinada aos países que são centrais do ponto de vista da criação e difusão das técnicas.

Além da compreensão da técnica e da adequada percepção dos sistemas de objetos, outra definição importante para compreender o conceito de espaço é sobre os *sistemas de ações*. A ação é, para Milton Santos, um processo dialético, ou seja, ao mesmo tempo que o homem emprega uma ação ele produz algo, mas também é produzido. Santos (2006) elenca uma série de características da ação, destacando principalmente que as ações são resultado de diferentes necessidades, naturais ou socialmente construídas, e podem seguir diferentes lógicas ou racionalidades no sentido weberiano do termo (WEBER, 1999). Vale destacar as palavras do autor:

A ação é subordinada a normas, escritas ou não, formais ou informais e a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia. A noção de atuação liga-se diretamente à ideia de práxis e as práticas são atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem (SANTOS, 2006).

Para realizar a ligação entre a ação e o objeto, é preciso levar em conta o último elemento da construção ontológica miltoniana do espaço, que é a *intencionalidade*. A relação do homem com seu entorno é mediada pela relação da ação com os objetos. Nesse contexto, toda ação tem uma intenção, embora haja um grau de imprevisibilidade, há uma relação racional da ação do homem com os objetos. Isso significa dizer, portanto, que ao mesmo tempo que a ação do homem forma o espaço, este da forma aquele.

Com base na referida construção, Milton Santos propõe que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39). Essa visão representou uma transição na geografia humana que rompia com uma visão clássica que estabelecia uma dualidade entre o espaço visto como superfície terrestre e o espaço como uma instância apenas social. O espaço interpretado dessa maneira é útil para compreender a realidade na qual o homem está inserido e demonstrar as desigualdades espaciais e, conseqüentemente, as desigualdades sociais e econômicas. Tem-se uma forma de compreensão interrelacionada da dinâmica social que se desenvolve na superfície terrestre.

Além dessa apresentação da ontologia miltoniana, para compreender as relações no espaço é importante abordar também o conceito de *território*. Trata-se de mais um conceito que possui diferentes concepções e que também foi sendo reformulado historicamente. Milton Santos profere que o conceito central sempre foi o de espaço, embora também tenha favorecido para discussão sobre território. Para Saquet e Da Silva (2008), que fizeram uma análise da obra de Milton Santos, o território inicialmente era compreendido muito mais como uma “área delimitada”, fazendo referência ao território de um Estado-nação. Em um segundo momento, novas nuances foram sendo adicionadas para compreensão do território. Santos (2006, p. 146) ressalta que “a materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica, um conteúdo técnico e participam da condição da técnica, tanto na sua realização como na sua funcionalidade”. Logo, significa dizer que o território também é configurado por uma racionalidade técnica. Indo além, Saquet e Da Silva (2008, p. 40) ressaltam que, na concepção mais atual de Milton Santos, o território pode ser “usado, reorganizado, configurado, normatizado, racionalizado”. Com isso, é possível ter uma noção da ideia de território para Milton Santos, mas, por mais que essa contribuição seja importante, outros autores buscaram desenvolver a ideia de território e adicionaram outros aspectos para compreensão do conceito.

Na perspectiva argumentada por Raffestin (1993), espaço é algo que existe por si só, é algo “dado” e, portanto, o conceito mais importante é o de território. É a partir do uso que as pessoas fazem do espaço que surge o território. Sendo assim, espaço e território não podem ser considerados sinônimos, o espaço é anterior ao território e

este se constitui a partir daquele: “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Pode-se dizer ainda que "o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas" (CORRÊA, 1998, p. 251). Corrêa destaca que “etimologicamente território deriva do latim terra e torium, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação”. Com isso, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o agente ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). No espaço, “todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Desse modo, a questão do território está intimamente ligada às relações de poder. Para Souza (1995, p. 78), o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”. Isso não significa dizer que o território seja apenas um recorte do espaço. O território se caracteriza pelas “relações sociais que são projetadas no espaço” (SOUZA, 1995, p. 87).

Não obstante, é preciso ter cuidado na interpretação do conceito de território para não incorrer no obstáculo científico no qual uma única palavra constitui toda a explicação (BACHELARD, 1996). Os exacerbados erros de interpretação levaram Souza (2009) a fazer um texto respondendo alguns mal-entendidos. O autor esclarece que pensar o território por meio do poder e da dimensão política não significa, necessariamente, excluir os aspectos culturais e econômicos da noção de território. O conceito de território leva em conta todas as dimensões das relações sociais (SOUZA, 2009). Além disso, é importante frisar que pensar território por meio da ideia de poder, não significa excluir a materialidade do espaço. Conforme Souza (2009, p. 66), “o poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão material disso”.

Ademais, a predicação do poder como algo ruim também precisa ser desmistificado. Para Souza (2009), o poder se dá em vários sentidos e em diferentes escalas. O poder pode ser também uma forma dos mais fracos conquistarem, defenderem e usarem um território. É nítido dizer, por fim, que o processo de

territorialização ou desterritorialização tem em sua gênese primeira o exercício do poder.

No próximo subtítulo, analisaremos como a noção de espaço está sendo utilizada nos estudos organizacionais e como o espaço nos permite compreender melhor o fenômeno organizacional.

2.1.1 O espaço nos estudos organizacionais

A noção de espaço é utilizada como categoria analítica em diversas áreas e subáreas do conhecimento. Por isso, torna-se pertinente averiguar como ela está sendo percebida no âmbito dos estudos organizacionais e como esse conceito permite compreender melhor o fenômeno organizacional. O espaço, durante muito tempo, foi tratado como elemento neutro nos estudos organizacionais. Mesmo que tenham surgido esforços para demonstrar o potencial analítico dessa categoria, ela ainda permanece vaga e fragmentada nos estudos organizacionais (WEINFURTNER; SEIDL, 2019).





Nesse sentido, dois estudos de revisão sintetizam a produção científica publicada em periódicos internacionais em inglês sobre espaço nos estudos organizacionais. Taylor e Spicer (2007) realizaram uma revisão da temática até 2008 e Weinfurtner e Seidl (2019) realizaram após 2008.

A análise de Taylor e Spicer (2007), embora forneça um panorama geral, tem como ótica específica a contribuição de Lefebvre (1991). Taylor e Spicer (2007) destacam que a abordagem de Lefebvre permite analisar a materialidade dos espaços organizacionais e também enfatizar as relações de poder inerentes à gestão e à organização. Essa perspectiva seria uma forma de sintetizar a materialidade e o simbólico na questão espacial para compreensão do fenômeno organizacional.

Por outro lado, a análise de Weinfurtner e Seidl (2019) tem como escopo toda produção científica sobre espaço nos estudos organizacionais após 2008. A revisão dos autores mostra como o conceito de espaço vem sendo utilizado nos estudos organizacionais. A maioria dos estudos sobre espaço neste campo utiliza uma teoria espacial apenas como inspiração e apoio para construção dos argumentos, raros são aqueles que desenvolvem a argumentação com base na teoria (WEINFURTNER;

SEIDL, 2019). Os principais temas abordados em relação ao estudo do espaço sob a perspectiva organizacional estão elencados no Quadro a seguir:

Quadro 1 - Temas do espaço organizacional na literatura

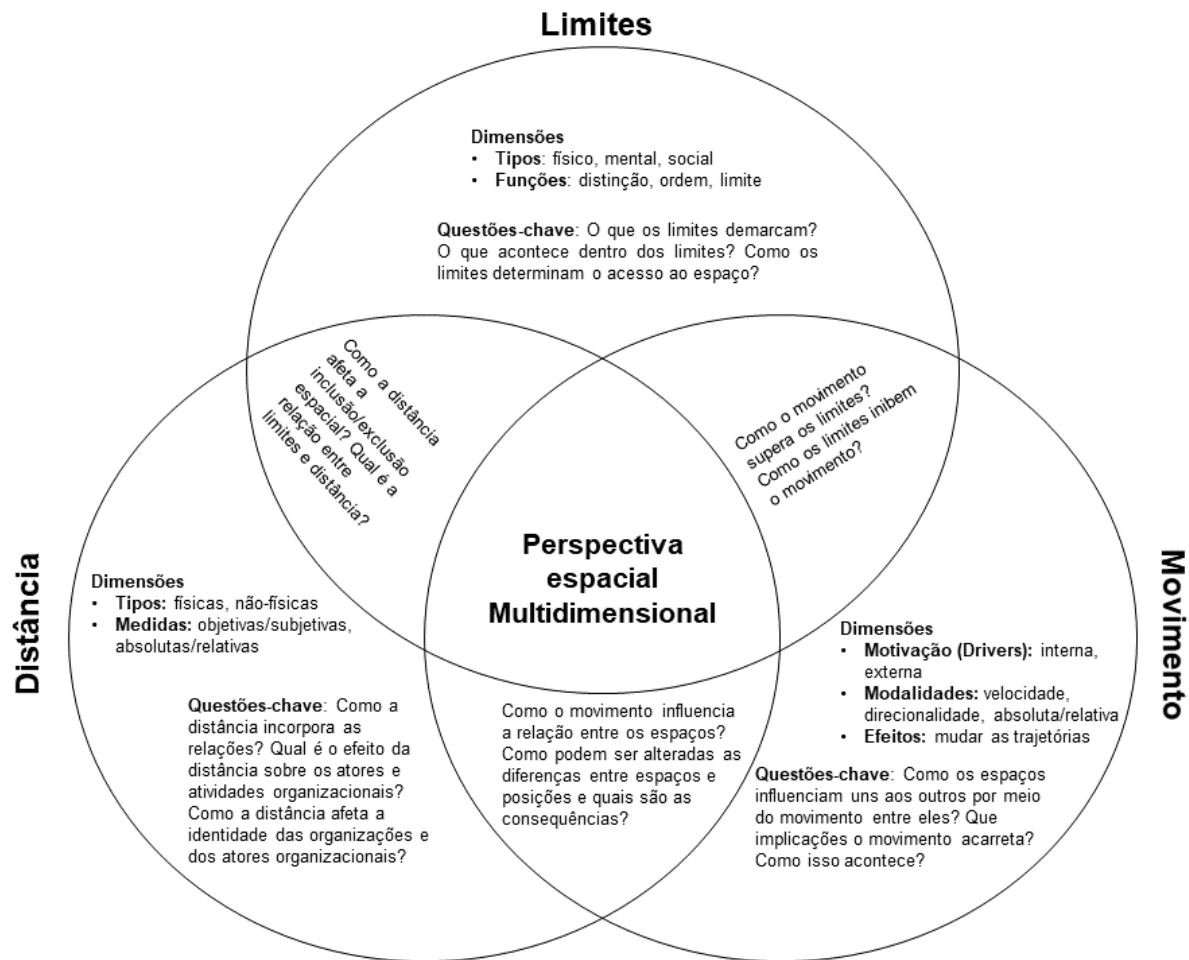
Tema abrangente	Ilustração	Fenômeno	Conceitos capturados	Referências (exemplos)
Distribuição no espaço		Os espaços são moldados pela relação de posições dentro deles: como o posicionamento dentro de um espaço, por exemplo, centro/periferia, molda as atividades que ocorrem nele?	Espaço social, campos, espaços físicos, espaço do tempo, espaço corporal.	Bourdieu (1993); Bourdieu (1985); Knight e Haslam (2010); Hydle (2015); Riach e Wilson (2014)
Isolamento do espaço		Diferenciação no espaço: o que acontece dentro de um espaço em relação ao exterior?	Espaços livres, espaços relacionais, espaços protegidos, espaços experimentais.	Rao e Dutta (2012); Evans e Boyte (1986); Fantasia e Hirsch (1995); Kellogg (2009); Mair e Hehenberger (2014); Zietsma e Lawrence (2010)
Diferenciação de espaços		Espaços diferentes possuem características e estruturas diferentes: como os limites alteram a identidade de um espaço?	Campos, espaço de governança, espaço organizacional compacto, espaço praticado.	Meyer e Rowan (1977); Scott (1994); McNulty e Stewart (2015); Nam (2015); Richardson e McKenna (2014)
Intersecção de espaços		Os espaços podem se sobrepor: o que acontece entre os espaços?	Espaços liminares, espaço de transição.	Shortt (2015); Sturdy et al. (2006); Kociatkiewicz e Kostera (2015)

Fonte: Weinfurter e Seidl (2019, p. 5, adaptação e tradução própria).

Nota-se que existem diferentes perspectivas associadas ao conceito de espaço. No entanto, essas concepções aparecem de maneira fragmentada. Diante disso, a análise de Weinfurter e Seidl (2019) mostra que três conceitos marcam a construção conceitual do espaço: a) limite (*boundaries*) refere-se à natureza limitada do espaço, isto é, as fronteiras que demarcam espaços organizacionais; b) distância (*distance*) refere-se às posições dentro de um determinado espaço; c) movimento

(*movement*) refere-se à trajetória dentro e entre espaços. Em um primeiro momento, esses três conceitos podem parecer simples, porém os autores aprofundam a discussão, apresentando a carga semântica e as diferentes perspectivas que cada um deles contempla. A sistematização dessa perspectiva é apresentada na Figura 8.

Figura 1 - Estrutura Integrativa do Espaço Organizacional (com questões-chave)



Fonte: Weinfurter e Seidl (2019, p. 25, adaptação e tradução própria).

Essa estrutura integrativa da construção do conceito de espaço nos estudos organizacionais é importante para considerar as diferentes facetas do fenômeno na análise organizacional. É importante destacar que, no âmbito da literatura publicada em inglês nos estudos organizacionais, a contribuição de Milton Santos sobre espaço ainda é praticamente ignorada. Uma exceção é o texto publicado por Lacerda (2021) que, por meio do referencial miltoniano, enfatiza as relações de poder reveladas pela economia política do território para explicar ações contraditórias das organizações. No

Brasil, Milton Santos aparece raramente nos estudos organizacionais, entre as exceções estão o estudo de Costa e Goulart (2011), que envolve os conceitos de verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 2011); o estudo de Closs e Oliveira (2017), que envolve a ideia de território; e o estudo de Zamora; Augustin e Souza (2021), que envolve a discussão entre arcaico e o moderno no capitalismo brasileiro.

O geógrafo brasileiro conta com uma vasta obra, reconhecida internacionalmente em diversas áreas do conhecimento, principalmente, no âmbito da geografia. Os seus conceitos e suas teorias permeiam diferentes nuances do conhecimento, enfatizando, sobretudo, a compreensão da realidade local. Diante disso, pretendemos desenvolver a argumentação deste estudo com base na teoria sobre espaço urbano de Milton Santos. Não obstante, na próxima seção, vamos enfatizar a ideia de sistemas de ação para compreensão das práticas organizativas que estão espacialmente situadas.

2.1.2 As práticas organizativas e os sistemas de ação

O espaço é um lugar praticado. Um conjunto de práticas cria um processo organizativo. Entretanto, classicamente os estudos organizacionais se baseiam na visão da organização como algo estático e objetivamente delimitado. Na visão tradicional, a organização é entendida como uma “unidade econômico-administrativa circunscrita” (COOPER; BURRELL, 1988, p. 97). Nessa percepção, a organização é um contexto para ação e não são as ações que fazem a organização (HERNES, 2014). Diante disso, surge uma visão alternativa que se propõe compreender o universo organizacional de uma outra perspectiva, tendo em vista a organização como um processo (COOPER, 1976; WEICK, 1979; HERNES, 2008; HELIN *et al.*, 2014; HERNES, 2014).

O pensamento processual busca refletir sobre o estado das coisas e as múltiplas possibilidades de elas acontecerem de outra forma (HERNES, 2014). Nesse sentido, vale destacar as palavras de Hernes (2014, p. 12):

A ideia é buscar processos genéricos que ampliem e estabilizem as configurações sociomateriais no tempo e no espaço. Nessa visão, as organizações vistas como processos de conexão fariam parte de fenômenos tão diversos quanto movimentos sociais, famílias, religiões, corporações,

*think tanks*² e marcas, e não seriam vistas como um fenômeno sociológico separado deles. A organização pode ser descrita como uma formação particular de processos de conexão, como em uma família, um grupo ou uma instituição, tanto quanto caracteriza uma organização formal. Por exemplo, em vez de estudar como uma organização impacta as relações de gênero, ou como o gênero é concebido, pode-se estudar como o gênero participa da formação da dinâmica de conexão específica associada, digamos, a uma empresa ou instituição (HERNES, 2014, p. 12, tradução e nota nossa).

Dessa forma, compreender a organização como um processo é perceber que os modos de fazer se entrelaçam com diversos elementos, que podem ser econômicos, materiais, culturais, simbólicos etc. Essa concepção estende aquilo que convencionalmente se entende por organização e permite pensar uma série de fenômenos ainda pouco explorados enquanto tal. Duarte e Alcadipani (2016) enfatizam as contribuições do organizar (*organizing*) para os estudos organizacionais. Essa contribuição segue os preceitos dos estudos processuais, enfatizando alguns olhares, como as práticas e arranjos materiais (SCHATZKI, 2003; 2005), a teoria ator rede (LAW, 1992; LATOUR, 2012) e as redes ação (CZARNIAWSKA, 2004).

Nesse contexto, o que nos interessa são as práticas. No âmbito das práticas, o foco passa a ser a ação humana. As práticas estão espacialmente situadas. As organizações são formadas por um conjunto de práticas (malha de práticas). As práticas não são simples descrições de movimentos realizados no fazer cotidiano, pois são atividades humanas organizadas (SCHATZKI 2001, 2002, 2003, 2005). Nas palavras de Schatzki (2015, p. 1), “as práticas são nexos da atividade humana, conjuntos abertos de ações e ditos organizados por entendimentos, regras e teleoafetividades”. Além disso, as práticas têm relação direta com os arranjos materiais, visto que acontecem em um dado contexto, pois “as práticas são fenômenos inerentemente espaciais” (SCHATZKI, 2015, p. 16).

Nos estudos organizacionais, Theodore Schatzki destaca-se como um dos principais autores utilizados para pensar as práticas. Contudo, vale resgatar novamente a contribuição de Milton Santos sobre sistemas de ações. Para Santos (2006), ação é um processo dotado de propósito. Assim, a subordinação da ação às normas revela a prática. Nas palavras do autor:

² É um termo sem tradução exata. Refere-se basicamente a um grupo de especialistas que fornecem conselhos e ideias sobre problemas políticos ou econômicos específicos.

A ação é subordinada a normas, escritas ou não, formais ou informais e a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia. A noção de atuação liga-se diretamente à ideia de práxis e as **práticas** são atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem (SANTOS, 2006, p. 50, destaque nosso).

Essa “ordem” pode ser resultado de diferentes racionalidades, ou seja, não é somente uma razão técnica que orienta o agir. Na perspectiva elencada por Milton Santos, existem paralelamente três tipos ordens. Observe as palavras dele:

Existiriam, pois, paralelamente essas três ordens: a ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico. O cotidiano se dá mediante essas três ordens. Mas se, por um lado, a ordem técnica e a ordem da norma impõem-se como dados, por outro lado, a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma (SANTOS, 2006, p. 53).

Diante disso, uma forma de compreender o comércio realizado pelos imigrantes senegaleses é por meio das práticas organizativas. As práticas podem revelar os fundamentos dessa “ordem” nos sistemas de ação dos comerciantes. Na próxima seção, daremos continuidade à teoria espacial de uma maneira mais específica. Veremos como Milton Santos tratou a questão da urbanização nos países de terceiro mundo e como uma das suas teorias dialoga com as noções que tratam sobre a questão da “informalidade”.

2.2 A urbanização nos países de terceiro mundo: setor informal e circuito inferior

A grande temática que antecede a noção de setor informal é a questão da urbanização nos países de terceiro mundo. Desde a segunda metade do século XX, os países que antes possuíam economias predominantemente agrárias e com a maior parte da população vivendo na zona rural, passaram por um grande processo de industrialização. De um lado, esse processo resultou na mecanização do campo e na expansão da oferta de trabalho nos centros urbanos. De outro lado, isso gerou o êxodo

rural e a concentração massiva da população nas cidades. Diante disso, surgiram diversos problemas urbanos, como a questão da habitação, da infraestrutura, da violência, das condições sanitárias, do emprego, renda, e tantos outros. No âmbito do emprego, o alto fluxo migratório não foi absorvido pelo mercado de trabalho, tendo em vista que não havia oferta de emprego para todos. Em função disso, a pobreza se intensificou e foram proliferadas as formas alternativas de emprego e renda que se originaram no âmbito social e que garantiam a reprodução da vida de uma parcela significativa da população.

Até a década de 1970, nenhum modelo teórico havia dado resposta ao problema da urbanização nos países de terceiro mundo (SANTOS, 2008). Em meados da década de 1970, Milton Santos começou a esboçar a teoria dos dois circuitos da economia urbana que se propõe a compreender essa realidade (SANTOS, 1971a, 1971b, 1972, 2008). De outra forma, no contexto africano, também começou a se desenvolver uma ideia para compreender um problema semelhante que resultou na noção de “setor informal” (HART, 1973; OIT, 1972). É oportuno, portanto, retomarmos o problema da urbanização e as consequências teóricas que resultaram disso. Enquanto Milton Santos desenvolveu uma teoria analítica que foi pouco explorada, a noção de setor informal ganhou um status de paradigma no qual diversos autores tentaram resolver este quebra-cabeça (PORTES; CASTELLS; BENTON, 1989; PORTES; HALLER, 2010). Diante disso, buscamos as origens da noção de setor informal e elencamos sucintamente os quadros teóricos decorrentes disso, sem pretensão exaustiva. A ideia é demonstrar que o problema originário do circuito inferior e da informalidade é o mesmo e que a noção de informalidade perdeu a capacidade analítica. Dessa forma, retomamos a teoria dos dois circuitos de Milton Santos como proposta analítica, demonstramos que o problema envolve a categoria do espaço e ressaltamos que o circuito inferior forma uma estrutura que atua seguindo uma organização específica.

2.2.1 Setor informal, economia informal, informalidade e empreendedorismo

O termo "setor informal" surgiu por meio das ideias do antropólogo britânico, Keith Hart, que realizou um estudo na cidade de Acra, capital de Gana. Hart

apresentou os resultados preliminares do seu estudo em uma conferência realizada no *Institute of Development Studies* (IDS) da Universidade de Sussex, no Reino Unido, em setembro de 1971. Posteriormente, o artigo foi publicado, em 1973, no *Journal of Modern African Studies*. Hart (1973) percebeu que os dados oficiais indicavam que mais da metade da população economicamente ativa, na cidade africana, não estava formalmente empregada e eram categorizados como autônomos, não remunerados ou desempregados. Um dos dados indicava que, no distrito de Nima, 95% das mulheres economicamente ativas não possuíam trabalho assalariado. Esses fatos fizeram Hart questionar quantas pessoas realmente estavam desempregadas. Além dessa contestação, outro argumento citado pelo autor foi que havia um desequilíbrio entre a renda do emprego assalariado e as necessidades de despesa das pessoas. De certa forma, era impossível sobreviver apenas com o salário. Esse desequilíbrio era apenas parcialmente mitigado por doações e pelos sistemas de crédito. Diante disso, o autor demonstrou que esse “subproletariado urbano” encontrava meios informais para angariar renda e conseguir sobreviver no contexto da cidade. Nesta primeira concepção, o conceito de setor informal era associado aos trabalhadores por conta própria. O mérito do estudo de Hart (1973) foi evidenciar uma estrutura composta por diversas atividades geradoras de renda que não eram oficialmente reconhecidas. Tal estrutura ficou conhecida como setor informal.

A ideia de Hart foi apropriada e ressignificada pelos economistas da OIT, logo após a conferência realizada no IDS. Por isso, muitos autores creditam a ideia de setor informal ao documento apresentado pela OIT, em 1972, sobre as condições de emprego no Quênia (*Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*). Nesse relatório, foram apresentadas as características dos setores formal e informal, como mostra o Quadro 3.

Quadro 2 - Características dos Setores

Setor Formal	Setor Informal
(a) entrada difícil; (b) dependência frequente de recursos no exterior; (c) propriedade corporativa; (d) grande escala de operação;	(a) facilidade de entrada; (b) dependência de recursos locais; (c) propriedade familiar das empresas; (d) pequena escala de operação; (e) tecnologia intensiva em trabalho e adaptada;

(e) tecnologia intensiva em capital e frequentemente importada; (f) habilidades adquiridas formalmente, geralmente expatriadas; e (g) mercados protegidos (por meio de tarifas, cotas e licenças comerciais).	(f) habilidades adquiridas fora do sistema escolar formal; e (g) mercados não regulamentados e competitivos.
---	---

Fonte: Adaptado de OIT (1972)

Ao observar as características de cada setor, é possível perceber que o setor informal era simplesmente o oposto do setor formal, configurando, assim, um modelo dual e antagônico no qual a relação do primeiro com o segundo seria uma relação de negação. Ou seja, tudo aquilo que não fosse formal seria o informal. Santos (2009) salienta que os dualistas legitimam a ideia de informalidade com base no conceito de racionalidade de Max Weber, que estabelece que só a organização formal seria racional e eficaz o suficiente para ser tomada como modelo. A organização informal, em contraposição, seria o exemplo da irracionalidade, da ineficiência e do arcaico. Dessa forma, a ideia de informalidade é tomada como sinônimo de irracionalidade e sustenta a crença de que exista somente uma única forma de racionalidade. Santos (2009) questiona essa perspectiva, citando Wilkinson (1973) e Godelier (1967), para revelar o caráter etnocêntrico da determinação de uma forma de racionalidade como mais legítima e a desconsideração das muitas racionalidades existentes.

Contudo, para a OIT, o caminho a ser seguido era o de promover o setor informal. O modelo da OIT, mesmo sendo bastante limitado, ganhou status de referência, sendo amplamente difundido e influenciando uma série de trabalhos e políticas públicas posteriores. Não obstante, também foi amplamente criticado. Bromley (1978, p. 1036), além de citar muitas fragilidades do modelo, ressalta que o incentivo ao setor informal era uma forma de “ajudar os pobres sem grandes ameaças aos ricos”.

Em 2002, em outro relatório, a OIT (2002) reconhece que o termo setor informal é inadequado, pois não se trata de um “setor” específico da indústria ou atividade econômica e passa a utilizar o termo “economia informal” por ser mais abrangente. Nesse documento, a OIT faz várias considerações importantes, por exemplo, salienta que a economia informal não pode mais ser considerada como algo transitório ou residual e que o trabalho, nesse contexto, não pode ser considerado “decente”. Reconhece também o avanço do “capitalismo flexível” sobre as relações de trabalho,

além de ressaltar que a economia informal designa uma série de atividades que não são reconhecidas ou protegidas pelas estruturas legais e regulatórias. Para a OIT, essas não são as únicas características, associa-se também o alto grau de vulnerabilidade dos trabalhadores e empresários que compõem a categoria. Não obstante, embora seja comum associar informalidade à criminalidade, a economia informal produz bens e serviços legais (OIT, 2002).

Ainda sobre o relatório de 2002, uma passagem que merece destaque é aquela em que se reconhece a existência de uma forma de organização nas atividades informais e que não se sabe quais são os seus pressupostos:

O termo “informal” não significa que não existem regras ou normas que regulem as atividades de trabalhadores ou empresas. As pessoas envolvidas em atividades informais têm sua própria “economia política” - suas próprias regras, arranjos, instituições e estruturas informais ou de grupo para ajuda e confiança mútuas, fornecendo empréstimos, organizando treinamentos, transferindo tecnologia e habilidades, negociando e acesso ao mercado, cumprindo obrigações, etc. O que não sabemos é em que essas regras ou normas informais se baseiam e se ou como eles observam os direitos fundamentais dos trabalhadores (OIT, 2002, p. 3).

A aparente abrangência de ideias que a noção de informalidade contempla favoreceu a proliferação de diferentes leituras sobre o fenômeno. Existem, inclusive, autores que diferenciam escolas de pensamento sobre a economia informal. Na interpretação de Chen (2012), é possível evidenciar quatro escolas com pensamentos distintos. Posteriormente, Brown e McGranahan (2016) acrescentaram a escola inclusionista. Nesse contexto, as raízes causais da economia informal enfatizam principalmente a oferta de trabalho que supera a demanda e as relações com o estado. A classificação completa pode ser vista Quadro 4.

Escola de pensamento	Visão geral e foco	Raízes causais da economia informal	Implicações políticas	Principais influências
Dualista	A economia informal é um setor pré-moderno que atua como um espaço intermediário entre o sistema formal convencional e o desemprego completo. Focado nas atividades de “sobrevivência” pelos trabalhadores pobres, com poucos (se houver) vínculos com a economia formal.	Oferta de trabalho que excede em muito a demanda provocada pela industrialização.	Mais regulamentação estatal projetada para promover a produtividade informal e formas mais apropriadas de acesso aos recursos, incluindo capital, além da remoção de restrições estatais desnecessárias.	Hart (1973); OIT (1972).
Legalista	A economia informal é uma resposta do mercado (em oposição a uma condição temporária de excesso de oferta de trabalho). Focado na atividade microempreendedora 'corajosa'.	Regulação excessiva do estado.	Menos regulamentação estatal e mais políticas de livre mercado projetadas para permitir/despertar o potencial de crescimento de empreendedores informais (principalmente por meio da legalização dos direitos informais de propriedade).	De Soto (1989); De Soto (2000)
Voluntarista	A economia informal é resultado de produtores e comerciantes que optam por operar informalmente após pesar os custos e benefícios da informalidade versus formalidade. Focado em produtores e comerciantes informais oportunistas.	Esforços para evitar tributação e regulamentação onerosa na economia formal.	Trazendo empresas informais e seus trabalhadores para o ambiente regulatório formal, a fim de aumentar a base tributária e reduzir a concorrência desleal aos negócios formais.	Levenson e Maloney (1998); Maloney (2004)
Estruturalista	A economia informal é uma tentativa do capital formal do setor, agindo com a cumplicidade do estado, de reduzir salários e aumentar a flexibilidade, explorando trabalhadores informais desprotegidos. Focado em trabalhadores vulneráveis explorados pelo capital formal do setor.	Crescimento capitalista no contexto de crises econômicas.	Maior regulamentação das relações comerciais e de emprego entre as economias informais e formais, a fim de abordar as relações desiguais entre "grandes empresas" e produtores subordinados.	Castells e Portes (1989); Moser (1978).
Inclusionista	A economia informal é resultado de políticas, regulamentos e sistemas de governança antipobres que excluem os produtores e comerciantes informais mais pobres do acesso a empregos formais, serviços urbanos básicos e espaço na cidade para viver e trabalhar. Focado na agência política de moradores e trabalhadores informais pobres das cidades.	Políticas e regulamentos antipobreza e sistemas cada vez mais neoliberais de governança urbana.	Mobilização coletiva entre residentes e trabalhadores informais como prática contra-hegemônica de resistência e inclusão. Responsabilizar os governos locais pelos moradores e trabalhadores urbanos pobres.	Lindell (2010); Mirafteb (2009); Mitlin (2008); Watson (2009a); Watson, (2009b).

Fonte: Chen (2012); Brown e McGranahan (2016) [tradução própria]

Nestes termos, a subdivisão dos autores em escolas de pensamento, mesmo que seja um recurso didático pertinente, pode provocar confusão. Hart, por exemplo, alega que não criou nenhum modelo dual igual aquele difundido pela OIT, apenas identificou no cotidiano aquilo que as pessoas realmente estavam fazendo (HART, 2010; OLIVEN; DAMO, 2016). De todo modo, algo comum a essas escolas é que todas identificam uma causa raiz para o problema da informalidade e indicam uma “solução” para trazer essas experiências à formalidade. Além do mais, é possível perceber que houve uma mudança de sentido no conceito e o problema primeiro que era a questão da urbanização dos países de terceiro mundo praticamente se perdeu.

Novas nuances foram adicionadas, como a informalidade passando a ter uma relação ligada às questões jurídico-legais. Com isso, mesmo que haja uma ampla discussão em torno dessa questão, nas últimas décadas, há um esforço de legalização de diversas atividades do setor informal.

Esse fenômeno foi abordado por políticas públicas no Brasil, principalmente com a popularização da forma jurídico-legal denominada Microempreendedor Individual – MEI e a regulamentação de diversos negócios, até então considerados informais, podendo inclusive ter um trabalhador assalariado e se enquadrando na categoria empregador. Isso gerou uma migração de muitas pessoas da informalidade para a categoria “empreendedor”. Entretanto, as características de organização produtiva da informalidade ainda estão presentes na maioria dos negócios, tendo em vista que a formalização não muda a estrutura dessas atividades e não atende muitas das necessidades diretas dos negócios.

Esse processo de formalização passou a ser associado ao tema do empreendedorismo. Assim, embora o intuito aqui não seja discutir o que é empreendedorismo, nota-se que, em alguma medida, empreendedorismo e informalidade passam a se relacionar. Diversos estudos associam economia informal ao empreendedorismo, por vezes, utilizando expressões como “nano” e “micro” empreendedor (ABRAMOVAY *et al.*, 2003).

Em alguns casos, as estatísticas sobre informalidade, números expressivos no Brasil³, são associadas ao aumento do empreendedorismo. Exemplo disso, são os dados sobre empreendedorismo no Brasil, principalmente aqueles divulgados pelo

³ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE, a taxa de informalidade no Brasil atingiu 39,9% da população ocupada no primeiro trimestre de 2020.

SEBRAE que define todo e qualquer empregador e trabalhador por conta própria como sendo empreendedor. Em um relatório divulgado em 2019, 53,4 milhões de brasileiros seriam empreendedores⁴. Esses dados que maquiam a questão da informalidade sustentam o mito de que o Brasil seria o “país do empreendedorismo”.

Associar a “formalização” dos negócios informais ao empreendedorismo pode nos levar a interpretações errôneas sobre a realidade. Nesse contexto, parece haver, como disse Machado-da-Silva (2002), a ideia de que a informalidade está sendo substituída pela ideia de “empregabilidade/empreendedorismo”. Há um enaltecimento desse “espírito empreendedor” para lidar de modo natural com o surgimento de uma massa de trabalhadores que, em condições precárias, buscam, no autoemprego ou em pequenos negócios, condições para manutenção da sua força de trabalho e subsistência. Essa concepção, com um foco extremo na responsabilidade individual, mantém uma certa harmonia que legitima uma prática alienadora. Certamente, negócios com características de precariedade, muitas vezes pensados como forma de sobrevivência, não podem ser conceituados como avanços, no sentido de melhoria das condições para empreender. Esse tipo de configuração atua como uma espécie de política cognitiva (GUERREIRO RAMOS, 1989) que maquia e mantém a desigualdade e as relações de dominação.

O que podemos concluir com essa breve retrospectiva é que a noção inicial de “setor informal” passou para “economia informal”, depois somente “informalidade” e, nos últimos anos, tem sido analisada sob a lente do empreendedorismo/empregabilidade. Atualmente, tudo aquilo que foge da regulamentação do estado tende a ser considerado informalidade. A generalização do termo, fazendo parte do vocabulário acadêmico e popular, indicando aparentemente um significado único e de fácil assimilação favoreceu a perda da capacidade analítica do conceito (MACHADO-DA-SILVA, 2002). As grandes questões estruturais que antecederam a noção de setor informal foram deixadas de lado. As grandes categorias deram lugar a noções que focam na responsabilidade individual. A ideia de setor informal deu uma nova aparência a um problema anterior. O fetiche em torno da expressão “setor informal” ocorre, sobretudo, em razão da legitimação causada

⁴ Empreendedorismo no Brasil, 2019 - *Global Entrepreneurship Monitor* - Pesquisa realizada no Brasil com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Disponível em: <http://ibgp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf> Acesso em: 19 set. 2020.

quando instituições importantes como Banco Mundial, ONU e o Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex utilizam essa terminologia (BROMLEY, 1978; SANTOS, 2009). Esse fetiche, agora, parece estar engendrado em torno da expressão empreendedorismo. Com isso, muitas alegorias teóricas surgiram e o problema principal foi encoberto. O problema originário do setor informal é, na sua essência, reflexo da desigualdade espacial como demonstraremos a seguir.

2.2.2 Circuito inferior da economia urbana e flexibilidade tropical

Anteriormente, demonstramos os fundamentos da teoria espacial de Milton Santos e ressaltamos como a desigualdade espacial resultou na formação de uma massa de pessoas nos centros urbanos que desenvolviam as mais variadas atividades para conseguir sobreviver. O conjunto dessas atividades foi definido por muito tempo de forma hegemônica como setor informal. Argumentamos, ainda, que a noção de informalidade perdeu a capacidade analítica obscurecendo os grandes problemas. Agora detalharemos como essa desigualdade espacial revela uma dinâmica urbana e social muito particular nos diferentes países e como podemos compreendê-la. A ideia é resgatar uma daquelas grandes discussões que antecederam a noção de setor informal. Trata-se da teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos. O resgate dessa teoria associado à noção de economia popular, que será desenvolvida na próxima seção, possibilitará a compreensão da dinâmica espacial estabelecida no “setor informal”.

Em *Espaço dividido* [1975⁵], Milton Santos parte da questão da urbanização nos países então ditos subdesenvolvidos. Diversos estudos indicavam que esses países estariam em processo de transição para o desenvolvimento. Entretanto, Santos (2008, p. 19) é categórico ao expressar que “não se trata de um mundo em desenvolvimento, mas de um mundo subdesenvolvido com suas características próprias e seus mecanismos fundamentais que será necessário demonstrar”. Para o autor, ao analisar a dimensão histórica de países subdesenvolvidos, é perceptível uma

⁵ O livro original em francês data de 1975 (*L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine et leurs répercussions spatiales*). A tradução em português surge apenas em 1979. Entretanto, a discussão dos conceitos anunciados no livro estava presente em textos anteriores, como Santos (1971a; 1971b).

especificidade que se revela “na organização da economia, da sociedade e do espaço e, por conseguinte, na urbanização, que se apresenta como um elemento numa variedade de processos combinados” (SANTOS, 2008, p, 19). Portanto, a ideia era demonstrar que essa transição para o desenvolvimento não existe e que tais países estão situados em contextos particulares com realidades sociais, econômicas e espaciais específicas completamente distintas daqueles países ditos desenvolvidos.

A chave para elaboração de uma teoria espacial passa pela compreensão dessa seletividade do espaço, observável no nível econômico e social (SANTOS, 2008). O elemento central para compreensão dessa seletividade, que se forma historicamente, é a modernização tecnológica ou “modernizações”, como Santos (2008) preferiu chamar. O autor argumenta que essa concepção precisa ser entendida no plural por ser “o único modo de levar em conta as implicações temporais da organização do espaço” (SANTOS, 2008, p. 29). Observando essa concepção, os pesquisadores evitariam incorrer no erro de comparar fenômenos históricos distintos, fazer generalizações com base em exemplos de contextos específicos e marcados temporalmente, além de evitar analisar e interpretar realidades de um período com base em teorias de outro. Essa observação é realizada por Santos (2008, p. 31) para chamar a atenção da ambiguidade e da diferença que termos muito utilizados na literatura econômica, como “crescimento” ou “desenvolvimento”, carregam e que essa modernização não é igual em todos os lugares.

A breve definição de “modernizações”, realizada por Santos (2008, p. 31), é um elemento central no argumento para compreensão dos países subdesenvolvidos. Primeiro, ele ressalta que “cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema”. O autor completa dizendo que “cada um desses períodos representa uma *modernização*, isto é, a generalização de uma *inovação* vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente” (SANTOS, 2008, p. 31). Em cada período histórico, há os chamados “centros de dispersão do poder estruturante”, normalmente em países-polos, que criam um movimento de modernização, capaz de pressionar e influenciar os subsistemas a também se modernizarem. Paralelo a esse movimento de modernizações, criam-se os “espaços derivados” que representam um resultado desse movimento. Desde o primeiro momento de intervenção, o país entra em um sistema global e, a cada modernização,

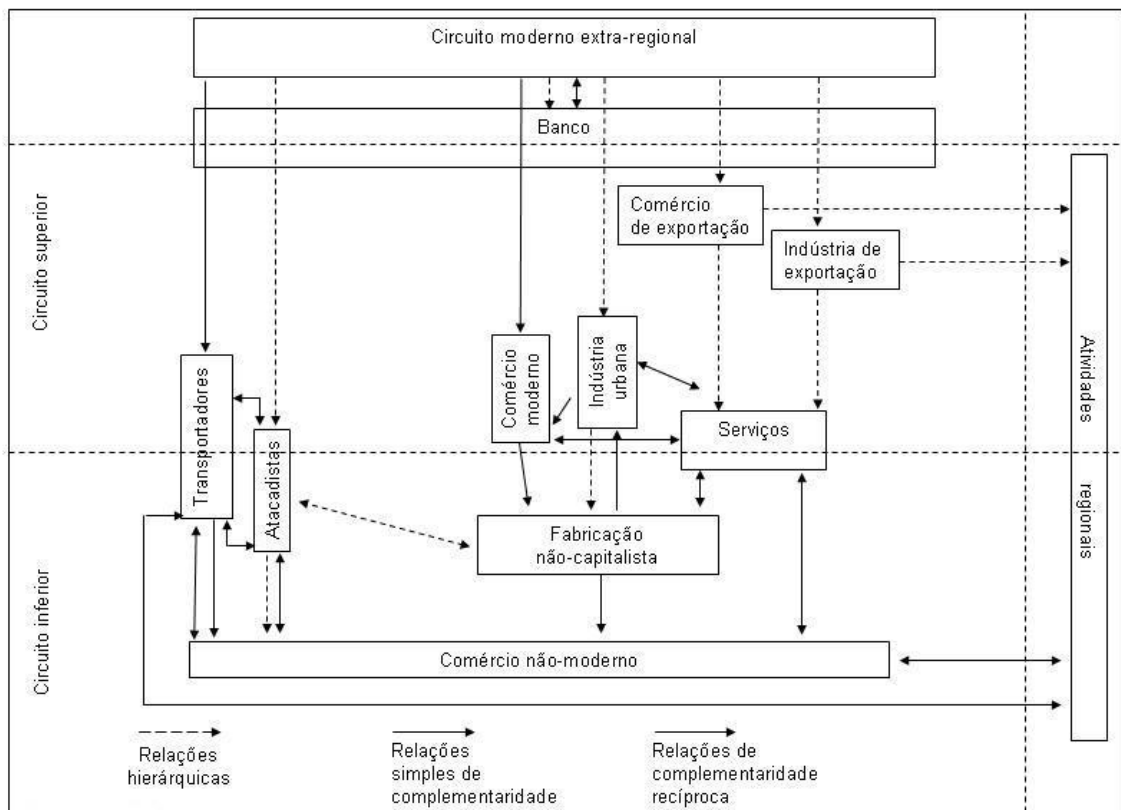
novos elementos externos são adicionados às situações presentes. Dessa forma, cada país, com contextos específicos e com realidades distintas, é influenciado por forças externas e tende a dar respostas específicas para esse processo de modernização. Como exemplo desses períodos ou sistemas históricos de modernizações, Santos (2008) cita a revolução dos transportes marítimos, a revolução industrial e a revolução tecnológica. Após a caracterização desses períodos, o autor destaca que “o impacto modernizador é seletivo” e que essas modernizações não atingem todos os países subdesenvolvidos (SANTOS, 2008, p. 35).

No início da década de 1970, o período já era marcado por modernizações tecnológicas e era representado pelas grandes indústrias e pelas empresas multinacionais (SANTOS, 2008). As grandes corporações tornavam-se os centros de difusão de poder estruturante. Por isso, duas variáveis foram fundamentais para a compreensão daquele período: a informação e o consumo. Santos (2008) destaca que a informação está a serviço do consumo e que essas duas variáveis, pela primeira vez na história, foram difundidas de maneira generalizada nos países subdesenvolvidos. Por meio da informação, há uma difusão das formas de consumo dos países ricos. Para ele, elas “são ao mesmo tempo geradoras de forças de concentração e de força de dispersão, cuja atuação define as formas de organização do espaço” (SANTOS, 2008, p. 36). Quanto mais moderna a produção, mais é a tendência de concentração em certos pontos do território. Por outro lado, o consumo tende a se dispersar, mas há uma seletividade social capaz de freá-lo, tendo em vista que o consumo não é o mesmo qualitativamente e nem quantitativamente em todos os lugares. Isso significa dizer que há uma generalização do consumo, propagada pela difusão da informação e que possui lastro em uma modernização tecnológica. Essa modernização é orquestrada em centros concentrados de poder que são característicos da grande indústria e das multinacionais. Essa difusão globalizante alcança todos os países, ricos ou pobres. Há, nesse sentido, um padrão de consumo difundido globalmente, mas há também uma diferença significativa no consumo a depender do país. Essas modernizações mais atuais criam, de um lado, um grupo minoritário que possui amplo acesso ao padrão de consumo e, de outro lado, um grupo majoritário que possui as mesmas necessidades, mas que não tem como satisfazê-las. Foi dessa forma que surgiram os dois circuitos econômicos, responsáveis não só

pelo processo econômico, como também pela organização do espaço (SANTOS, 2008).

Esses dois circuitos foram denominados por Santos (2008, p. 22) como “circuito superior” e “circuito inferior”. O primeiro impõe seu padrão de consumo a partir de um centro que extrapola a noção de cidade e é caracterizado, principalmente, pelos monopólios e grandes corporações multinacionais. O segundo é formado de atividades de pequenas dimensões, normalmente de interesse de populações mais pobres e, ao contrário do primeiro, mantém relações com a região ou com o local onde estão inseridos. De maneira simplificada, o circuito superior é “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 2008, p. 40). Por outro lado, “o circuito inferior é constituído, essencialmente, por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2008, p. 40). Os elementos desses dois circuitos são destacados na Figura 9:

Figura 2 - Os elementos dos dois circuitos



Fonte: Santos (2008, p. 40)

Com a referida sistematização, Santos (2008) descreve a relação desses elementos e reitera que podem existir elementos mistos, ou seja, que fazem parte dos dois circuitos e que isso não afeta a definição. O elo entre os dois circuitos é realizado principalmente pelos atacadistas. Atualmente, mais do que apenas a ligação entre os dois circuitos, as empresas atacadistas buscam prestar serviços e agregar valor para garantir essa condição de intermediária (XAVIER; CASTILLO, 2011). Segundo Xavier e Castillo (2011), o pequeno varejista é extremamente importante para a manutenção das empresas atacadistas. Por isso, é do interesse dos atacadistas que os pequenos comerciantes do circuito inferior tenham êxito com seus negócios. A forma de cooperação do atacadista com os pequenos comércios materializa-se por diferentes meios, como a oferta eficaz de serviços logísticos, a oferta de crédito e o apoio à profissionalização do varejo (XAVIER; CASTILLO, 2011). Esses fatos reforçam, ainda mais, a situação de dependência do circuito inferior em relação ao superior.

Ainda referente ao esquema proposto, é importante esclarecer que a simples enumeração desses elementos não define cada circuito. Para Santos (2008, p. 42), embora a definição não seja rígida, é possível definir cada circuito por duas características: (1) o conjunto das atividades realizadas em certos contextos; e (2) o setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo. Na definição dos dois circuitos, é preciso observar as características são inter-relacionadas. Por exemplo, o consumo no circuito inferior não é exclusivo das classes mais baixas e no superior não é exclusivo das mais altas. A mesma relação pode ser feita com a venda da força de trabalho e com as diversas atividades desenvolvidas em cada um dos circuitos. Entretanto, é evidente que há uma preponderância: as classes mais baixas tendem a consumir, a trabalhar e a executar atividades no circuito inferior e as classes mais altas tendem a consumir, trabalhar e a realizar atividades no circuito superior. Contudo, mesmo havendo sobreposições, o padrão de estruturação sistêmica de cada circuito é marcadamente distinto. Diante disso, a caracterização dos dois circuitos não pode ser realizada por meio de variáveis isoladas, trata-se de uma relação dialética. Uma parte do conjunto dessas variáveis são apresentadas no quadro abaixo, que enfatiza as características dos dois circuitos para diferenciá-los:

Quadro 4 - Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	burocrática	primitiva
Capitais	importantes	reduzidos
Emprego	reduzido	volumoso
Assalariado	dominante	não-obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade qualidade inferior
Preços	fixos (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	bancário institucional	pessoal não-institucional
Margem de lucro	reduzida o por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios

Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis	diretas, personalizadas
Custos fixos	importantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	nula
Reutilização dos bens	nula	frequente
Overhead de capital	indispensável	dispensável
Ajuda governamental	importante	nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou quase reduzida

Fonte: Santos (2008, p. 44)

As principais diferenças entre os dois circuitos são a tecnologia e a forma de organização. Enquanto o circuito superior utiliza a alta tecnologia criada e legitimada pelas grandes corporações, o circuito inferior utiliza aquilo que tem disponível. A tecnologia no circuito inferior se dá reinventando o uso das coisas, mediada principalmente por meio do trabalho intensivo. A organização no circuito superior é estabelecida pela dominação racional-legal que tem na burocracia a sua forma mais pura. Por outro lado, a organização no circuito inferior é engendrada por uma combinação de diferentes racionalidades.

As características de cada circuito evidenciam uma oposição entre ambos, mas isso não significa um dualismo. Os modelos duais para compreensão da economia foram amplamente difundidos, tanto é que resultou na noção de setor informal, como demonstramos na subseção anterior. Esses tipos de modelos, basicamente, confrontam uma concepção moderna com uma tradicional. Entretanto, é importante frisar que não se trata de dois tempos históricos distintos que estão em conflito. A propagação da modernização provoca um efeito sistêmico, um circuito não permanece inerte em relação ao outro. Desse modo, na perspectiva de Santos (2008), não existe dualismo, pois os dois circuitos têm origem no processo de modernização tecnológica. Contudo, apesar de distintos, o circuito inferior é dependente do circuito superior.

Silveira (2015) salienta novas articulações entre os dois circuitos. É possível evidenciar articulações horizontais e verticais. A integração horizontal no circuito superior "explica a construção de centros empresariais, nos quais as grandes firmas entrelaçam suas ofertas e demandas na contiguidade" (SILVEIRA, 2015, p. 256). No circuito superior, o exemplo notável é quando uma empresa contrata outra do mesmo circuito, posicionada na mesma localidade, para lhe prestar algum serviço. Por outro lado, no circuito inferior, esse tipo de articulação é um dos fatores que constitui a sua

existência (SILVEIRA, 2015). Além da integração horizontal, há também uma articulação vertical. Tal articulação pode assumir duas formas: complementaridade simples ou uma complementaridade hierárquica complexa. A simples é quando “o circuito superior vende um insumo ao circuito inferior ou quando o primeiro utiliza alguma economia externa, terceirizando tarefas em favor de um agente pouco capitalizado” (SILVEIRA, 2015, p. 256). Um exemplo que ilustra essa articulação é quando um dono de um pequeno mercadinho compra as mercadorias em um hipermercado. A complementariedade hierárquica complexa é observada quando as grandes redes globais e nacionais chegam à periferia ou quando a própria periferia assume o papel de escoar a produção dessas grandes redes (SILVEIRA, 2015). Um exemplo marcante disso são as revendedoras de cosméticos como Avon e Natura. Para Silveira (2015), a proliferação dessas complementariedades hierárquicas aumenta a subordinação do circuito inferior ao superior. O estado possui um importante papel na consumação dessa subordinação quando produz as bases materiais que sustentam o circuito superior (SILVEIRA, 2015). Há, portanto, uma série de relações que podem ser estabelecidas entre os dois circuitos que revelam o caráter dependente do circuito inferior em relação ao circuito superior.

A teoria dos dois circuitos, embora não tenha sido amplamente discutida e atualizada por diferentes áreas de conhecimento, foi abordada e utilizada como ferramenta de análise por uma série de estudos principalmente na Geografia (DANTAS, 2012; MONTENEGRO, 2006, 2011, 2012; SILVEIRA, 2004, 2007a, 2007b, 2015; TAVARES; TAVARES, 2012, 2014; XAVIER; CASTILLO, 2011).

Cabe ressaltar novamente que o circuito inferior é constituído por uma forma de organização e por uma racionalidade que lhes são próprias. Ou seja, trata-se de uma racionalidade da economia pobre das cidades de terceiro mundo (SANTOS, 2008). Para Santos (2006), essa racionalidade é caracterizada por uma dinâmica específica, que é revelada pela força do lugar. É pela compreensão dos lugares, em conformidade com Santos (2006, p. 15), que se pode abrir caminho para uma “ruptura epistemológica”, evidenciando novos caminhos e outras racionalidades. Um conceito que permite compreender tanto a desigualdade espacial quanto a forma pela qual cotidianamente os indivíduos lidam com essa desigualdade é o de “*flexibilidade tropical*”. De acordo com Milton Santos:

Nas grandes cidades, sobretudo no Terceiro Mundo, a precariedade da existência de uma parcela importante (às vezes a maioria) da população não exclui a produção de necessidades, calcadas no consumo das classes mais abastadas. Como resposta, uma divisão do trabalho imitativa, talvez caricatural, encontra as razões para se instalar e se reproduzir. Mas aqui o quadro ocupacional não é fixo: cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura. Essas metamorfoses do trabalho dos pobres nas grandes cidades criam, o que [...] denominamos de 'flexibilidade tropical'. Há uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tomado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais (SANTOS, 2006, p. 219-220).

Com o avanço do meio técnico-científico-informacional há uma produção de necessidades em escala global, que estão pautadas no consumo das classes mais altas e, em grande parte, localizadas em países que possuem maior capacidade de criar e de consumir essa demanda. Como as necessidades são disseminadas em grande escala, acabam alcançando muitos lugares, inclusive, aqueles mais pobres que empreendem uma outra dinâmica para suprir tais demandas.

Uma das formas contemporâneas por meio da qual a flexibilidade tropical se manifesta é a pirataria. Tozi (2012) analisou a pirataria como uma forma de flexibilidade tropical. O autor estabelece uma definição científica de pirataria, definindo como “toda ação que reproduza objetos ou informações, sem pagamento de direitos autorais ou de propriedade, acarretando uma desapropriação da criação e do conhecimento como subsídio para uma nova apropriação criadora” (TOZI, 2012, p. 10). Tal concepção extrapola a noção legal/ilegal estereotipada na ideia de pirataria. A pirataria não é uma prática homogênea que se estabelece da mesma forma em todos os lugares. A partir disso, o autor distingue pirataria imitativa e pirataria adaptativa. As nuances dessa distinção podem ser percebidas na Tabela a seguir.

Quadro 5 - Características distintivas entre a pirataria imitativa e adaptativa

	Pirataria imitativa	Pirataria adaptativa
Conhecimento técnico-científico-informação (conhecimento de mercado, gestão, acesso)	Alto. Conhecimentos especializados aplicados em diferentes etapas (concepção, produção, distribuição, escolha de fornecedores, materiais, produtores). Conhecimentos das escalas nacionais ou mundial.	Baixo ou inexistente. Conhecimentos empíricos parciais surgidos da necessidade produtiva ou comercial. Conhecimentos lugarizados. Escolhas se baseiam no que se oferece nas circunstâncias.

Capitais	Importantes. Financiamentos lícitos e ilícitos em grandes quantidades.	Reduzidos. Financiamentos lícitos e ilícitos em pequenas quantidades. Utilização de recursos próprios é importante.
Propaganda e marketing	Rara. Apoia-se na publicidade das marcas, objetos e modismos que copia. Alguns objetos copiados possuem campanhas de marketing (celulares, automóveis, p. ex.).	Inexistente. Local ou lugarizada, apoiada no “boca a boca” e seguidora de modismos. Papel secundário na difusão, nos lugares mais pobres, das modernizações.
Escala territorial de ação	Global, nacional e regional, principalmente.	Regional e local, principalmente.
Capacidade de adaptação às mudanças do mercado	Alta, mas o caráter imitativo é característica industrial.	Alta, mas baseada na adaptação às mudanças do circuito superior, da pirataria imitativa ou do meio geográfico próximo.
Apoio estatal	Existente. Apoiado por políticas estatais.	Inexistente. Não recebe apoio das políticas estatais.
Repressão estatal	Existente, mas seletiva.	Normalmente alta. A repressão ocorre no nível municipal, estadual e federal.
Meio geográfico necessário à existência	Modernizado. Exige redes modernas para a produção, distribuição e circulação. Compartilha as redes e fluxos globais de mercadorias.	Adapta-se e utiliza o meio geográfico existente. Beneficia-se dos lugares modernizados embora se vincule, com a mesma facilidade, ao entorno menos modernos ou deteriorados.

Fonte: Elaborado por Tozi (2012, p. 60) com base em Santos (1971b; 2008).

Essa distinção foi realizada por Tozi (2012) com base na teoria do dos circuitos da economia urbana, desenvolvida por Santos (2004) e que será analisada na subseção sobre a urbanização nos países de terceiro mundo. O conceito de flexibilidade tropical, mesmo que tenha sido pouco desenvolvido por outros pesquisadores, beneficia a compreensão da teoria dos dois circuitos da economia urbana. Em busca de expandir a compreensão desse fenômeno e compreender essa racionalidade que orientada os sistemas de ação no circuito inferior é que chegamos às categorias que serão analisadas a seguir.

2.3 O fenômeno da “outra economia” e a espacialidade da economia popular

Anteriormente, demonstramos como a ideia de setor informal foi fortemente influenciada por grandes instituições e como o conceito perdeu a capacidade analítica. Em grande medida, tanto a questão da informalidade quanto o circuito inferior revelam como os indivíduos engendram uma série de atividades econômicas que garantem a subsistência. Por outro lado, essa forma de organização econômica que se origina no contexto social, historicamente vem sendo estudada e associada a diferentes expressões, como economia social, economia solidária, economia popular e economia dos setores populares. Parte do amplo escopo que contempla essas perspectivas é intitulada como a “outra economia” (CATTANI *et al.*, 2009).

Diante disso, a ideia desta seção é resgatar as origens dessas outras formas de organização social e econômica, evidenciando quais fenômenos estão sendo incorporados nessas noções e demonstrar como a teoria de Milton Santos se torna profícua para compreensão da economia popular. Essa argumentação colabora teoricamente com os estudos dessa “outra economia” (CATTANI *et al.*, 2009), enfatizando a contribuição do pensamento de Milton Santos. Além disso, para o estudo em questão, a devida compreensão sobre a economia popular contribui como categoria de análise para explicitar as práticas organizativas do comércio realizado pelos imigrantes senegaleses. Em função disso, na seção seguinte, discorreremos sobre as principais noções supracitadas. Por fim, indicamos os elementos que sugerem a compreensão da economia popular à luz do circuito inferior.

2.3.1 Economia social, economia solidária e economia popular

Aquilo que Santos (2008) denominou como circuito inferior da economia urbana tem relação direta com a categoria denominada como economia popular. Por isso, utilizamos a inter-relação entre essas duas categorias como proposta analítica. No entanto, é importante notar que outros conceitos correlatos guardam grande correlação com o conceito de economia popular, especialmente economia social e

economia solidária. Dessa forma, discorreremos sobre essas três perspectivas nesta seção.

A busca pela compreensão dessa “outra” forma de organização econômica e social que aparece como reflexo e/ou como resposta à economia de mercado capitalista nos dirige para um grupo de terminologias: *economia social*, *economia solidária*, *economia popular*, entre outras. Apesar dessa pluralidade, nas últimas décadas, foi possível identificar alguns sentidos de congruência para essas ideias. O conceito de economia social é pouco utilizado no Brasil e geralmente faz referência às organizações do terceiro setor⁶. O conceito de economia solidária, por exemplo, comumente adotado na literatura e em organizações sociais, tem avançado – ainda que em pequenas dimensões e sem escapar de suas próprias contradições – criando e destacando organizações que se propõem a observar princípios de solidariedade, democracia, autogestão, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário. Por outro lado, há uma outra parcela significativa da população que também protagoniza meios alternativos de emprego e renda, e que não é reconhecida como parte da economia solidária, por exemplo, os vendedores de rua, os empreendimentos domésticos, os trabalhadores por conta própria etc. Como demonstramos anteriormente, essas atividades são comumente associadas à informalidade. Aqui, tais atividades contemplam o espectro do conceito de economia popular.

Mesmo que essas perspectivas se inter-relacionem, não há consenso sobre suas origens e tampouco sobre seus conceitos. Essa discussão é importante, pois, em muitos casos, tratam de fenômenos parecidos ou excluem fenômenos que ficam em um limbo teórico. Diante disso, a ideia aqui é resgatar essas concepções enfatizando as origens, os principais expoentes e os fenômenos que são associados a cada uma delas.

A *economia social* ganhou relevância no final do XIX, na Europa, mais precisamente na França. Entretanto, Defourny e Develtere (1999) ressaltam que a tradição associativa que origina a economia social remonta às formas mais antigas de associação humana. Desde o antigo Egito, passando pela Grécia antiga, tais autores citam uma série de organizações que exemplificam isso, como as sociedades agrícolas de ajuda mútua na China, as guildas pós-medievais do mundo muçulmano, os sistemas de castas na Índia, as irmandades na África e os grupos de trabalho na

⁶ Por exemplo, ONGs, entidades filantrópicas, OSCIP.

América pré-colombiana são alguns exemplos notáveis de associação humana. Além disso, Defourny e Develtere (1999) destacam que a inspiração religiosa também criou estruturas associativas em todo mundo.

Contudo, o movimento associativo dos trabalhadores e camponeses do século XIX foi o que influenciou fortemente o advento da economia social no sentido moderno. Defourny e Develtere (1999) apontam que a economia social moderna foi elaborada na intersecção das grandes ideologias do século XIX e nenhuma delas pode reivindicar autoria exclusiva. Os autores citam como influências, o socialismo associacionista de Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon, Proudhon e outros; o cristianismo social, exemplificado pela encíclica "*Rerum Novarum*"⁷ de 1891 que, embora rejeitasse o socialismo, apoiava os trabalhadores a formarem sindicatos; e os pensadores do liberalismo econômico que tinham como princípio máximo o *self-help* que incentivavam a associação de ajuda mútua entre os trabalhadores, exemplo desses liberais são Léon Walras que dava importância às associações populares e John Stuart Mill que defendia a associação de trabalhadores.

De modo amplo, Defourny e Develtere (1999) descrevem a ideia contemporânea de economia social a partir de duas concepções. A primeira foi identificando, no contexto jurídico-legal, as noções de cooperativismo, associativismo e mutualismo. A segunda foi destacando as características comuns das empresas e organizações que são agrupadas na categoria da economia social. Assim, os autores elencam os princípios gerais dessas organizações: a) finalidade de prestação de serviços aos membros ou à coletividade, sendo o lucro secundário; b) autonomia de gestão; c) controle democrático pelos membros; d) primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes. Em geral, é possível resumir que a economia social se propõe analisar as organizações que não se enquadram nas definições de organizações privadas cujo lucro é o objetivo primeiro, tampouco nas organizações de caráter público cujo interesse da sociedade em geral é objetivo primeiro (DEFOURNY, 2009). Os exemplos de organizações que se enquadram nessa lógica são as cooperativas, associações, sociedades de tipo mutualista e fundações. Por outro lado, também é comum associar essas formas organizativas ao conceito de terceiro setor. Entretanto, como destaca França Filho (2002), o terceiro

⁷ É uma encíclica escrita pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891 sobre diversas questões sociais.

setor tem origem nos Estados Unidos e está muito mais ligado à ideia de filantropia e organizações sem fins lucrativos.

Embora diversos fatos históricos possam ter influenciado o surgimento da economia social, foi no contexto da luta popular dos trabalhadores que o conceito ganhou mais relevância. A economia social deu notoriedade para a organização social dos trabalhadores e serviu como categoria de análise para evidenciar diversas formas de associação popular. Contudo, a instauração do quadro jurídico, criando os estatutos da cooperativa, associativa e mutualista, acabou mudando a lógica de atuação dessas organizações. Para França Filho (2002), esse marco legal foi uma forma de controle pelo estado que fez com que o perfil dessas organizações mudasse. A dimensão técnica e as normas jurídicas passaram a preponderar e a perspectiva de uma “economia solidária”, como princípio emancipatório, praticamente desapareceu. Segundo o autor, atualmente na França, o que é chamado economia social são “grandes estruturas tecnoburocráticas”.

Na perspectiva de França Filho (2002), tanto a economia social quanto a economia solidária têm fundamento no movimento associativo dos trabalhadores da primeira metade do século XIX na Europa. A *economia solidária*, então, surgiria como um movimento de renovação dessa economia social.

Do ponto de vista histórico, vários autores estabelecem a origem da economia solidária a partir do movimento operário no século XIX (LAVILLE; GAIGER, 2009; SINGER, 2002a; FRANÇA FILHO, 2002). Esse amplo movimento, que reivindicava uma série de direitos, foi substancial para a organização dos trabalhadores e para o surgimento de diferentes formas de associação. Os sindicatos e outras organizações sociais começaram a surgir e a luta dos trabalhadores começou a se mostrar efetiva. A economia solidária surge, nesse contexto, se opondo ao interesse meramente utilitarista propagado pela lógica capitalista (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Especificamente, para França Filho (2002, p. 13), mais do que um conceito para identificar experiências, esse movimento se trata, antes de tudo, de “um projeto político de sociedade”, que não está centrado no estado e tampouco no mercado. O fenômeno da economia solidária é uma “busca de novas formas de regulamentação da sociedade” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 15). Ou seja, acredita-se que existem outras racionalidades que extrapolam a lógica de mercado capitalista, que contribuem para

a regulamentação da sociedade. Pelas palavras do autor, é possível perceber o sentido prático da designação do termo economia solidária:

Na prática, o termo economia solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade. O fato é que se vêm verificando a emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas (FRANÇA FILHO, 2002, p. 14).

O excerto que caracteriza esse conceito marcadamente pode ser expresso como as “novas formas de solidariedade”. A ideia é identificar e analisar formas solidárias que se entremeiam ou extrapolam a lógica do cálculo estritamente instrumental. França Filho (2001), tipificando o que seriam práticas de economia solidária na França cita o comércio justo, a finança solidária, a economia sem dinheiro e as empresas sociais.

Na América Latina, a discussão sobre economia solidária ganha destaque, com outra terminologia que é a *economia popular*, principalmente a partir da década de 1990. Na concepção de Razeto (1993b), as relações econômicas entre os homens carregam instintivamente um certo grau de solidariedade. Economia e solidariedade estariam imbricadas. Sendo assim, o caminho seria ressaltar essa racionalidade proporcionada pela solidariedade que permeia as relações econômicas. A ideia de Razeto (1993b) era incorporar solidariedade na economia. A economia solidária seria uma espécie de “projeto” em que solidariedade e economia comungassem juntas. Em busca dessa solidariedade é que o autor vai enfatizar o modo de vida dos mais pobres. Nas palavras dele:

Marginalizados da economia oficial, acham necessário implantar estratégias reais de sobrevivência, realizando qualquer tipo de atividade econômica informal e por conta própria para obter uma renda que garanta a satisfação de suas necessidades básicas. Assim, da realidade da pobreza, surgiu a (erroneamente) economia informal ou economia invisível, que preferimos chamar de **economia popular** pelo fato de ter um maior significado econômico e cultural que implica, que é a ativação e mobilização econômica do mundo popular (RAZETO, 1993b, p. 10, destaque no original, tradução nossa).

A economia popular, nas suas mais diversas manifestações, pode carregar importantes elementos de solidariedade. Para Razeto (1993b), a cultura dos grupos sociais mais pobres seria “naturalmente” mais solidária. Esse modo de vida, permeado por necessidades, revelaria uma outra racionalidade fundamentada em formas mais solidárias e de ajuda mútua. O trecho citado a seguir enfatiza essa perspectiva:

A experiência da pobreza, da necessidade vivida como urgência cotidiana para assegurar a subsistência, leva muitos a sentir a importância de partilhar o pouco que têm, de formar comunidades e grupos de ajuda mútua e proteção recíproca. O mundo popular, para dizer a economia, o faz "à sua maneira", com seus valores, com suas formas de pensar, sentir, se relacionar e agir (RAZETO, 1993b, p. 16, tradução nossa).

Para Razeto (1993b), no âmbito da economia popular, haveria um tipo de experiência que teria um potencial maior para formar o projeto de economia solidária, que seriam aquelas formas associativas que se apresentam como organizações sociais ou comunitárias. O autor denomina essas organizações de “organizações econômicas populares” (RAZETO, 1993b, p. 16). As características principais dessas organizações são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 6 - Características das Organizações Econômicas Populares

Ideia-chave	Característica
Setores populares	São iniciativas que se desenvolvem nos setores populares, entre os mais pobres e marginalizados.
Associações personalizadas	São experiências associativas, do tipo “pequenos grupos” ou comunidades. Não são organizações de “massa”, mas associações personalizadas cujos membros se reconhecem em sua individualidade.
Organização	São formas de organização no sentido técnico da palavra. Eles têm objetivos precisos, organizam racionalmente os recursos e meios para alcançá-los, agendam atividades definidas a tempo, estabelecem procedimentos de tomada de decisão etc.
Ação direta	Estas organizações procuram satisfazer as necessidades e enfrentar os problemas sociais dos seus membros por meio da ação direta, isto é, com o seu próprio esforço e com a utilização dos recursos que conseguem obter para tais fins. Portanto, eles não são vingativos (no sentido de pressionar os outros a cuidar de seus problemas), mas procuram resolvê-los por meio da ajuda mútua e do autodesenvolvimento.

Relações e valores solidários	São iniciativas que implicam relações e valores solidários, no sentido de que as pessoas estabelecem laços de colaboração mútua, cooperação no trabalho, responsabilidade solidária. A solidariedade constitui-se como elemento essencial da vida das organizações, no sentido de que a concretização dos objetivos depende em grande medida do grau de cooperação, confiança e comunidade que os seus membros alcançam.
Decisões coletivas	São organizações que querem ser participativas, democráticas, autogestionárias e autônomas, no sentido de que o grupo de seus membros seja considerado o único chamado a tomar decisões sobre o que se faz, direito que decorre do esforço e trabalho que cada um e o grupo como um todo atuam.
Interligação	Estas organizações não se limitam a um só tipo de atividades, mas tendem a ser abrangentes, no sentido de que combinam suas atividades econômicas com outras atividades de desenvolvimento social, educacional, pessoal e grupal, solidárias e, muitas vezes, também ação política e pastoral religiosa.
Diferentes e distintas	São iniciativas nas quais se pretende ser diferente e alternativo em relação às formas organizacionais predominantes (definidas como "capitalistas, individualistas, consumistas, autoritárias etc.), e contribuir para uma mudança social na perspectiva de uma sociedade melhor ou mais justa. A ligação entre a vontade transformadora e o ser alternativo é digna de nota, na medida em que estas experiências distinguem a intenção de adotar desde agora e no pequeno os valores e relações que se pretende difundir ou implantar ao nível da sociedade global.
Coordenações e redes	São organizações que procuram superar a marginalização e o isolamento, conectando-se horizontalmente, formando coordenações e redes que lhes permitem propor objetivos maiores. Da mesma forma, buscam ativamente a colaboração de instituições não governamentais que ofereçam serviços de formação, assistência técnica e diversos apoios, ou de instituições públicas e comunitárias para se abrirem às experiências comunitárias.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Razeto (1993b) [tradução nossa]

Luis Razeto foi um dos pioneiros a discutir economia solidária e economia popular na América Latina. Nota-se que a perspectiva desse autor difere um pouco da perspectiva da economia social e da economia solidária que tem origem na vertente europeia. Em grande medida, é válido dizer que a preocupação de Razeto era com o modo de vida da população mais pobre. Outro fato é que economia solidária e economia popular estavam relacionadas, mesmo que uma não se limitasse a outra.

No Brasil, economia solidária e economia popular ganham destaque a partir do seminário “*Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*”, realizado em 1999. O seminário, depois traduzido em livro com o mesmo nome (KRAYCHETE, LARA; COSTA, 2000), reuniu expoentes da temática e oportunizou um debate importante. O destaque fica nos textos de Gabriel Kraychete, José Luis Coraggio e Paul Singer.

Kraychete (2000, p. 13) destaca a “economia dos setores populares” definindo da seguinte maneira:

[...] convencionamos designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (KRAYCHETE, 2000, p. 13).

O autor introduz essa ideia olhando para uma gama de atividades heterogêneas que garantem a reprodução da vida de uma parcela significativa de pessoas. Essas atividades salientam uma racionalidade própria e são reveladas nas mais diversas formas, sejam individuais, familiares ou associativas. Tal perspectiva não idealiza os valores concernentes a essas atividades, ou seja, não se pressupõe solidariedade como na economia solidária. Trata-se de uma categoria mais ampla que inclui, mas não se limita à economia solidária. Neste primeiro texto, a argumentação de Kraychete (2000) para a economia dos setores populares estrutura-se a partir da compreensão do setor informal, mesmo que aquela também não se limite a este. Conforme o autor, até a década de 1970, a visão sobre o setor informal era que seria suprimido pelo crescimento econômico e, por outro lado, para a esquerda esse fenômeno não era de grande interesse porque o que valia era a luta sindical. As atividades do setor informal ficavam, assim, num limbo.

Kraychete (2000) destaca que, desde a década de 1970, surgiram duas visões sobre o fenômeno. Uma seguindo uma lógica ultraliberal, que faz referência ao empreendedor de si mesmo, sugerindo que quem não fizesse parte do mercado de trabalho formal que criasse seus próprios meios de empreender. Outra, sugerindo que a reprodução da vida das pessoas no setor informal, estaria envolvida em uma forma econômica específica. Essa última envolveria as ideias, até então pouco precisas, de

economia popular, economia popular e solidária ou socioeconomia solidária. O autor argumenta a favor da segunda perspectiva e está respaldado nas contribuições de Braudel (1985, 1996) sobre capitalismo e mercado. Para Braudel, economia de mercado e capitalismo são coisas diferentes, as formas de trocas existem independentemente do capitalismo. Nota-se que tanto Razeto (1993b) quanto Kreychete (2000) partem das noções de economia informal e setor informal para construir suas argumentações.

Outra contribuição, no caso, vem com Coraggio (2000). Para o referido autor, a unidade de análise da economia popular precisava ser a “unidade doméstica”. Com isso, a família é compreendida de maneira ampliada, incluindo tanto os laços consanguíneos quanto outros tipos de laços sociais, como amigos, relações étnicas etc. Essa classificação de Coraggio (2000) é bastante ampla, não se limita aos mais pobres, excluindo basicamente os rentistas, ou seja, aqueles que vivem da renda do capital investido.

Por outro lado, para realizar um contraponto, no mesmo seminário, Paul Singer expõe suas divergências e contribuições. Diante disso, duas críticas elencadas merecem destaque. A primeira evidencia a definição de economia dos setores populares tida como uma definição “negativa”, que se define pela negação. Em outras palavras, tudo aquilo que não é economia capitalista seria economia dos setores populares. A segunda faz menção à classificação utilizada por Coraggio (2000) de “unidades domésticas”. Para Singer (2000), seria um equívoco colocar todos os assalariados nessa classificação, a unidade doméstica é, na maioria dos casos, um lugar de consumo e não de produção. Sendo assim, a proposta de Singer (2000) volta-se para outra frente. Para ele, a economia não capitalista estaria ancorada em princípios “socialistas” ou “cooperativos”. Essa visão propõe um projeto político utópico de uma economia autogestionária formada por cooperativas.

Diante disso, Singer (2000) ressalta que, embora terminologicamente não importe muito, o projeto foi denominado por ele de “economia solidária”. No Brasil, Paul Singer foi um dos principais expoentes na difusão e na defesa da economia solidária, produzindo diversos textos sobre o assunto (ver, por exemplo, SINGER, 2000, 2001, 2002a, 2002b, 2003). Singer (2002a) buscou as raízes históricas da sua

ideia de economia solidária nos socialistas utópicos⁸, principalmente Robert Owen que é considerado o “pai do cooperativismo”. A economia solidária, para ele, seria um “novo modo de produção”, constituído por cooperativas que teria na autogestão seu princípio fundamental. Nesse projeto, o poder estatal teria papel mediador e distribuiria parte do excedente daquelas cooperativas que se destacassem àquelas que não obtivessem tanto êxito, garantindo assim uma renda básica.

Entretanto, essa perspectiva idealizada por Singer não é consenso no campo da economia solidária. Por exemplo, autores como França Filho e Laville (2004) apresentam uma ideia com sentido um pouco diferente. Nas palavras deles:

Pensamos, dessa forma, que a economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária, ao invés de uma nova forma de economia que viria a acrescentar às formas dominantes de economia, no sentido de uma eventual substituição. Este conceito de Economia Solidária nos aparece, então, como uma projeção ao nível micro ou mesossocial, que constituem formas híbridas das economias mercantis, não-mercantil e não-monetária, e que não se deixam apreender sob a figura única do “puro” mercado, conhecido apenas pelos economistas ortodoxos (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 187).

Nessa linha, França Filho (2001) relacionou a abordagem da economia solidária com o contexto brasileiro. Ele questionou, “onde residiria, então, a singularidade brasileira de uma economia solidária?” (FRANÇA FILHO, 2001, p. 264). Diante disso, argumenta que essa singularidade estaria no “legado ainda forte de uma chamada economia popular”. De acordo com o autor, há o convívio entre uma economia mercantil e uma não-mercantil. Nas palavras dele: “este ‘mar’ de atividades permeando os circuitos do Estado e do mercado, que celebra quotidianamente as *incompletudes* da nossa modernidade, é mais conhecido sob a expressão de setor informal” (FRANÇA FILHO, 2001, p. 265, destaque no original). Para esse autor, a economia informal se distingue em três diferentes concepções:

Quadro 7 - Concepções sobre economia informal

Tipo	Característica
------	----------------

⁸ Socialismo utópico é a corrente inicial do socialismo, desenvolvida principalmente por Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858). A atribuição de “utópico” é uma crítica realizada pelos marxistas (ver Engels, 2004), que se autointitulam socialistas científicos.

Economia Informal	Refere-se aos vários casos de empreendedorismo individual que pretende reproduzir as trocas mercantis numa dimensão não formalizada da relação contratual.
Economia Paralela ou Ilícita	Baseada em formas despóticas de solidariedade e refere-se às atividades consideradas de contravenção pública baseadas no crime, como atesta o exemplo da organização do tráfico de drogas.
Economia Popular	Trata-se aqui de um modo coletivo de organização de trabalho, compreendendo desde formas domésticas de produção até formas mais cooperativas e democráticas de organização e trabalho. Tal tipo de economia, que inscreve a solidariedade no centro da geração de atividades e, em muitos casos, é fortemente não monetarizada, é que garante a sobrevivência de largas parcelas da população em sociedades como a nossa.

Fonte: Adaptado de França Filho (2001, p. 265).

Seguindo um ponto de vista semelhante com aquele de Razeto (1993b), França Filho (2001) destaca que no Brasil a economia popular estaria na base do desenvolvimento de uma economia solidária.

Na perspectiva de França Filho (2001), a diferença fundamental entre a economia solidária europeia e a latino-americana seria o elevado grau de institucionalização do fenómeno no contexto europeu. O autor profere que, na Europa, havia muito mais articulação com o estado, envolvendo parcerias, reconhecimento institucional e apoio financeiro. Um exemplo disso é a certificação *Fairtrade*⁹ (comércio justo) que tem como missão “conectar produtores e consumidores desfavorecidos, promover condições comerciais mais justas e capacitar os produtores para combater a pobreza, fortalecer sua posição e assumir mais controle sobre suas vidas”¹⁰.

No Brasil, a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES cujo secretário era Paul Singer, o diálogo com o estado começou a surgir. O apoio e o fomento a algumas práticas de economia solidária, ainda que em número pequeno, começaram a ficar mais evidentes e um campo começou a ser configurado. No âmbito acadêmico, os estudos também se proliferaram. No âmbito institucional, a definição de economia solidária foi estabelecida “como o conjunto de

⁹ Ver: <https://www.fairtrade.net/>

¹⁰ Missão da *Fairtrade Organization*. Disponível em: <https://www.fairtrade.net/about/mission>. Acesso em: 20 set. 2020.

atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (SENAES, 2006, p. 11).

Nessa disputa conceitual envolvendo economia popular, economia solidária e outras terminologias próximas, a economia solidária conseguiu maior relevância. Essa perspectiva ganhou notório destaque, sendo amplamente utilizada na literatura e ganhando lugar em políticas públicas. Por outro lado, a economia solidária também foi amplamente criticada, principalmente em estudos de vertente marxista (GERMER, 2007; NEVES, 2008; FARIA, 2017). Mesmo que tenha diferentes nuances sobre o conceito de economia solidária, as críticas desses autores citados têm como interlocutor direto Paul Singer que foi um dos intelectuais que ganhou notória relevância acadêmica e política com seu projeto de economia solidária. Uma das críticas é que a definição de economia solidária como um novo modo de produção não possui substrato na realidade (FARIA, 2017). Outro ponto criticado é a ideia de autogestão da economia solidária. De acordo com Faria (2017), a autogestão precisa ser compreendida como a negação do modelo de gestão hegemônico e unilateral, no qual uns mandam e outros obedecem, que preserva a relação de dominação (heterogestão). Nesse sentido, os empreendimentos da economia solidária não são autogestionários, pois não negam completamente a heterogestão, possuir algumas características autogestionárias não, necessariamente, os definem como tal. A economia solidária constitui um conjunto de experiências isoladas que não superam o sistema de produção capitalista (FARIA, 2017).

A perspectiva da economia solidária como se apresenta atualmente se limita a alguns tipos de experiência. Em muitos casos, o conceito é idealizado primeiro, para depois analisar na realidade quais são as práticas que legitimam aquela ideia. A importação desse conceito da Europa, com uma série de experiências que estão longe da realidade da América Latina, contribui para uma falta de elucidação. Aquela ideia inicial proferida por Razeto (1993b), de compreender o modo de vida da população mais pobre, parece ter se perdido, já que a economia solidária não contempla uma grande variedade dessas experiências. Por isso, há uma parcela de trabalhadores que continuaram sem relevância institucional e acadêmica.

Nessa linha, Kraychete (2017) escreve um novo texto ressaltando as formas de trabalho da economia dos setores populares que não se enquadram em categorias

comumente utilizadas. O autor faz menção a três formas de trabalho que envolvem a produção e a comercialização de alimentos, seja de forma individual seja de forma associativa. O exemplo marcante é o da vendedora de “geladinhos” na periferia de Salvador, na Bahia. Para Kraychete (2017, p. 904), essa atividade não se enquadra na ideia utilizada pela economia solidária. Além disso, fazer a inclusão na categoria da informalidade seria equiparar a empresas que contratam trabalhadores sem registro em carteira; defini-la como empreendedora seria reforçar a falsa ideia que o Brasil é um país do empreendedorismo e, tampouco se enquadra na categoria “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 1999, 2005, 2015), visto que é dona dos “meios de produção”. Sendo assim, Kraychete (2017) reforça a importância do fenômeno da economia dos setores populares.

Uma outra argumentação que também ressalta a singularidade da economia popular foi destacada por Tiriba (2004) e Icaza e Tiriba (2003). Nesse sentido, buscando realizar um contraponto direto com a noção de economia informal, Tiriba (2004) discute a atividade das pessoas que fazem das ruas local de trabalho. Essa autora também constatou que os conceitos de economia formal e informal não são suficientes para explicar a complexidade das relações sociais. Dessa forma, o conceito de economia popular nos ajudaria a compreender a racionalidade econômica que envolve esse tipo de atividade. Icaza e Tiriba (2003) definem economia popular da seguinte forma:

Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurarem a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 150).

Tiriba (2004) salienta como esses trabalhadores vêm sendo apresentados ao mercado de forma individual. Contudo, isso precisava ser repensado, tendo em vista que todo trabalho é social. Nas palavras da autora:

Sendo o trabalho uma atividade humana cujo processo envolve a relação com outros homens, é possível perceber que por detrás dos, geralmente denominados ‘trabalhadores por conta própria’ existe um determinado número de pessoas a eles associado (TIRIBA, 2004, p. 3).

Nestes termos, por mais que as atividades da economia popular aparentemente se mostrem individuais, na realidade, elas envolvem uma série de relações sociais. Além disso, quando o contexto no qual essas atividades se inserem é analisado de forma mais minuciosa, é possível identificar formas de organização bastante complexas nas quais o vendedor de rua, por exemplo, é apenas a minúscula parte visível.

Diferentemente de autores como Razeto (1993b) que situa a economia popular no âmbito dos mais pobres, Tiriba (2004, p. 3) argumenta que “a economia popular não é filha do desemprego e, tampouco da pobreza”, a ideia de economia popular nos remonta a origem da palavra economia que tem relação com a “administração da casa”. Nesse contexto, a economia popular não tem origem no sistema capitalista e pode ser percebida da seguinte maneira:

[...] a economia popular é a forma pela qual, historicamente, os homens e mulheres que não vivem da exploração da força de trabalho alheio, vêm tentando garantir o seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como no espaço mais amplo que envolve o bairro, a cidade, o país e o universo (aí incluído o Planeta Terra, como nossa Casa Comum) (ICAZA; TIRIBA, 2004, p. 103).

Nessa mesma linha, o sentido originário da palavra economia também é resgatado por Arruda (2004) para definir aquilo que ele designa por socioeconomia solidária. Em sua concepção, a socioeconomia solidária equivale à economia solidária, a única diferença estaria no sentido social que a economia deveria ter, remontando ao sentido etimológico da palavra.

Embora o resgate do sentido da palavra economia seja pertinente para enfatizar o modo de vida das pessoas e o sentido social da palavra, é preciso ter cuidado para não incorrer no erro de contrapor dois modos de vida de períodos completamente distintos, como destaca Santos (2008). A realidade precisa ser compreendida sob as condições sociais e materiais do período atual.

Por meio das ideias desenvolvidas, é possível perceber que não se trata apenas de uma discussão terminológica. Neste campo, há diferentes fenômenos que são associados aos conceitos de economia social, economia solidária e economia popular. Enquanto a economia solidária tem um projeto político e social mais amplo e

com princípios mais bem definidos, a economia popular está muito mais preocupada com a forma como as pessoas estão sobrevivendo. Ainda no âmbito desse debate, Gago; Cielo e Gachet (2018) reconhecem que a economia popular é uma definição em conflito. Os autores mencionam um conflito binário. Por um lado, há aqueles que procuram enquadrar a economia popular no âmbito da informalidade. Por outro lado, há a discussão em torno das economias solidárias que se frustram quando se deparam com a realidade. Diante disso, os autores situam a economia popular como

[...] um espaço de oscilação e problematização, mas precisamente aberto ao teórico e experimentação prática de formas produtivas, de comercialização, de construção de vínculos que expressem a criatividade e a capacidade de inovação popular sem um quadro pré-estabelecido ou norma *a priori* que indique como enfrentar as relações de exploração e dominação no capitalismo (GAGO; CIELO; GACHET, 2018, p. 12, tradução nossa).

Seguindo essa perspectiva, a ideia central desta seção foi apresentar sumariamente a discussão na qual a economia popular está inserida. No próximo subtítulo, indicaremos alguns elementos das categorias desenvolvidas até aqui que permitem compreender melhor a economia popular.

2.3.2 A economia popular do ponto de vista espacial

As categorias do circuito inferior e da economia popular são aquelas que nos fornecem os melhores indícios para compreensão do comércio popular protagonizado pelos imigrantes senegaleses. Dessa forma, a argumentação é no sentido de retomar a questão espacial para compreensão da economia popular.

A organização espacial dos países subdesenvolvidos pode ser compreendida pela teoria dos dois circuitos da economia urbana, como demonstrado nas seções anteriores. Durante muito tempo, boa parte da dinâmica econômica do circuito inferior foi qualificada como sendo o setor informal. A informalidade passou a ser percebida como um mal a ser combatido e que seria suprimida com o desenvolvimento e a modernização. Entretanto, o que a história nos mostra é que essas atividades consideradas irracionais e arcaicas persistem até os dias de hoje. Diversas perspectivas tentaram compreender o fenômeno, mas poucas se comprometeram

com a realidade como ela é (SANTOS, 2009). Milton Santos demonstrou que há uma forma de organização espacial distinta entre os diferentes países. Diante disso, nos países ditos de terceiro mundo, a desigualdade espacial evidencia o circuito inferior que possui uma forma de organização que pode ser caracterizada pela flexibilidade tropical. A flexibilidade tropical é a forma por meio da qual os mais pobres lidam cotidianamente com essa desigualdade, engendrando uma série de saberes para suprir diferentes necessidades impostas pelo processo de modernização tecnológica que é eminentemente desigual.

No âmbito das ciências sociais, para além da teoria de Milton Santos e das ideias em torno da noção de informalidade, essa forma de organização econômica e social vem sendo analisada sem levar em conta as diferenças espaciais. Desde a década de 1990, há um esforço de muitos pesquisadores e estudiosos para compreender as formas de organização econômica e social que fogem dos parâmetros da chamada economia de mercado capitalista. A forma de organização daquilo que Milton Santos chamou de circuito inferior pode ser compreendida, de antemão, como equivalente ao que se denomina de economia popular. Para Lisboa (2004), Milton Santos é o precursor da ideia de economia popular¹¹. Outros autores também mencionam que a ideia de economia popular tem como base a teoria dos dois circuitos de Milton Santos (KRAYCHETE, 2007, 2011, 2017). No Brasil, Gabriel Kraychete e Lia Tiriba ressaltam a especificidade da economia popular. Por exemplo, Kraychete (2002) situou o debate no contexto brasileiro e trouxe novos elementos para discussão. Para tanto, destaca que, no Brasil, o trabalho nunca teve as proteções sociais do chamado *Welfare State*¹² europeu. A institucionalização desse modelo na Europa possibilitou “desmercantilizar parcialmente a força de trabalho” (KRAYCHETE, 2002, p. 86). Isso quer dizer que o trabalho, além de produzir mercadorias, passou a garantir uma série de direitos universais junto. Todavia, o caráter “antimercadoria” do trabalho começou a ser desmantelado pelo discurso neoliberal, que se respalda nas ideias de flexibilização e empreendedor de si próprio. Dessa forma, uma articulação entre o circuito inferior e a economia popular ainda não foi realizada de maneira sistemática. Essa economia popular, característica dos países periféricos, é

¹¹ Além de Milton Santos, Lisboa (2004) cita que essa descoberta pode ser creditada também a Tévoédjré (1981); MaxNeef (1982/1986); Hirschman (1984/1986); Soto (1986/1987); Left (1986/2000); Coraggio (1991; 1994); Martínez Alier (1992/1998), e Núñez (1996).

¹² Estado de bem-estar social.

costumeiramente desprezada até por pesquisadores do campo da chamada outra economia. Para compreensão dos países periféricos, é comum ocorrer uma transposição conceitual sem muito rigor e questionamento.

Diante disso, para desenvolver uma argumentação e para compreensão mais crítica do fenômeno é importante assimilar um dos sentidos daquilo que Guerreiro Ramos (1965, 1981) chamou de “redução sociológica”. O primeiro sentido dessa concepção destaca que o pesquisador precisa ter uma assimilação crítica da cultura e da produção científica estrangeira. Isso se torna importante quando analisamos as origens e carga semântica dessas ideias que buscam compreender essas “outras formas econômicas”. Trata-se, antes de tudo, de situar o objeto na realidade na qual ele está inserido e desobscurecer a percepção dos pesquisadores quando se propuserem a analisar esse fenômeno em países que não possuem papel central na disseminação das técnicas modernizadoras. Por exemplo, a formação econômica e social na França, onde surgiu a ideia de economia solidária, difere significativamente da formação latino-americana e da africana.

Por outro lado, quando analisamos os problemas que deram origem às temáticas do setor informal, circuito inferior e economia popular, podemos perceber que envolve principalmente a categoria espacial. Hart (1973) começou seu estudo com um grupo de imigrantes que desenvolviam uma série de atividades para sobreviver no contexto urbano de Acra. Razeto (1993b) enfatizou a economia popular a partir da pobreza urbana que tem origem, entre outras causas, na modernização tecnológica e no caráter dependente das economias de terceiro mundo. O circuito inferior, na sua essência, tem origem no processo de modernização tecnológica ou, mais precisamente, no meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008).

Ao analisar cada uma dessas perspectivas, mostramos que a ideia de setor informal perdeu a capacidade analítica. A ideia de economia popular perdeu lugar para a ideia de economia solidária. Nesse contexto, uma série de fenômenos não se enquadram no conceito de economia solidária. Outros campos de conhecimento não dialogaram com a teoria dos dois circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos. Nota-se, portanto, uma extensa discussão conceitual e uma fragmentação do conhecimento.

O que parece nos remeter para um certo consenso entre essas perspectivas é o fato de que, parte das práticas que compõem cada uma dessas concepções,

estarem respaldadas em uma racionalidade que difere daquela estritamente instrumental. Por outro lado, um dos grandes impasses é que uma parte dos autores sustenta existir uma economia alternativa àquela economia capitalista. Isso acaba sendo problemático, pois ignora parte da realidade. Se existe uma economia alternativa, ela está espacialmente situada e vai surgir entremeada àquilo que já existe, sobrepondo diferentes sistemas de ação. Vale destacar nas palavras de Santos (2011):

Uma boa parcela da humanidade, por desinteresse ou incapacidade, não é mais capaz de obedecer a leis, normas, regras, mandamentos, costumes derivados dessa racionalidade hegemônica. Daí a proliferação de “ilegais”, “irregulares”, “informais”.

Essa incapacidade mistura, num processo de vida, práticas e teorias herdadas e inovadas, religiões tradicionais e novas convicções. É nesse caldo de cultura que numerosas frações da sociedade passam da situação anterior de conformidade associada ao conformismo a uma etapa superior da produção da consciência, isto é, a conformidade sem o conformismo. Produz-se dessa maneira a redescoberta pelos homens da verdadeira razão e não é espantoso que tal descobrimento se dê exatamente nos espaços sociais, econômicos e geográficos também “não conformes” à racionalidade dominante (SANTOS, 2011, p. 59).

A sugestão é compreender a economia popular levando em consideração a contribuição espacial em geral e a do circuito inferior em específico. Esse diálogo fornece categorias de análise mais precisas, a noção da economia popular possui um sentido teórico, mas não possui categorias (elementos) que facilitam a análise dos fenômenos. A teoria dos dois circuitos de Milton Santos fornece diversos elementos e possibilidades de compreensão da realidade.

A dinâmica espacial permite compreender as relações de poder no âmbito da economia popular, principalmente, a partir da noção de território. Permite também evidenciar a singularidade da economia popular, por meio do conceito de flexibilidade tropical, o qual revela essa (re)inventividade, característica da economia popular. Ademais, a teoria dos dois circuitos revela o caráter sistêmico e dependente da economia popular, revelando como diferentes racionalidades (diferentes sistemas de ação) se sobrepõem na dinâmica que forma o espaço.

Não obstante, é importante pontuar que a economia popular não é uma característica exclusiva dos países da América Latina, é uma característica dos países que não possuem papel central no processo de modernização. Não é por acaso que

a noção de “setor informal” surgiu em Gana, na África. Por fim, outras categorias espaciais, não exploradas neste estudo, também podem contribuir para economia popular. Na próxima seção, discorreremos sobre uma atividade que compõe a dinâmica da economia urbana de muitos países que é o comércio popular protagonizado pelos imigrantes senegaleses.

2.4 Os imigrantes senegaleses e a relação com o comércio popular

Uma série de atividades compõe a dinâmica que forma o circuito inferior e caracteriza a economia popular. Nesta seção, discorreremos sobre o comércio protagonizado pelos imigrantes senegaleses. Para isso, apresentamos brevemente o contexto da migração do Senegal e enfatizamos os estudos que focaram na dinâmica que envolve o comércio desenvolvido pelos imigrantes em diversas cidades do mundo.

A temática das migrações internacionais, embora muito debatida, ganhou notório destaque na mídia e no meio acadêmico nas últimas décadas com novos fluxos migratórios. Uma das ondas de migração mais significativas foi a senegalesa, que formou um novo movimento migratório desde a década de 1970.

O Senegal é um país localizado na África Ocidental. É uma antiga colônia francesa que conseguiu sua independência em 1960. O país africano foi historicamente marcado por movimentos separatistas, pela pobreza e pela escravidão. A economia senegalesa está ligada principalmente às atividades de agricultura, pesca, prestação de serviços, prática do comércio e exportações de atum e fosfato. Em 2018, o país apresentava um baixo índice de desenvolvimento humano (IDH)¹³ ocupando a 166ª posição entre 189 países. Nesse contexto, com o avanço da globalização que amplia as desigualdades e concentra as fontes de riqueza e renda em alguns poucos países¹⁴, o Senegal acaba desempenhando um papel bastante

¹³ Para saber mais, ver Human Development Report (2019) – Disponível em <http://hdr.undp.org/en/2019-report/download>

¹⁴ Segundo o relatório da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização (OIT) publicado em 2004, “o atual processo de globalização está produzindo resultados desiguais entre os países e dentro deles. Está se criando riqueza, mas são muitos os países e pessoas que não participam de seus benefícios e têm pouca ou nenhuma participação no desenrolar do processo. Para uma grande maioria de mulheres e de homens, a globalização não tem sido capaz de satisfazer suas aspirações simples e legítimas de conseguir trabalho decente e um futuro melhor para seus filhos. Muitos deles vivem no limbo da economia informal, sem direitos reconhecidos e em países pobres que subsistem de forma

limitado na divisão internacional do trabalho. Em virtude disso, considerando a pouca perspectiva de trabalho, a migração para países mais ricos ou em ascensão econômica tem sido um caminho encontrado por muitos senegaleses. De acordo com Zubrzycki (2011), parte dos senegaleses migra por falta de trabalho no país de origem e outra parte para melhorar as condições vida do migrante e do grupo familiar.

Diversos estudos classificam a migração senegalesa como essencialmente econômica, voltada para o trabalho (TEDESCO, 2016). Figueiredo (2020) questiona essa perspectiva, ampliando o debate e acrescentando novas categorias para pensar a migração senegalesa. A autora destaca o aspecto cultural da emigração do Senegal. Migrar, na perspectiva senegalesa, é um projeto familiar e motivo de prestígio e orgulho. Conforme evidenciado inicialmente por Kaplan (2003) e corroborado por Kleidermacher (2013), Guilherme (2017) e Figueiredo (2020), revela-se uma estratégia familiar em que a família designa um jovem, investe o necessário para que deixe o país e ele fica com a responsabilidade real e moral de enviar remessas à família no Senegal. Dado esse contexto, “o membro da família que emigra adquire prestígio social, se torna uma referência para outros jovens do seu grupo” (MOCELLIN, 2017, p. 352). Nota-se, portanto, que não são apenas as condições econômicas que são determinantes para o processo migratório. Além disso, é importante salientar que, normalmente, não são os senegaleses mais pobres que saem do Senegal. Figueiredo (2020) destaca, por meio das falas dos imigrantes, que o fluxo migratório envolve altos custos e uma pessoa “pobre” no Senegal não teria condições de chegar ao Brasil.

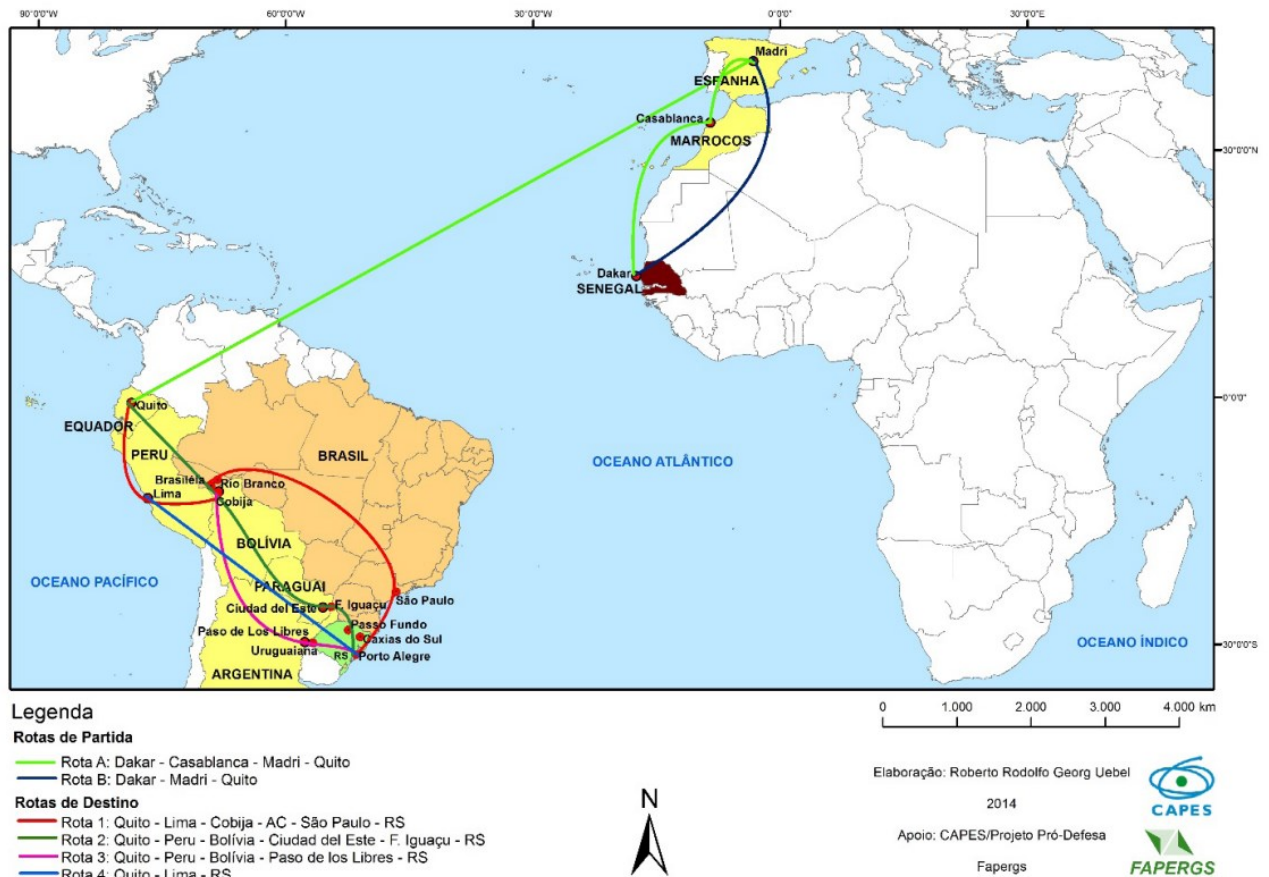
Inicialmente, esse fluxo migratório dirigiu-se à Europa, porém, com a dificuldade de imigração, tendo em vista as medidas anti-imigração estabelecidas por lá, países em ascensão econômica e com políticas migratórias mais flexíveis acabaram sendo o rumo de muitos senegaleses. Com isso, a América do Sul despontou como um dos principais destinos e o Brasil foi um dos países que ganhou destaque. Mesmo seja difícil encontrar dados oficiais sobre a imigração senegalesa no Brasil¹⁵, Uebel (2016) sistematizou diferentes dados e forneceu um panorama geral dos imigrantes senegaleses no estado do Rio Grande do Sul. Tal estado concentra um número

precária e à margem da economia global. Até mesmo em países com bons resultados econômicos, há trabalhadores e comunidades que foram prejudicados pela globalização. Enquanto isso, a revolução das comunicações globais acentua a consciência de que essas disparidades existem” (OIT, 2005, p. X-XI).

¹⁵ Essa limitação também foi citada por Tedesco e Grzybovski (2013).

significativo de senegaleses (comparado aos outros estados da federação) devido à facilidade para encontrar trabalho e obter documentos (UEBEL, 2016). As diferentes rotas até o estado foram ilustradas por Uebel (2016; 2020) e podem ser observadas na Figura 1:

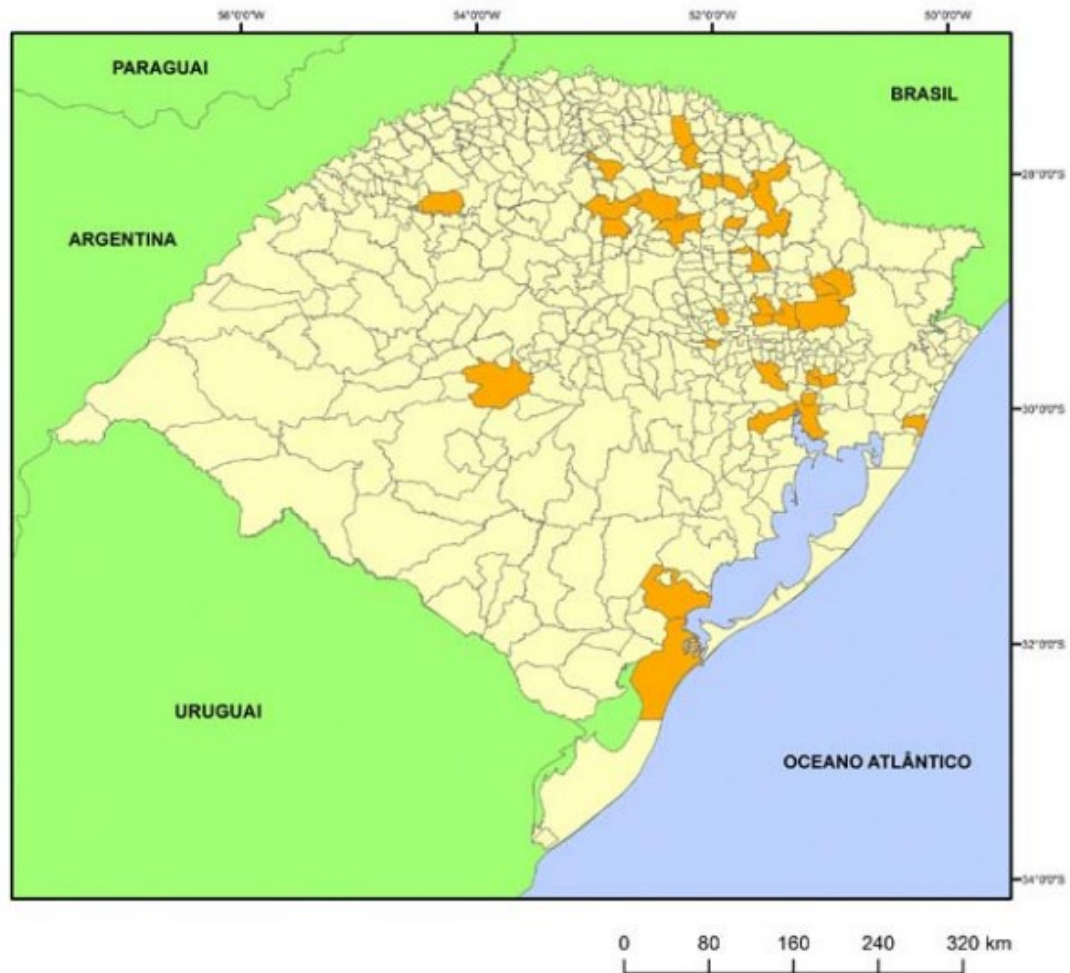
Figura 3 - Mapa – Rotas dos imigrantes senegaleses com direção ao Brasil



Fonte: Uebel (2020, p. 115)

De acordo com o autor, até 2010, o número de imigrantes de origem senegalesa no estado era muito baixo, tendo em vista a facilidade de imigração para Europa. A partir de 2010, começou a haver um *boom* migratório para o Brasil e os registros indicavam que, no período 2013 e 2015, havia 3173 imigrantes senegaleses no estado do Rio Grande do Sul (UEBEL, 2016). As cidades com maior concentração de imigrantes senegaleses são destacadas nas Figuras 2 e 3:

Figura 4 - Distribuição dos imigrantes senegaleses nos municípios do Rio Grande do Sul




Legenda

Distribuição da IMIGRAÇÃO SENEGALESA nos municípios do Rio Grande do Sul

Ano: 2014 (até outubro)

 Sem imigrantes senegaleses

 Com imigrantes senegaleses



2014

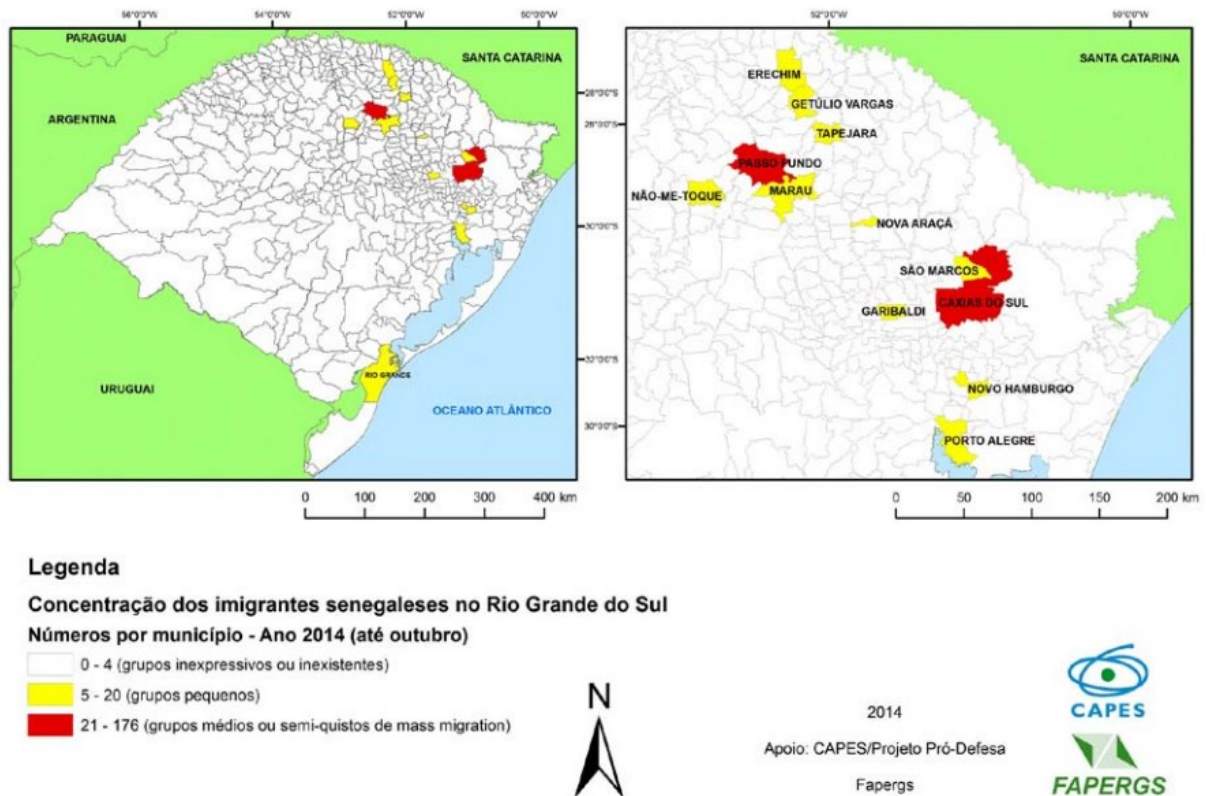
Apoio: CAPES/Projeto Pró-Defesa

Fapergs



Fonte: Uebel (2016)

Figura 5 - Distribuição da imigração senegalesa nos municípios gaúchos



Fonte: Uebel (2016)

Nota-se que as cidades de Passo de Fundo e Caxias do Sul são aquelas que possuem uma maior concentração de senegaleses. Ainda segundo Uebel (2016), o perfil desses imigrantes é na extrema maioria homens entre 19 e 50 anos. A Tabela 1 ilustra os dados referente ao gênero:

Tabela 1 - Composição por gênero dos imigrantes senegaleses no Rio Grande do Sul

Sexo	Subtotal	Proporção
Homens	3122	98,40%
Mulheres	51	1,60%
Total	3173	100,00%

Fonte: IBGE, Departamento de Polícia Federal, MTE – Dados compilados e tabulados por (UEBEL, 2016, p. 70)

O pequeno número de mulheres neste fluxo migratório justifica-se, para Uebel (2016), pelo baixo número de mulheres fazendo parte da população economicamente ativa no Senegal e se restringindo às mulheres que não professam a religião islâmica. As mulheres senegalesas ainda possuem pouca autonomia, devido à influência religiosa (MEJÍA; SCAPIN, 2019).

A maioria dos senegaleses que chega ao país encontra dificuldade para conseguir um emprego formal. Entre as diversas ocupações desempenhadas pelos imigrantes senegaleses, destacam-se os trabalhos em frigoríficos com Certificação Halal. Essa certificação atesta que foram seguidos os preceitos islâmicos no abate dos animais e possibilita a exportação para os países muçulmanos. O trabalho realizado por Tedesco (2016) analisou essa dinâmica em seis frigoríficos localizados no sul do Brasil. Segundo o autor, em 2016, aproximadamente 1100 imigrantes de origem muçulmana¹⁶ trabalhavam nos frigoríficos analisados. Isso em um total de aproximadamente 8000 trabalhadores. Nota-se que o número de imigrantes é bastante expressivo. Tedesco (2016, p. 158) cita algumas falas dos empregadores para contratar os imigrantes, por exemplo: *“Os daqui não querem trabalhar”*, *“Pegamos porque não há mais, dos nossos aqui, que queiram trabalhar no pesado”* e *“Se não fosse os imigrantes, teríamos de fechar o frigorífico”*. Além do trabalho nos frigoríficos, Tedesco e Grzybovski (2013) citam outras atividades, como o trabalho em empresas de construção civil e de asfalto, indústria metalmeccânica, pizzaria, padaria e funilaria.

Ainda no contexto do trabalho, outra atividade desempenhada pelos imigrantes senegaleses é a prática do comércio popular nas ruas. Esse tipo de comércio realizado pelos senegaleses, é uma atividade muito comum nesse fluxo migratório. Há relatos em diversas cidades do Brasil (FIGUEIREDO, 2020; GUILHERME, 2017; MEJÍA; SCAPIN, 2019; MARQUES, 2017; MOCELLIN, 2017; ROBERTO, 2018; TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2013) e em diferentes países, como Itália (RICCIO, 1999; BELLINVIA, 2013; DURANDO, 2020; MOLINERO-GERBEAU; AVALLONE 2020), Argentina (ZUBRZYCKI; AGNELLI, 2009; KLEIDERMACHER, 2013; VOSCOBOINIK; ZUBRZYCKI, 2019; RABASA; FONNEGRA, 2019), França (SALEM, 1981; EBIN, 1992; 1993), Espanha (SOW, 2004; ZEPEDA, 2017; RABASA; FONNEGRA, 2019), Estados Unidos (BABOU, 2002). Na cidade argentina de La Plata, por exemplo, 95%

¹⁶ De diversos países: Paquistão, Senegal, Marrocos, Sudão.

dos senegaleses trabalhavam realizando vendas nas ruas ou em feiras (VOSCOBOINIK; ZUBRZYCKI, 2019).

O número expressivo de imigrantes senegaleses desempenhando essa atividade chama muito a atenção. Em busca da compreensão desse fenômeno, é possível encontrar uma série de indícios que nos permite pressupor que a dinâmica do comércio popular desenvolvido pelos imigrantes senegaleses está fundamentada em alguns pressupostos culturais e religiosos. A religião tem um papel central na cultura e na migração senegalesa. Muitos senegaleses que chega ao Brasil são muçulmanos. Tal designação refere-se a todo o indivíduo que pratica o Islã, uma religião monoteísta que segue os preceitos do profeta Maomé. Embora o Senegal seja considerado um país laico, o Islã é a principal religião do Senegal. Seguindo os preceitos do Islã, foi fundada por Ahmadou Bamba, em 1883, no Senegal, a Irmandade Mouride. Os seguidores dessa confraria são chamados de mourides e as crenças e as práticas constituem o mouridismo.

Essa irmandade, além de constituir uma comunidade religiosa, expressa uma referência social e econômica que tem no comércio um dos seus pilares (FRIEDBERG, 1994; RICCIO, 1999; BAVA, 2003; MORENO-MAESTRO, 2006; GOLUB; HANSEN-LEWIS, 2012). Em uma análise realizada com os comerciantes senegaleses na Itália, Riccio (1999) destaca que há um estigma que paira sobre os comerciantes senegaleses, como se houvesse uma organização criminosa que administrasse toda a complexa rede de venda ambulante. Para o autor, por trás da venda de rua, certamente, há muita organização, mas não uma organização “misteriosa” que esconde uma rede criminosa. A mídia também possui papel central nessa estigmatização do comércio senegalês (RABASA; FONNEGRA, 2019).

O mouridismo envolve uma dinâmica complexa que estabelece laços de solidariedade e ajuda mútua entre os membros e formam uma extensa rede de comércio global. A forma econômica de atuação dessa confraria começou com a agricultura no interior do Senegal e se estendeu para o comércio no contexto urbano em diversas cidades do mundo (GOLUB; HANSEN-LEWIS, 2012). Golub e Hansen-Lewis (2012) citando O'Brien (1971) revelam que a Irmandade Mouride surgiu, no final do século XIX, a partir da derrota da nação *wolof* pelo exército colonial francês. Para Golub e Hansen-Lewis (2012), o Islamismo, à época, vinha ganhando força no

Senegal, principalmente com os líderes religiosos conhecidos como *marabus*¹⁷. Um desses líderes era o Sheikh Ahmadou Bamba que, com os líderes *wolof*, teve forte influência na resistência ao domínio francês. Bamba liderou uma luta pacifista contra o império colonial francês, sem travar uma guerra contra os franceses. O líder religioso fundou a vila de Touba no Senegal, que se tornou a capital espiritual da Irmandade e a segunda maior cidade do país, ficando atrás apenas da capital Dakar. O sucesso da Irmandade tornou Touba uma cidade globalizada, principalmente devido à migração transnacional e das novas tecnologias que permitem enviar remessas financeiras à cidade (ROSS, 2011). Anualmente, sem data fixa, pois depende do calendário lunar, é realizada uma festividade em homenagem ao líder religioso, Ahmadou Bamba. O Grande Magal de Touba é uma das peregrinações mais populares do mundo. Mesmo com a cultura migratória dos mourides, essa festividade é comemorada pelos senegaleses seguidores do mouridismo onde quer que estejam (BAVA; GUEYE, 2001).

A Irmandade possui uma estrutura hierárquica bem definida, um forte senso de pertencimento e cultua princípios de fé e trabalho duro (GOLUB; HANSEN-LEWIS, 2012). Essa confraria está pautada em ideias mais coletivas, de ajuda mútua, com preferência aos aspectos do grupo. Nesse universo, muitas das ações do líder estavam vinculadas com valores de justiça social, trabalho, disciplina, crença e pertencimento (ROMERO, 2017). Conforme Romero (2017), essa crença é uma referência social, simbólica e política para eles. Essa referência simbólica também foi destacada por Moreno-Maestro (2005) ao explicar que os senegaleses estabelecidos em Sevilha (Espanha) têm, em suas casas e locais de trabalho, fotos do fundador do mouridismo. Outro aspecto importante destacado por Moreno-Maestro (2005) foi que os projetos idealizados pelos mourides não se limitam apenas aos seguidores da Irmandade, mas se estendem a todos os senegaleses.

A dimensão econômica dos mourides começou na agricultura, onde desenvolveram diferentes formas de organização social em torno do comércio de amendoim (GOLUB; HANSEN-LEWIS, 2012). Diferentemente de outras irmandades religiosas que cultuam apenas uma educação religiosa, os mourides também cultuam uma devoção ao trabalho. Os jovens mourides eram organizados em *daras*¹⁸, que

¹⁷ Trata-se de uma terminologia utilizada para designar um líder e professor religioso muçulmano.

¹⁸ Para Golub e Hansen-Lewis (2012), *daras* eram brigadas agrícolas que acompanham a educação religiosa e, no caso específico dos mourides, formam também uma espécie de grupo de trabalho.

trabalhavam a serviço dos sheiks (líder muçulmano), em condições precárias e tinham como missão colonizar terras desocupadas. Só depois de muitos anos trabalhando em uma *dara*, o trabalhador poderia receber um lote de terra para si (O'BRIEN, 1971; COPANS, 1980, *apud* GOLUB; HANSEN-LEWIS, 2012). Desse modo, a coesão do grupo, o senso de propósito e o apoio político permitiram aos mourides controlar grandes áreas de terras para cultivar amendoim (GOLUB; HANSEN-LEWIS, 2012). No entanto, consoante Golub e Hansen-Lewis (2012), as técnicas utilizadas pelos mourides no cultivo de amendoim não eram ambientalmente sustentáveis, fato que resultou em desmatamento, desertificação e deterioração da terra que ficou inapropriada para o cultivo. Esse fato, associado a dimensões políticas, influenciou a migração dos mourides para as áreas urbanas.

A migração dos mourides para os centros urbanos começou a se intensificar a partir da década de 1970. De acordo com Golub e Hansen-Lewis (2012), eles já tinham uma expertise oriunda do comércio de amendoins que influenciou a inserção dos imigrantes no comércio urbano. Cidades como a capital Dakar, por exemplo, passaram a figurar como grandes ambientes de comércio popular. Golub e Hansen-Lewis (2012) fazem um paralelo das atividades desenvolvidas pelos mourides na época do cultivo de amendoim, com a atividade de comércio nas ruas. Para os autores, os vendedores ambulantes trabalham longas jornadas no calor e na sujeira das ruas de Dakar, do mesmo modo que trabalhavam anteriormente nas *daras*. Somente depois de bastante tempo como comerciante de rua, os trabalhadores mais bem-sucedidos podem subir na hierarquia das atividades comerciais e talvez iniciar um negócio próprio (GOLUB; HANSEN-LEWIS, 2012).

O mercado de Sandaga, no Senegal, é o centro das atividades comerciais mourides (GOLUB; HANSEN-LEWIS, 2012). Sendo assim, é perceptível que o comércio nas ruas faz parte da dinâmica urbana da cidade de Dakar, podemos perceber isso explorando os registros do Google Maps de 2015. As imagens abaixo ilustram essa realidade:

Figura 6 - Comércio nas ruas de Dakar



Fonte: Google Maps (2015)

Figura 7 - Mercadorias expostas nas ruas de Dakar



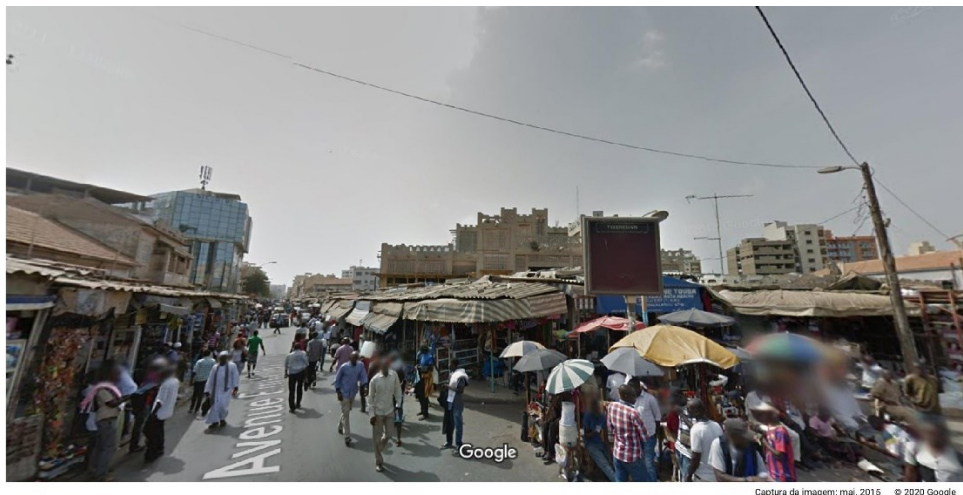
Fonte: Google Maps (2015)

Figura 8 - Pedestres transitam em meio ao comércio nas ruas de Dakar



Fonte: Google Maps (2015)

Figura 9 - Bancas nas ruas de Dakar



Fonte: Google Maps (2015)

Nota-se que a prática do comércio é algo bastante comum nas ruas de Dakar. Para além do Senegal, muito em função da tradição religiosa, o comércio de rua torna-se um saber-fazer praticado por muitos imigrantes senegaleses em diversos centros urbanos no mundo todo.

No Brasil, o comércio de rua dos imigrantes senegaleses foi objeto de estudo de César e Zanini (2018). Por meio de um estudo etnográfico, os autores buscaram analisar a produção dos espaços da venda de rua, desempenhada por senegaleses estabelecidos na cidade de Santa Maria (RS). Os comerciantes senegaleses criam, por meio dos pontos de venda e das vestimentas, uma representação simbólica no

espaço. As práticas realizadas cotidianamente pelos comerciantes reconfiguram o uso e o sentidos das calçadas que foram projetadas inicialmente para ser locais de passagem de pedestres. Essa construção cotidiana diferencia facilmente o comércio realizado pelos senegaleses de outros comerciantes de rua.

Por outro lado, a prática do comércio realizada pelos imigrantes senegaleses nas ruas dos centros urbanos também é bastante coibida. Os estudos, em diversas partes do mundo, revelam que os espaços ocupados pelos imigrantes nos centros urbanos são permeados de conflitos, que evidenciam as relações de poder. Na cidade de Pisa, na Itália, Bellinvia (2013) analisou as práticas discursivas das políticas públicas que buscavam coibir esse tipo de comércio. Por parte do poder público, as práticas discursivas de repreensão levam à discriminação racial e ao medo do “outro”. Por parte dos comerciantes senegaleses, por meio das associações, juntamente com movimentos sociais antirracistas, buscam contrapor essas práticas mobilizando protestos e desconstruindo os discursos de criminalização do trabalho dos comerciantes.

A repreensão do poder público ao trabalho dos comerciantes senegaleses nas ruas também foi tema do estudo realizado por Molinero-Gerbeau e Avallone (2020), na cidade italiana de Salerno. Este estudo chama atenção pela participação dos imigrantes na coautoria do trabalho e na utilização da categoria da economia popular para compreender o comércio de rua dos imigrantes. Os autores destacam a pertinência da categoria para compreensão do fenômeno, pois enquadrar o comércio protagonizado pelos senegaleses na categoria “informal” seria analisá-lo do ponto de vista punitivo, concebido como um mal a ser combatido. O artigo enfatiza, por meio de outros estudos, que é uma tendência mundial a expulsão dos “camelôs” dos centros urbanos. Para os autores, o trabalho de rua se situa no meio de uma tensão política decorrente do “neoliberalismo punitivo vigente”. Diante disso, os comerciantes criam diferentes estratégias, que se desdobram em uma série de ações. A esquematização dessas estratégias e ações estão representadas no quadro a seguir:

Quadro 8 - Estratégias dos comerciantes senegaleses na Itália

Estratégia	Ações
<p><u>Reprodução Social</u></p> <p>Consistia em um conjunto de ações destinadas a garantir a reprodução material tanto dos migrantes quanto de seus compatriotas e famílias no Senegal e na Itália.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa da autonomia laboral; - Ações de ajuda diária, com base no compartilhamento de casas e redes comerciais; - Organizar os períodos de permanência e retorno ao Senegal para economizar dinheiro. - Gestão da organização familiar cuja gestão da distribuição espacial, bem como da estrutura dos recursos e necessidades dos membros da família, visava fazer com que os filhos regressassem ao Senegal.
<p><u>“Pública”</u></p> <p>Reflete-se em ações onde os migrantes têm falado por meio da participação e organização de manifestações públicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Envio de cartas à imprensa; - Realização de entrevistas, vídeos e posts no Facebook; - Colaborações com universidades; - Participação em eventos e debates sobre migração, racismo social e institucional.
<p><u>Defesa cotidiana no trabalho</u></p> <p>Táticas de auxílio mútuo nos espaços de vendas, como o desenvolvimento de códigos próprios para alertar sobre controles policiais, a disseminação de conhecimentos para saber diferenciar clientes ou a distribuição de informações sobre os locais de venda mais adequados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de códigos próprios; - Escolha dos locais de venda; - Criar o espaço de venda (ser percebido como vendedor).

Fonte: elaborado a partir de Molinero-Gerbeau e Avallone (2020, adaptação e tradução nossa)

Os autores apresentam diversos dados e fatos que constroem essas estratégias e as referidas ações. No âmbito das manifestações públicas, vale destacar os dizeres nos cartazes dos ambulantes de Salerno, que são semelhantes aos dizeres de outro protesto, realizado em Barcelona na Espanha¹⁹. São frases como: “*sobrevivir no es un crimen, ni tampoco ser ambulante*”.

O aparato estatal como forma de repreensão ao comércio senegalês também foi tema do estudo realizado por Rabasa e Fonnegra (2019), que efetuaram uma análise, em uma perspectiva comparada, em Buenos Aires e Barcelona. Os autores analisaram como as empresas transnacionais influenciam a configuração de políticas que impactam os direitos dos migrantes nos países de origem e de destino. Segundo Rabasa e Fonnegra (2019), grandes organismos internacionais influenciaram a crise econômica no Senegal e a emigração do país. Nos países de destino (Espanha e Argentina), enquanto os senegaleses eram perseguidos pela polícia e expostos pela mídia que os criminalizam com o pretexto de controlar o espaço público e defender as grandes marcas das “máfias internacionais”, as empresas transnacionais influenciam os operadores judiciais com honorarias e premiações.

Ainda sobre Barcelona, a dinâmica de tensões que perpassa a venda dos comerciantes senegaleses também foi analisada por Zepeda (2017), sob outra perspectiva. Inspirado teoricamente em Certeau (1998), Zepeda (2017) mostrou como os comerciantes conseguem engendrar cotidianamente uma série de “artes de fazer”, oriundas de um saber-fazer cotidiano que não está documentado, que contrapõe a ordem imposta pelo poder público ao espaço urbano. Nesse sentido, para conseguir vender suas mercadorias, os comerciantes aproveitam as oportunidades oferecidas pelas fragilidades do sistema de controle e vigilância urbano. Nesse contexto, esses saberes podem ter raízes históricas como a tradição da confraria mouride ou circunstanciais engendrados a partir das nuances do lugar.

No Brasil, Roberto (2018) analisou o comércio dos imigrantes senegaleses em Pelotas – RS. A autora averiguou a relação do comércio com o poder público, relevando episódios de tensão e conflito. Um dos fatos mencionados foi sobre o lugar ocupado pelos comerciantes no espaço público. Segundo a autora, havia um acordo

¹⁹ Top Manta: sobrevivir no es un crimen: <http://www.banderarojacanarias.org/2017/11/top-manta-sobrevivir-no-es-un-crimen.html>. Acesso em 25 out. 2021.

informal subentendido sobre o lugar que os comerciantes poderiam ocupar para vender as mercadorias sem que ocorressem eventuais problemas com a fiscalização. Esse local era uma Praça Pública estabelecida longe do comércio de lojistas formais da cidade.

Para além do trabalho nas ruas, foi possível identificar que alguns senegaleses abriram pequenas lojas. Na cidade de brasileira de Lajeado – RS, Mejía e Scapin (2019) realizaram um estudo que enfatiza a loja de um imigrante senegalês, percebida como um espaço transnacional, pois, por intermédio tecnológico, migrantes (senegaleses e haitianos) se conectam com amigos e familiares nos países de origem. A ideia principal do estudo foi analisar as relações de gênero no projeto migratório, tendo sido a loja o lugar de interlocução. As autoras destacaram que os migrantes eram atraídos para cidade devido às oportunidades de emprego nas indústrias produtoras e exportadoras de frango, que possuem a Certificação Halal. Esse fato é semelhante aquele citado por Tedesco (2016) em Passo Fundo – RS. A maioria dos imigrantes estabelecidos na cidade são seguidores do mouridismo, as autoras reforçam que a crença religiosa tem influência em todas as instâncias da vida dos imigrantes. As referências religiosas estão materialmente expressas nas imagens afixadas na parede da loja. Há, por exemplo, a imagem de Mbacke Mouhammadou Fadi, neto de Bamba, e de Serigne Saliou, que, segundo o proprietário da loja, “é o último filho de Bamba na terra” (MEJÍA; SCAPIN, 2019, p. 147). Ainda sobre a loja, ela funcionava como ponto de encontro de imigrantes, central telefônica e comércio de mercadorias em geral (roupas, tênis, capinhas para celular, entre outras). A loja resolvia também o problema do crédito para os migrantes, pois vendia a prazo. Além disso, o estudo revela, por meio da trajetória de duas senegalesas, a limitação da autonomia da mulher no projeto migratório, fortemente influenciado pela tradição religiosa mouride.

Os mourides, como ficou evidente, estão envolvidos em uma dinâmica religiosa, econômica e migratória. É, nesse sentido, que se destaca a conduta solidária e cooperativa dos senegaleses no processo migratório e no trabalho. O fato de pertencerem à confraria e a inserção em redes que envolvem famílias ampliadas tem uma grande influência nas trajetórias desses migrantes, tendo em vista que as decisões são tomadas coletivamente e que tais decisões são orientadas por laços materiais e religiosos (KLEIDERMACHER, 2013). Portanto, significa dizer que tais

práticas não acontecem inopinadamente, muito do cotidiano do imigrante, desde o trabalho até o convívio em grupo, seguem pressupostos culturais e religiosos, mais precisamente os da confraria. Dessa maneira, “a solidariedade senegalesa faz parte de um estilo de vida com raízes culturais profundas e propõe valores e modos para realizá-lo, como é o muridismo” (MOCELLIN, 2017, p. 349). Nesse ponto de vista, César e Zanini (2017, p. 263) proferem que “a conduta laboral não transforma pares em adversários e garante, junto à submissão a Alá, a salvação mundana”. Consoante a isso, “o sentido murid do trabalho está, em grande parte, posicionado a finalidades grupais”. Desse modo, “pode-se vislumbrar nas comunidades de migrantes senegaleses murid um caráter específico de unificação identitária” (CÉSARO; ZANINI, 2017, p. 265).

É por meio das perspectivas religiosas, culturais e identitárias que surgem as associações de senegaleses. Salis e Navarra (2010) ressaltam que os senegaleses apresentam uma tendência de associação decididamente maior do que outras comunidades. Tais autores complementam que as razões para isso são, em primeiro lugar, a forte tradição de associação no Senegal, ligadas às estruturas associativas das irmandades. Em segundo lugar, citando as ideias de Stocchiero (2008), as características dos imigrantes, isto é, indivíduos do sexo masculino, adultos, sem família que procuram nessas organizações uma forma para reconstruir laços de solidariedade e ajuda mútua, visando tanto à integração no país de destino quanto à manutenção de ligações com o país de origem.

Essas estruturas associativas estão estabelecidas principalmente em torno de objetivos assistenciais. Miranda e Romeu (2013) destacam as variadas funções que as associações assumem, por exemplo: ser ponto de encontro entre os senegaleses, orientação e tramitação de documentos de trabalho e residência, serviços básicos de educação, saúde e habitação. Com o tempo, novas funções vão sendo adicionadas, dependendo da força da associação. Na análise realizada por Voscoboinik e Zubrzycki (2019), a associação dos senegaleses em La Plata (Argentina) surgiu como resposta aos casos de violência institucional exercida contra os imigrantes senegaleses.

Uma outra forma de culto ao mouridismo é por meio das *dahiras*. As *dahiras* são uma espécie de associação religiosa dos mourides, entretanto não se pode confundi-las com as associações. De acordo com Figueiredo (2020, p. 288), as *dahiras* “são locais de prática religiosa e oração, mas também funcionam como pontos

de encontro, apoio e solidariedade entre a comunidade migrante”. No entanto, o elemento central das *dahiras* é prática religiosa.

Ademais, é importante ter um pouco de cuidado, como alertaram Lacomba (1996) e Schmidt (1994), para não atribuir aos mourides comportamentos típicos do senegalês, do imigrante em geral ou do próprio indivíduo. Lacomba (1996) cita Schmidt (1994) para enfatizar uma das particularidades:

Ottavia Schmidt afirma que a força e a originalidade da emigração senegalesa parecem residir na eficácia da organização da solidariedade, que considera o individualismo de forma negativa. Neste sentido, a solidariedade senegalesa não tem um carácter voluntário ou emergencial, faria parte de um estilo e de um sistema de vida com profundas raízes culturais e históricas e que propõe valores e modos de concretizar, como é próprio sistema murid (SCHMIDT, 1994, p. 88-89, tradução nossa).

Ainda citando Schmidt (1994), Lacomba (1996, p. 71) menciona que a organização dos mourides não deve ser percebida apenas como uma forma particular de solidariedade africana. Na citação referida a Schmidt (1994, p. 111), podemos perceber o sentido da afirmação anterior: “trata-se de algo mais complexo e original, onde se misturam elementos da sociedade hierárquica tradicional, da cultura islâmica e do produtivismo e consumismo modernos”. Nessa perspectiva, “existe entre o muridismo e o desenvolvimento econômico uma ligação idêntica àquela entre o protestantismo e o capitalismo na hipótese weberiana” (COPANS, 1980, p. 51, apud LACOMBA, 1996, p. 71). Como já mencionamos, essa dimensão econômica começou no cultivo de amendoim no Senegal e se difundiu pelos centros urbanos com o comércio popular nas ruas. A propensão para a venda nas ruas não foi mero acaso, pois, conforme Lacomba (1996, p. 72), a principal razão foi “que a venda ambulante se adapta à natureza informal das atividades econômicas que a maioria da população senegalesa desenvolve”.

O Mouridismo carrega um *ethos* religioso que envolve uma mística de devoção ao trabalho. Entretanto, para Bava (2003, p. 4, tradução nossa), “há uma releitura do lema atribuído ao Sheikh Ahmadou Bamba em que o dinheiro assume um lugar cada vez mais significativo”. Para essa autora, o *ethos* mouride se transformou em um “espírito empreendedor”. Essa situação, na visão de Bava (2003), revela um paradoxo, por um lado, existe a solidariedade religiosa e, por outro, o individualismo

ligado ao comércio e à mobilidade. A correção desse paradoxo acontece quando o migrante se adapta à realidade e às situações nas quais se insere.

É evidente, portanto, que a dinâmica migratória dos senegaleses envolve um *ethos* religioso (*ethos* mouride). Esse *ethos* carrega princípios de fé, trabalho, solidariedade, cooperação e ajuda mútua. Além disso, a tradição associativa também reforça o senso de pertencimento e solidariedade da comunidade. A convergência desses elementos forma uma dinâmica de conexão específica entre os imigrantes senegaleses. Uma das principais atividades laborais desenvolvidas por eles, onde quer que estejam, é a prática do comércio. O comércio de rua, desenvolvido pelos senegaleses, é um saber-fazer que tem origem na tradição da irmandade mouride. Esse saber designa uma série de práticas reiteradas, pois se assemelham em diversas cidades do mundo. Por um lado, este conjunto de práticas carrega um sistema de ação fundamentado no *ethos* mouride. Por outro lado, considerar somente este *ethos* para explicar esse fenômeno seria ignorar a dinâmica material que sustenta as relações de produção na sociedade, que impõe uma série de circunstâncias na orientação dessas práticas. Desse modo, buscamos situar esse fenômeno em uma totalidade e compreendê-lo por intermédio da categoria espaço, que será desenvolvida na próxima seção. Na próxima seção, apresentamos o percurso metodológico que permitiu analisar a dinâmica espacial das práticas de comerciantes senegaleses na realidade brasileira.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção dedica-se a descrever o percurso metodológico que sustenta a construção dessa pesquisa. A perspectiva metodológica é uma construção junto ao objeto de estudo, de idas e vindas, em que não se espera neutralidade do pesquisador, mas, sim, questionamento e reflexão de si próprio e do seu trabalho. Por isso, é importante adotar uma postura crítica tanto teórico-prática quanto metodológica. Esta dissertação, mais do que uma construção momentânea, foi um processo que se consolidou ao longo de um percurso. Diante disso, esta seção caracteriza a pesquisa em questão, explicita como se deu o contato com o objeto, como os dados foram coletados, quais as dificuldades enfrentadas e como os dados foram analisados.

3.1 Procedimentos para coleta de dados e dificuldades enfrentadas

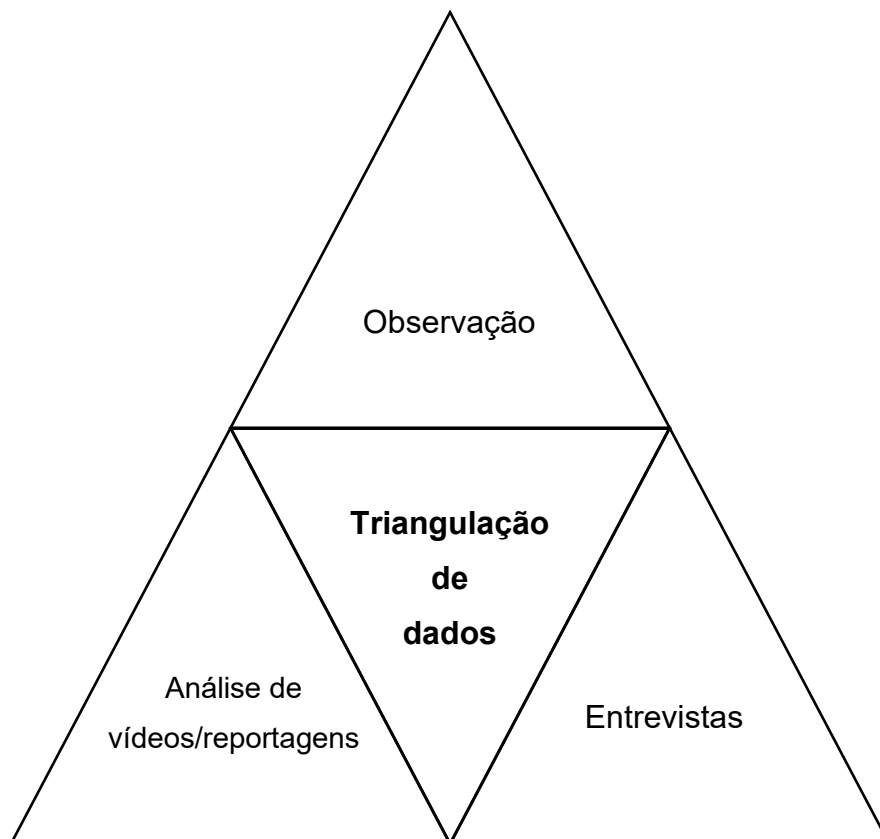
A pesquisa realizada insere-se no universo das investigações de natureza qualitativa. Para Stake (2011, p. 12), “os estudos qualitativos são excelentes para analisar as formas reais e existentes que as pessoas ou as organizações estão usando para funcionar”. Concernente aos objetivos propostos, seguimos a orientação qualitativa, que inclui a descrição, interpretação e compreensão do fenômeno estudado.

A abordagem inicial foi realizada por meio de observação, principalmente nas ruas do centro histórico da cidade de Porto Alegre – RS, com a finalidade de conhecer a atuação dos imigrantes senegaleses no contexto urbano da cidade. O centro histórico foi destacado por Figueiredo (2020) como tendo função especial para comunidade senegalesa, visto que era local de moradia, trabalho e encontro dos imigrantes. Diante disso, entre os meses de junho de 2019 e junho de 2021, fixei moradia no centro histórico da cidade, local que concentrava um número significativo de imigrantes senegaleses. Minha estada no referido espaço foi pensada para facilitar o deslocamento até a Escola de Administração da UFRGS, local onde cursei as disciplinas do mestrado, durante o ano de 2019, e para ter contato com o ambiente onde os imigrantes trabalhavam. A ideia era que, ao mesmo tempo que cumprisse meus afazeres diários, me possibilitaria uma familiaridade maior com a dinâmica

cotidiana que forma o circuito no qual o comércio senegalês estava inserido. Toda a dinâmica que formava o centro de Porto Alegre – RS era algo relativamente novo para mim, pois eu não residia na cidade até junho de 2019.

O projeto que deu origem a esta dissertação foi defendido e aprovado em outubro de 2020. A partir disso, foram realizadas as correções, os ajustes e as complementações que surgiram a partir da reflexão e sugestões da banca examinadora. Feito isso, o próximo passo foi realizar efetivamente o trabalho de campo. Devido às incertezas e às restrições impostas pela pandemia do COVID-19, à dificuldade de acesso a dados primários e ao tempo para realização do trabalho de campo, optamos por realizar uma triangulação por meio de observação, entrevistas semiestruturadas e dados secundários oriundos de vídeos da plataforma YouTube (ver Figura 10).

Figura 10 - Técnica de triangulação de dados



Fonte: elaborado pelo autor.

A técnica da triangulação foi utilizada por diferentes motivos. Primeiro, em razão da dificuldade de conseguir dados primários, como foi mencionado anteriormente. Segundo, trata-se de uma forma de averiguar se as práticas descritas são confirmadas em outros contextos (STAKE, 2011). Terceiro, é uma forma de atribuir confiabilidade aos dados coletados (STAKE, 2011). Diante disso, nos próximos parágrafos, descreverei como se deu a coleta dos dados e as principais dificuldades encontradas. As dificuldades encontradas merecem exposição, pois as pesquisas que incluem essa temática abordam aspectos sensíveis e outros pesquisadores já encontraram dificuldades ao estudar essa temática (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2013, MARQUES, 2017; FIGUEIREDO, 2020). Por isso, torna-se pertinente uma explanação mais detalhada sobre o processo de condução da pesquisa.

No mês de dezembro de 2020, comecei a realizar a observação e a produzir anotações em um diário de campo. Esse diário foi realizado de dois modos, dependendo do dia e das circunstâncias. Um modo foi realizando anotações em uma prancheta e o outro foi realizando anotações digitais no *smartphone*. Com auxílio do *smartphone*, foram realizadas fotografias para ilustrar o trabalho e lembrar o pesquisador de algumas cenas. Na oportunidade, as observações foram realizadas com pouco contato, principalmente por conta das medidas de distanciamento social para conter a pandemia do COVID-19. Essas observações serviram principalmente para descrever o comércio realizado pelos imigrantes senegaleses, conhecer os locais, observar o cotidiano do trabalho, analisar as práticas dos comerciantes e observar a atuação da fiscalização realizada pelo poder público. A proximidade das festas de final de ano, como o Natal e o Ano Novo, agitava o comércio e, paralelamente, o cerco ao comércio de rua era bem maior. As observações foram realizadas em diferentes ruas do centro histórico, como Avenida Borges de Madeiros, Rua dos Andradas, Rua Doutor Flores, Rua Voluntários da Pátria, Rua Vigário José Inácio e outras na proximidade. No mês de janeiro, como já havia realizado um número razoável de observações e em decorrência do avanço da pandemia do COVID-19, optei por suspender as observações e buscar outros meios para a coleta de dados.

Em função disso, preparamos um instrumento de coleta de dados para realização de entrevistas semiestruturadas. As questões foram elaboradas a partir da perspectiva teórica e do conhecimento aprendido pelo pesquisador sobre a imigração senegalesa no Brasil. Após isso, passamos a realizar contato com outros

pesquisadores que estudavam a temática da imigração senegalesa. A ideia era conseguir uma forma de aproximação menos invasiva e que não precisasse se infiltrar nas ruas para não se expor ao Coronavírus. A partir de uma indicação, entrei em contato com um imigrante senegalês, via rede social Instagram. Em um primeiro momento, ele foi bem receptivo, mas, quando mencionei na possibilidade de realização de uma entrevista, acabou não respondendo mais. Diante disso, optei por não insistir.

Em busca de novas entrevistas, entrei em contato com um outro imigrante senegalês pela rede social Facebook. Eu já o conhecia pelo nome e pelas buscas que eu havia realizado sobre a imigração senegalesa no Brasil. Ele foi bastante receptivo e prontamente aceitou conceder entrevista. Trata-se do entrevistado E1 (conforme lista de entrevistados), que foi um dos fundadores da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre - RS.

Após conseguir a primeira entrevista, a ideia era utilizar a técnica *snowball* (“Bola de Neve”). Trata-se de uma técnica na qual os primeiros entrevistados indicam novos participantes. Dessa forma, foi solicitado que o entrevistado E1 indicasse algum outro imigrante para participar, ressaltando a preferência por alguém que estivesse trabalhando no comércio. Ele indicou dois nomes. Um deles, quando mencionei a ideia de realização de uma entrevista, ignorou as mensagens, então resolvi não insistir também. No caso do segundo indicado, foi realizado contato e ele foi bastante solícito e cordial, prontamente aceitou conceder entrevista. Trata-se do entrevistado E2, que era proprietário de uma pequena loja de atacado/varejo e que já havia trabalhado como vendedor de rua. Tal entrevista foi realizada presencialmente na loja, localizada no centro da cidade de Porto Alegre - RS. Após a entrevista, foi solicitado que indicasse outros possíveis participantes. Acabou que ele indicou a mesma pessoa que o entrevistado E1 havia indicado, que não obtivemos retorno.

Após mais algumas tentativas frustradas de conseguir entrevistas, percebemos que seria muito difícil entrevistar comerciantes senegaleses sem que fosse no próprio local de trabalho deles. Essa dificuldade também se justifica, pois a jornada de trabalho desses comerciantes era bastante longa, em muitos casos, estendendo-se por domingos e feriados. Por isso, a forma mais sugestiva para ter contato com eles foi voltando às ruas.

As entrevistas nas ruas também foram permeadas por dificuldades. A maioria dos senegaleses abordados não demonstrou interesse em conceder entrevista. Alguns alegaram dificuldade com o idioma. Mesmo me apresentando como estudante e explicando os objetivos da pesquisa, a desconfiança também era bastante perceptível. Além disso, as ruas são locais de passagem, em alguns casos, era difícil para o pesquisador parar e permanecer por muito tempo no local onde os comerciantes estavam, pois o movimento de pessoas era intenso. Além disso, as entrevistas gravadas na rua geram um nível de ruído muito grande e diversas pausas, visto que os comerciantes continuam atendendo aos clientes e realizando vendas. As entrevistas e anotações com aqueles comerciantes que não permitiram a gravação também apresentaram problemas. Foi difícil acompanhar a fala e a escrita ao mesmo tempo. Diante disso, na maioria das vezes, anotamos apenas o sentido das conversas e não fala exata dos participantes. O próprio ato de realizar anotações já gera certa desconfiança por parte do interlocutor. Em paralelo, continuei realizando observações e anotações no diário de campo em diferentes dias e horários nas principais ruas do centro histórico.

A técnica *snowball* falhou em todas as entrevistas realizadas na rua, nenhum entrevistado indicou novos participantes. Devido à temática ser considerada sensível, pois envolve assuntos delicados como imigração e comércio de rua, é bastante comum a técnica *snowball* falhar (PARKER; SCOTT; GEDDES, 2019). Uma das sugestões elencadas na literatura acadêmica, trata-se de realizar a aproximação por meio da assistência de organizações, as quais os participantes em potencial estão conectados (PARKER; SCOTT; GEDDES, 2019). Essa aproximação também foi empenhada durante todo o período de realização desse estudo, por diferentes meios. Candidatei-me para participar de forma voluntária em dois grupos que prestavam assistência aos imigrantes, entretanto, não fui selecionado para nenhum deles. Tentamos contato para realizar entrevistas com outras duas organizações que prestam assistência a imigrantes, também sem sucesso. Em um dos casos, foi indicado um dos imigrantes senegaleses com o qual não obtivemos êxito no contato inicial. Além disso, as dificuldades impostas pelo avanço da pandemia do COVID-19 e as medidas de distanciamento social impactaram significativamente no andamento do trabalho e no acesso aos sujeitos da pesquisa.

Diante disso, optamos por agregar dados coletados em 2018, junto aos comerciantes senegaleses situados na cidade de Rio Grande – RS. Trata de duas entrevistas e anotações realizadas em pesquisa etnográfica no período estabelecido entre maio e dezembro de 2018. Além desses dados, também integra esse arcabouço, a participação na festividade de Grande Magal de Touba, realizada na cidade de Rio Grande – RS em 2018. No mais, desde 2017, mesmo sem fins acadêmicos, procurei observar a atuação dos comerciantes senegaleses em diversas cidades no Rio Grande do Sul, por exemplo: Rio Grande, Pelotas, Chuí, Porto Alegre, Canoas, Charqueadas, Novo Hamburgo e São Leopoldo. Agregamos dados secundários sobre a imigração senegalesa coletados por meio de buscas na plataforma YouTube. O detalhamento dos dados secundários será apresentado após as objeções sobre as entrevistas. No quadro a seguir, sistematizamos o perfil dos entrevistados.

Quadro 9 - Lista de entrevistas

Entrevista	Idade (anos)	Tempo no Brasil	Nacionalidade	Atividade	Local da entrevista	Formato
E1	33	13 anos	senegalês	Ex-presidente da associação	<i>Online</i>	Gravada
E2	-	6 anos	senegalês	Atacado/varejo	Loja (Porto Alegre - RS)	Gravada
E3	34	6 anos	senegalês	Comércio de rua	Rua (Porto Alegre – RS)	Gravada
E4	38	7 anos	senegalês	Comércio de rua	Rua (Porto Alegre – RS)	Gravada
E5	30	4 anos	senegalês	Comércio de rua	Rua (Porto Alegre – RS)	Não permitiu a gravação ²⁰
E6	25	2 anos	haitiano	Comércio de rua	Rua (Porto Alegre – RS)	Gravada
E7	23	2 anos	senegalês	Comércio de rua	Praça Tamandaré ²¹ (Rio Grande – RS)	Não gravada ²²
E8	23	1 ano	senegalês	Comércio de rua	Praça Tamandaré (Rio Grande – RS)	Não gravada

Fonte: elaborado pelo autor

²⁰ Foi solicitada permissão para realização da gravação em áudio, mas o entrevistado optou por não permitir.

²¹ A praça Tamandaré está localizada na cidade do Rio Grande no extremo sul do Brasil. É conhecida como a maior praça do interior do estado do Rio Grande do Sul. Nesta Praça, havia um número significativo de comerciantes senegaleses. Para saber mais, ver Chagas; Bauer (2021).

²² As entrevistas E7 e E8 não foram gravadas. Essas duas entrevistas foram realizadas durante uma etnografia realizada pelo autor na Praça Tamandaré, na cidade de Rio Grande – RS. Os dados dos entrevistados são referentes ao ano de 2018.

Nota-se que uma das entrevistas foi realizada com um imigrante haitiano. Achamos pertinente adicionar essa entrevista, visto que esse comerciante trabalhava junto com imigrantes senegaleses e tinha um convívio com eles. Os entrevistados E1 e E2 possuem relação com a associação dos senegaleses. O entrevistado E2 havia trabalhado com vendas nas ruas, antes de abrir a sua loja. Os entrevistados E3, E4, E5, E6 trabalhavam no comércio de rua. Mesmo que o número de entrevistados seja relativamente baixo, são pessoas-chave na dinâmica que constrói este trabalho, notadamente, as associações, os atacadistas e os comerciantes de rua.

As entrevistas apresentaram pelo menos duas grandes limitações comumente encontradas nos estudos com imigrantes senegaleses no Brasil que são a linguagem e a confiança. Devido ao problema da linguagem no processo de comunicação com os imigrantes, ficou muito evidente a dificuldade de compreensão, tanto do pesquisador quanto dos próprios imigrantes. Em alguns casos, era difícil ter certeza sobre o sentido das respostas aos questionamentos. Como mencionado anteriormente, um dos motivos elencados por alguns imigrantes para não conceder entrevista foi justamente o fato de não falar bem o português. No mesmo sentido, o aspecto da falta de confiança em relação ao pesquisador foi outro fator para não conceder entrevista e que inibiu o diálogo sobre assuntos mais delicados. A questão do idioma e o aspecto da confiança também foram limitações encontradas por Marques (2017), em pesquisa realizada com os senegaleses estabelecidos na cidade de Rio Grande, no extremo sul do Brasil.

Essas duas limitações também foram citadas por Tedesco e Grzybovski (2013) que realizaram pesquisa com imigrantes senegaleses na região de Passo Fundo, também no Rio Grande do Sul. Segundo os autores, “as entrevistas eram mediadas por um líder e havia desconfiança por parte dos imigrantes em relação aos objetivos da pesquisa e ao não entendimento do idioma” (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2013, p. 318).

Além das entrevistas, foram coletados dados secundários para efetivação da triangulação. Para isso, primeiro, realizamos uma busca na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube com os seguintes termos: “imigrantes senegaleses”, “comerciante senegalês”, “senegaleses”, “migração senegalesa”. O algoritmo da plataforma influencia os resultados da busca. Diante disso, foram analisados preliminarmente 48 vídeos e mantivemos para análise mais detalhada 17

vídeos. No contexto dos 48 vídeos, muitos deles faziam menção aos senegaleses estabelecidos no Rio Grande do Sul, como as observações foram realizadas na cidade de Porto Alegre – RS e utilizamos dados coletados na cidade de Rio Grande – RS, delimitamos que os vídeos analisados seriam oriundos desse estado. Além disso, foram excluídos os vídeos que não tinham como tema central a imigração senegalesa, vídeos que não contavam com depoimentos de senegaleses, vídeos que fugiam muito dos temas tratados neste estudo, vídeos repetidos ou parcialmente repetidos.

É oportuno, entretanto, especificar que, em alguns casos, as mesmas pessoas aparecem em mais de um conteúdo analisado. Ademais, como o objetivo deste estudo não é pessoalizar as narrativas, não vamos expor nominalmente os imigrantes que aparecem nos conteúdos analisados. De todo modo, a lista dos vídeos analisados foi descrita no quadro a seguir.

Quadro 10 - Lista de vídeos analisados

Vídeo	Título	Link/créditos/acesso ²³
V1	Imigrantes senegaleses buscam oportunidade de trabalho para ajudar familiares na África	https://youtu.be/qQxPXXYHduU Canal: Jornal VS
V2	Senegalês recomeça a vida em Cachoeira do Sul	https://youtu.be/WWvLw6zeTbE Canal: TV Cachoeira Novo Tempo
V3	SENEGALÊ - Os imigrantes senegaleses em Pelotas	https://youtu.be/Kd3SM37Ija0 Canal: Senegalê - Os imigrantes senegaleses em Pelotas
V4	Somos todos imigrantes Mor Ndiaye TEDxUnisinos	https://youtu.be/JNziYAHzmNU Canal: TEDx Talks
V5	TVE Repórter UPF TV / TVE - Senegaleses no RS - 12/6/2016	https://youtu.be/j_zfLLjYxBI Canal: TVE RS
V6	Cerimônia religiosa reúne senegaleses que moram em Caxias do Sul	https://youtu.be/FfJg0-Hq9T4 Canal: JORNAL DE CAXIAS
V7	Materialidades na imigração: senegaleses em Caxias do Sul/RS	https://youtu.be/v2yQUUnoVI8 Canal: Juliana Rossa
V8	Senegaleses: Comércio Informal, Religiosidade e Cultura nas Ruas de Porto Alegre	https://youtu.be/RvU2PfnGf6g Canal: Mariana Pedroso

²³ O acesso a todos os vídeos foi verificado em 31/10/2021.

V9	Entrevista com presidente da Associação de Senegaleses de Passo Fundo	https://youtu.be/ZV6_ivKfKMM Canal: NorteRS
V10	Senegaleses realizam celebração religiosa em Erechim	https://youtu.be/KG0o9etpop8 Canal: TV BOM DIA
V11	Em Santa Cruz, Senegaleses busca uma nova chance	https://youtu.be/he2Mbipxcp0 Canal: Portal Gaz
V12	Senegaleses tentam quebrar preconceitos dos brasileiros	https://youtu.be/tpG6x92JtWE Canal: SBT RS
V13	Senegaleses promovem baile e feira cultural no Quinta Estação em Caxias do Sul	https://youtu.be/uw4epeqMxxM Canal: JORNAL DE CAXIAS
V14	Reportagem especial mostra como senegaleses têm se adaptado a Novo Hamburgo	https://youtu.be/6s9zyaoeECw Canal: Jornal NH
V15	#Associação dos Senegaleses de Porto Alegre	https://youtu.be/SK5hb5OXxro Canal: Rua da Gente
V16	Senegaleses e haitianos encontram dificuldades no Brasil - Jornal Futura - Canal Futura	https://youtu.be/RCVAHHI4ILM Canal: Canal Futura
V17	Senegaleses e haitianos buscam no RS oportunidades	https://youtu.be/BK_Z9mMmACo Canal: TV Cachoeira Novo Tempo

Fonte: elaborado pelo autor a partir de pesquisa realiza na plataforma YouTube

A ideia central com esses vídeos era analisar a recorrência dos temas e das práticas dos imigrantes senegaleses. Por exemplo, uma das ideias era averiguar a centralidade da religião e do comércio na migração senegalesa. Analisando os vídeos de diferentes cidades, podemos perceber que realmente são temas centrais. Além disso, os vídeos contribuíram para auferir confiabilidade aos outros dados que apresentamos no trabalho. Nos vídeos, analisamos o conteúdo audiovisual, ou seja, aquilo que foi falado e aquilo que foi mostrado. De forma complementar, citamos ao longo da análise algumas reportagens que ilustram alguns fatos enunciados. Na próxima seção, apresentamos os procedimentos que utilizamos para analisar o material coletado.

3.2 Procedimentos para análise dos dados

Analisar significa separar as coisas e síntese significar reunir as coisas (STAKE, 2011). Nesse sentido, esta seção busca explicitar como foram realizados os procedimentos para analisar os dados e como foi realizado o esforço de síntese. Assim sendo, para nortear a análise dos dados, foram criadas categorias a partir da construção teórica apresentada. As categorias foram sendo refinadas conforme os dados eram analisados. O sentido teórico e o modo de operacionalização das categorias são mostrados a seguir:

a) Circuito superior

O circuito superior é caracterizado por grandes empresas, normalmente, multinacionais que têm na aplicação de capital intensivo sua principal característica. O circuito superior impõe uma dinâmica espacial seletiva, pois concentra em partes do território quantidade significativa de recursos (SANTOS, 2008). O circuito superior oferta parte do trabalho assalariado, essa oferta pode promover uma dinâmica migratória, pois é comum as pessoas se descolarem para onde tem mais recursos. Por outro lado, frequentemente, o circuito superior não atende toda essa demanda, gerando formas alternativas de emprego e renda, surgindo, assim, o circuito inferior. Os dois circuitos têm a mesma origem, que é processo de modernização tecnológica,

mas o circuito inferior é dependente do circuito superior (SANTOS, 2008). Diante disso, essa categoria foi operacionalizada no sentido de identificar a relação dialética dos dois circuitos. A ideia não foi analisar o circuito superior, mas, como o circuito inferior é dependente do superior. Alguns elementos da operacionalização dessa categoria ficaram mais claros depois de uma primeira análise dos dados. Por exemplo, só foi possível afirmar que o circuito superior tem relevância no destino dos imigrantes senegaleses, depois de compreender os motivos da migração e as características dos locais onde há maior concentração de senegaleses. Além disso, uma das grandes questões deste estudo é compreender a sobreposição de sistemas de ação na atividade realizada pelos comerciantes senegaleses. Um desses sistemas de ação surge da dialética entre os dois circuitos econômicos, pois impõe uma série de circunstâncias.

b) *Circuito inferior*

O circuito inferior é caracterizado, principalmente, por trabalho intensivo, atividades não-modernas e de pequena dimensão (SANTOS, 2008). O circuito inferior tem a mesma origem que o circuito superior, que é o processo de modernização tecnológica. Entretanto, o circuito inferior é dependente do circuito superior. O comércio de rua é uma das formas pela qual o circuito inferior se evidencia. Diante disso, essa categoria foi utilizada para compreender o comércio popular desenvolvido pelos imigrantes senegaleses. O objetivo foi analisar como o comércio senegalês se relaciona com as características que compõem o circuito inferior e mostrar o caráter dependente do circuito inferior em relação ao superior. No âmbito da análise dos dados, não foi possível analisar todos os elementos que caracterizam o circuito inferior. O foco recaiu nas práticas que caracterizam um processo organizativo dentro do circuito, nas mercadorias, nas relações com a clientela, nos sistemas de preços, na publicidade, na relação com fornecedores e no sistema de crédito. Além disso, essa categoria é analisada conjuntamente com a categoria da economia popular, pois elementos das duas categorias se sobrepõem.

c) *Economia popular*

A economia popular pode ser entendida como uma série de experiências engendradas por parte da população que não se insere na dinâmica do circuito superior da economia urbana. Embora todas as outras categorias contribuam para compreender a economia popular, alguns elementos que marcam esse conceito foram utilizados para analisar o comércio senegalês. Nesse sentido, evidenciamos o papel da família, as relações por trás dos comerciantes, a questão da solidariedade e as origens desse saber-fazer que os comerciantes utilizam. Diante disso, realizamos a análise dessa categoria juntamente com a categoria do circuito inferior, haja vista que o objetivo é compreender a economia popular à luz do circuito inferior. No final da análise, retomamos essa categoria para enfatizar a contribuição da teoria espacial e como o objeto de análise favoreceu a singularidade da economia popular.

d) *Território*

O conceito de território salienta as relações de poder no espaço. É a partir do uso que as pessoas fazem do espaço que surge o território. No espaço, “todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Nesse sentido, buscamos analisar as práticas que sugerem relações de poder no espaço ocupado pelos comerciantes. Essa categoria se mostra principalmente nos conflitos entre os comerciantes e o poder público e na representação da imagem no vendedor no espaço. Ressaltamos as práticas que os comerciantes utilizam para lidar com essas relações de poder no cotidiano do comércio popular. A categoria foi operacionalizada a partir dos limites e fronteiras de influência, ou seja, pontos de venda de cada um.

e) *Práticas organizativas*

O conceito de prática utilizado neste estudo busca evidenciar as ações regularizadas, as rotinas ou quase rotinas que participam de uma ordem (SANTOS, 2006). Um conjunto de práticas indica um processo organizativo (o organizar) (DUARTE; ALCADIPANI, 2016). A ideia foi enfatizar o que há de regular no comércio senegalês. Uma das grandes ideias desenvolvidas neste estudo foi que o comércio

senegalês é uma prática organizativa, ou seja, é formado por um conjunto de práticas que evidenciam uma regularidade. Inicialmente, demonstramos que o comércio senegalês é muito similar em diversas cidades do mundo, a grande questão é o que faz essa regularidade existir. Essa regularidade só pode existir por meio de um conjunto de ações. Esse conjunto de ações é corporificado por meio de sistemas de ação. Os sistemas de ação podem ser orientados por diferentes tipos de ordens: ordem técnica, ordem da forma jurídica e ordem do simbólico (SANTOS, 2006). As ordens técnica e jurídica são impostas, já a ordem simbólica é fruto da inventividade, da surpresa, da transformação, da mudança etc. Diante disso, neste estudo buscamos compreender como diferentes sistemas de ação orientam as práticas organizativas do comércio senegalês. Ressalta-se, por fim, que, por meio das práticas, codificamos uma série de ações realizadas pelos comerciantes. Por isso, as práticas percorrem as diversas outras categorias e muitos dos códigos de análise que serão apresentados posteriormente.

Ademais, o material coletado, por meio da triangulação, foi codificado de acordo com temas. Essa codificação é uma característica comum das pesquisas qualitativas (STAKE, 2011). Na perspectiva de Stake (2011, p. 166), “codificar é organizar todos os conjuntos de dados de acordo com tópicos, temas e problemas importantes para o estudo”. Diante disso, o material foi transcrito e sistematizado em uma planilha do *software* Microsoft Excel. O cruzamento desta planilha foi composto pelos códigos nas linhas e o conteúdo analisado nas colunas. A figura 11 ilustra o exemplo dessa esquematização:

Figura 11 - Exemplo da esquematização da planilha de análise

	A	C
1	Código	V1
2	Local	São Leopoldo - RS

Fonte: elaboração própria por meio do Microsoft Excel

No exemplo, o código refere-se aos constructos descritos a seguir (local, no exemplo) e o V1 (no exemplo) refere-se ao conteúdo analisado. A codificação e a referida descrição estão expressas no Quadro 11.

Quadro 11 - Codificação para análise dos dados

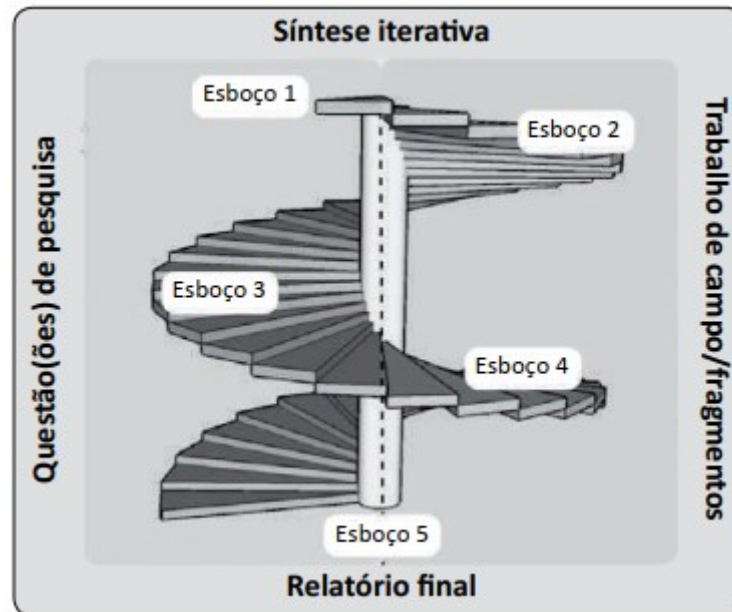
	Código	Descrição
1	Local	Cidades que o conteúdo faz referência.
2	Motivos da migração	Motivos elencados para migração.
3	Trabalho (exceto venda nas ruas e empreendimento próprio)	Trechos que explicitam os tipos de trabalho realizados pelos imigrantes senegaleses. Características das empresas e da região onde há imigração senegalesa.
4	Venda nas ruas	Trechos e práticas que mostram o trabalho dos imigrantes senegaleses no comércio de rua. Por exemplo: venda ambulante, comércio de rua, comércio ambulante, camelôs etc. Características da atividade.
5	Formas de comércio	Modo como é realizada a venda das mercadorias. Por exemplo, expostas no chão, maletas, mostruário de óculos.
6	Mercadorias	Características das mercadorias vendidas. Tipos de mercadorias. Formas de transporte. Estoque. Fornecedores. Publicidade. Marcas.
7	Família	Trechos que fazem menção à família. A importância da família. Responsabilidade com a família. A ideia de família estendida.
8	Espaço/Território	Características do espaço ocupado para realizar as vendas. Práticas que indicam conflitos e relações de poder no espaço. Códigos desenvolvidos no território. Escolha dos locais de venda. A criação do espaço de venda.
9	Solidariedade	Trechos que indicam solidariedade. Ações de ajuda diária. Compartilhamento de casas, mercadorias, locais para venda. Ajuda mútua. Ênfase nos aspectos grupais.
10	Associação	Trechos que fazem menção às associações. O papel das associações. Práticas realizadas pelas associações.
11	Religião/ <i>ethos</i> mouride	Práticas, elementos e trechos que se referem ao <i>ethos</i> mouride ou a religião de

		modo geral. Festa de Grande Magal de Touba.
12	Relações com outras organizações	Trechos que indicam relações com outras organizações: prefeitura, grupos de pesquisa, pastorais etc. Quem são as pessoas que falam nos vídeos. Ações públicas dos senegaleses.
13	Empreendimentos	Imigrantes que abriram lojas ou outros tipos de empreendimentos.
14	Racismo/Xenofobia/Preconceito	Trechos que mencionem episódios de racismo, xenofobia, discriminação, preconceito.
15	Dificuldades	Dificuldades encontradas no projeto migratório.
16	Outros	Outros temas recorrentes

Fonte: elaboração nossa

Diante dessa codificação, foi realizada uma síntese iterativa para escrever o texto final (STAKE, 2011). A síntese iterativa persegue dois planos. Um deles é responder à questão de pesquisa e o outro é “trabalhar a partir da reunião de fragmentos, das descrições dos acontecimentos e das perspectivas encontradas no trabalho de campo” (STAKE, 2011, p. 201). A Figura 12 ilustra essa ideia:

Figura 12 - Síntese iterativa do esboço para o relatório



Fonte: Stake (2011, p. 202)

A síntese iterativa foi realizada a partir de diferentes esboços realizados pelo pesquisador. Nesse sentido, “a síntese tem algo de dialética, é um propósito principal e um contrapropósito principal, uma resolução intelectual de forças concorrentes” (STAKE, 2011, p. 201). A ideia dessa síntese foi que relatório fosse mediado, tanto pela busca da resposta da questão de pesquisa quanto pelos dados encontrados no trabalho de campo. Diante disso, foi realizada essa mediação dialógica com abordagem teórica e as referidas categorias que sustentam a argumentação desta pesquisa. Na próxima seção, salientaremos os resultados encontrados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos o resultado da análise e o esforço de síntese realizado perante os dados. A análise foi desenvolvida por meio das categorias e do processo de codificação descrito na seção anterior. Os resultados estão subdivididos em seis seções. Na seção 4.1, discutimos a influência do circuito superior no fluxo migratório. Na seção 4.2, mostramos como surge o comércio senegalês no circuito inferior. Na seção 4.3, elucidamos o processo organizativo do comércio senegalês. Na seção 4.4, discutimos a tendência associativa e a solidariedade senegalesa. Na seção 4.5, analisamos o *ethos* mouride. E, por fim, na seção 4.6, apresentamos a contribuição do processo organizativo do comércio senegalês para compreensão da economia popular.

4.1 Os senegaleses no Rio Grande do Sul: o circuito superior e o fluxo migratório

O fluxo migratório dos imigrantes senegaleses é um tópico importante neste estudo, embora não tenhamos a pretensão de dar uma explicação completa e pormenorizada para esse fenômeno, pois não foi objetivo do estudo. Vale destacar algumas reflexões com base nos dados analisados.

O estado brasileiro do Rio Grande do Sul possui a maior concentração de imigrantes senegaleses no Brasil. Isso também tem repercussão no meio acadêmico, tendo em vista que a maioria dos estudos com imigrantes senegaleses foram realizados no estado. A análise preliminar dos dados secundários coletados para realização deste estudo indicou que grande parte dos vídeos eram oriundos Rio Grande do Sul.

A explicação para a escolha do estado como destino migratório já foi parcialmente explicada por Uebel (2016; 2020) e Tedesco (2013; 2016), que destacaram a facilidade para obtenção de documentos e a oferta de trabalho na região. No entanto, vale destacar que não é a simples oferta de emprego que gera o fluxo migratório, mas, sim, o processo de modernização tecnológica que concentra a produção em locais específicos do território (SANTOS, 2008). Isso é bastante evidente quando se observa que as regiões, como a de Passo Fundo - RS e a de Caxias do Sul - RS, são locais de concentração de grandes indústrias de exportação.

No caso específico da região de Passo Fundo - RS, como bem demonstrou Tedesco (2016) e como fica claro no vídeo V5, que também possui a contribuição do professor e pesquisador João Carlos Tedesco, os senegaleses chegam à região atraídos pelas oportunidades de emprego nos frigoríficos que possuem a Certificação Halal. Trata-se de uma demanda por profissionais que seguem os preceitos islâmicos. Muitos senegaleses que chegam ao Brasil são muçulmanos e, nesse caso, suprem em grande parte essa demanda. Os frigoríficos da região são grandes empresas exportadoras de alimentos, como carne e frango. De acordo com dados apresentados no vídeo V5, na região de Passo Fundo - RS, que inclui as cidades de Carazinho, Tapejara, Passo Fundo e Marau, havia 10 frigoríficos. Um dos frigoríficos contava com 170 senegaleses, representando 18% do quadro de funcionários. De igual maneira, o trabalho nos frigoríficos também foi um dos motivos elencados por Mejía e Scapin (2019) para migração dos senegaleses para a cidade de Lajeado – RS. Tendo em vista que as principais tecnologias utilizadas por tais indústrias envolvem um número significativo de trabalhadores e de processos automatizados que demandam capital intensivo, podemos classificá-las como parte do circuito superior, tal como definido por Santos (2008). Além do mais, necessitam de uma mão de obra com um conhecimento específico, que é aquele utilizado no abate Halal e há uma dependência direta do exterior, pois parte da produção é para exportação.

Por outro lado, na região de Caxias do Sul, não é muito diferente, trata-se de outro grande polo industrial constituído no estado. No vídeo V7, os senegaleses estabelecidos em Caxias do Sul destacaram que foram para cidade por causa das oportunidades de trabalho. Além disso, a facilidade para obtenção de documentos e a estrutura de acolhida proporcionada por organizações ligadas à igreja católica, por organizações como o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM)²⁴ e por outros senegaleses que chegaram anteriormente também influenciaram a migração para cidade.

O movimento migratório para o Rio Grande do Sul pode ser explicado pelas oportunidades de trabalho que o circuito superior cria em diversas cidades da região. Entretanto, não é a oferta de trabalho em si que gera a migração. A oferta de trabalho, em um ponto específico e concentrado do estado, é consequência do processo de modernização tecnológica (SANTOS, 2006). No Brasil, existem 446 frigoríficos

²⁴ Centro de Atendimento ao Migrante (CAM): <https://www.aesc.org.br/cam/> Acesso em: 04 dez. 2021.

submetidos à inspeção federal²⁵, a maior parte deles (130) estão localizados na região sul e 42% das cidades brasileiras onde estão instaladas essas indústrias têm menos de 30 mil habitantes. Embora nosso objetivo não foi compreender nos pormenores as características que envolve esse processo de concentração das indústrias frigoríficas em pequenas cidades, é completamente perceptível que esse processo envolve uma dinâmica espacial seletiva que contribui para a concentração de recursos e de ofertas de postos de trabalho em pontos específicos. Esse fato favorece o fluxo migratório e contribui para dinâmica espacial do lugar. Não obstante, os casos de Passo Fundo, Caxias do Sul e Lajeado têm relevante destaque, outras cidades no estado, como a capital Porto Alegre e Rio Grande no extremo sul, também possuem papel importante na dinâmica do circuito superior e apresentam quantitativo significativo de imigrantes senegaleses. As cidades com mais oportunidades são divulgadas na rede de contatos dos senegaleses e, com isso, a ida de alguns influencia a ida de outros. Assim, muitos descobrem essas cidades por meio das redes de contatos.

O fato de o circuito superior influenciar no destino não significa que os imigrantes senegaleses já venham com a cidade definida. Trata-se de um fluxo migratório muito fluído, há muita migração interna de senegaleses entre diversas cidades do Rio Grande do Sul. É notório, entretanto, que o fenômeno é multifacetado e diversos fatores individuais e estruturais podem impactar no estabelecimento do destino. Ainda assim, o consenso é que todos vieram para trabalhar e a maioria tem a responsabilidade de enviar remessas financeiras às famílias no Senegal. Essa responsabilidade é citada pelos entrevistados E1, E2, E3, E4, E5, E7, E8, aparece também nos vídeos V1, V2, V5, V7, V8, V11, V14, V15, V17 e pode ser observada na fala do Entrevistado E3 ao elencar os motivos para emigrar do Senegal:

Porque lá [Senegal] tem segurança, tem segurança sim. Não tem tanto trabalho. O dinheiro de lá também é muito pouco. Não é dinheiro valorizado, sabe? Exatamente! A gente veio aqui... o dinheiro brasileiro é mais valorizado um pouco... pra gente ajudar as famílias. Cada um de nós... Eu falo... todos os senegaleses, todos senegaleses do mesmo jeito, eles vêm pra que? Para trabalhar pra ajudar a família deles. Porque cada um de nós tem pensamentos... um dia ser [inaudível]. Eu vou ajudar a minha família. Até hoje a gente tá trabalhando na rua, mas a gente, cada centavo que a gente ganha guarda para ajudar nossas famílias (ENTREVISTA E3).

²⁵ Série de dados cruzados pelo site O joio e o trigo. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2020/06/exclusivo-os-dados-ineditos-sobre-covid-19-em-frigorificos-de-pequenos-municipios/> Acesso em: 25 nov. 2021.

No âmbito do trabalho, além dos trabalhos desenvolvidos nos frigoríficos, podemos identificar uma série de outras ocupações exercidas pelos imigrantes senegaleses. Por exemplo, manobrista, construção civil, soldador, coletor de lixo, pizzaiolo, auxiliar de cozinha, entre outras. Nesse contexto, é importante destacar que muitos senegaleses são subutilizados em empregos que não condizem com o conhecimento e a formação que possuem. No vídeo V8, os comerciantes senegaleses entrevistados relataram as dificuldades encontradas no mercado de trabalho e os motivos que os fizeram vender mercadorias nas ruas. Os relatos apontam condições de trabalho insalubres, ocasionando, inclusive, problemas de saúde. Um deles comenta que trabalhava em um restaurante, que fez curso de garçom, falava três idiomas e não tinha oportunidade de ser garçom, sempre ficava escondido na cozinha, por isso acabou pedindo demissão. Ele complementa dizendo que “[...] 80% dos senegaleses, as vagas que eles ganham, é isso: faxineiro, ajudante de cozinheiro, é isso aí. Maioria dos senegaleses tem formação, tem faculdade. Aí para não sofrer isso, a maioria largou e foi trabalhar na rua” (Comerciante Senegalês, V8). Um dos entrevistados, vice-presidente da Associação, ressaltou que ser negro e imigrante é difícil no país.

A falta de emprego e a oferta de vagas que não condiziam com a formação e as expectativas dos senegaleses também foi tema discutido no documentário “SENEGALÊ”, realizado na cidade de Pelotas – RS. A respeito disso, o chefe do setor de ambulantes da prefeitura da cidade explanou o seguinte:

[...] Já se tiveram várias reuniões com eles, inclusive tem o GEMIGRA²⁶ da Católica [Universidade Católica de Pelotas], que por várias vezes já tiveram aqui, já tivemos reunião no gabinete do prefeito e tudo. Onde já foi ofertado vagas de emprego, não era pra todos, obviamente, mas era um começo. E aí, a própria coordenadora nos colocou: ‘olha, por menos de 1200 reais eles não trabalham, eles preferem ficar no calçadão’. E como é que eu vou dizer isso pra uma pessoa que tá todo dia na fila do SINE²⁷? Olha cara, tu vai ter que te submeter a um emprego com um [inaudível] seja lá o que for, mas pra eles eu vou ter dar um emprego de 1200 reais. Isso se torna inviável” (Chefe do setor de ambulantes da Prefeitura de Pelotas – RS, V3).

²⁶ O GEMIGRA é um grupo de pesquisa e extensão da Universidade Católica de Pelotas que visa o estudo das políticas migratórias.

²⁷ Sistema Nacional de Emprego – SINE é um órgão do governo federal que realiza a intermediação de mão-de-obra e oferta de empregos.

A antropóloga Simone Assis Alves Roberto²⁸, ouvida no documentário, explica que as ofertas de trabalho parecem que não condizem com as aptidões dos senegaleses. Neste ponto de vista, vale destacar o perfil dos entrevistados E5 e E6. O entrevistado E5 possuía formação em química e estava realizando um doutorado sanduíche no Brasil, na área de eletroquímica. De acordo com E5, quando não ia à universidade para utilizar os laboratórios, ele vendia mercadorias nas ruas. Ele acrescentou, que, no Senegal, trabalhava como assistente de ensino²⁹ nas áreas de física e química. No mesmo sentido, o entrevistado E6 trabalhava como motorista profissional no Haiti. No Brasil, ele trabalhou na construção civil e em restaurante como auxiliar de cozinha, ambos sem registro em carteira. Segundo ele, não conseguiu a equivalência da habilitação para trabalhar como motorista no Brasil. Devido à dificuldade em encontrar trabalho, durante o período da Pandemia do COVID-19, ele começou a vender mercadorias nas ruas. Nota-se, pois, que estes dois entrevistados possuem formações profissionais, porém é importante ressaltar que foi bastante difícil compreender qual era o grau de instrução da maioria dos entrevistados, tendo em vista que o sistema de ensino entre os países difere significativamente. Além desses dois entrevistados, é possível destacar, no vídeo V11, a entrevista realizada com imigrante senegalês em Santa Cruz do Sul, que também possuía formação e estava trabalhando como vendedor nas ruas:

Eu trabalhava com contabilidade, eu sou formado em contábeis. Eu estou aqui no Brasil para trabalhar, procurar uma vida melhor, sobreviver, ajudar as pessoas, ajudar a minha família. Aqui no Brasil, eu quero trabalhar, porque eu trabalhava como ambulante no centro e aquele dia eles nos tiraram, porque eles nos falaram que lá no centro não dá mais para trabalhar. Mas, agora, nós ficamos um mês sem trabalhar e tem que comer, tem que sobreviver, mandar dinheiro para as famílias [...] (Imigrante senegalês, V11).

Percebe-se que ele era formado em contábeis e estava vendendo mercadorias no centro da cidade de Santa Cruz do Sul. A fiscalização da cidade proibiu de vender mercadorias e isso impactou a vida do imigrante, pois era por meio dessa atividade que ele conseguia o sustento.

²⁸ Simone Assis Alves Roberto realizou estudos etnográficos sobre o comércio senegalês na cidade de Pelotas – RS (ver ROBERTO, 2018).

²⁹ Foi difícil compreender, mas é uma espécie de monitor que tirava dúvidas e atendia aos alunos.

No caso do entrevistado E2, antes de trabalhar com venda nas ruas, ele também trabalhou na construção civil. Diante disso, questionei por que não deu certo o trabalho na “obra”, que era como ele se referia ao trabalho na construção civil. Ele explicou:

Muito ruim! Salário mínimo, mínimo, mínimo... 1150 R\$. 1150 R\$ não vale nada, porque eu tenho família lá no Senegal. Tenho que ajudar a minha mãe, ajudar a minha irmã, meu pai morreu, ajudar minha esposa, entendeu? Ajudar minha filha também, eu tenho filha lá no Senegal... tenho muito [inaudível], tenho irmã também, entendeu? Por exemplo, tu vai pagar aqui... o mínimo, mínimo... tu vai pagar por mês de aluguel 300, 350 por mês. Depois, faltou quanto? 800 e pouco. Mais 300 e pouco de comida. Mais ou menos 700 reais eu gasto só aqui no Brasil. Eu sempre vou ajudar minha família, 600, 700 reais por mês, não vale nada [...] (ENTREVISTADO E2).

Na concepção dele, a remuneração do trabalho na obra era muito baixa e não dava para arcar com todas as despesas e ainda enviar dinheiro à família no Senegal. Financeiramente era mais vantajoso trabalhar como ambulante. Depois de alguns anos trabalhando como ambulante, ele abriu uma pequena loja de atacado e varejo.

Todos os imigrantes senegaleses no Brasil possuem responsabilidades para com a família que ficou no país de origem. Os principais motivos elencados para migração foram buscar uma vida melhor e trabalhar para enviar remessas aos familiares. Esses dados confirmam os motivos mencionados por Zubrzycki (2011) e ratificam aquilo que a literatura mencionava sobre a migração senegalesa, como a centralidade do trabalho e a responsabilidade de enviar remessas aos familiares (KAPLAN, 2003; KLEIDERMACHER, 2013; GUILHERME, 2017; MOCELLIN, 2017; TEDESCO, 2017; FIGUEIREDO, 2020). Essa dinâmica impõe novas configurações espaciais que transcende fronteiras. As novas tecnologias de envio de remessas financeiras têm impacto nas cidades senegalesas, como mencionou Ross (2011), ao analisar o caso de Touba.

O objetivo principal era que os imigrantes conseguissem sobreviver no país e obtivessem recursos financeiros para enviar às famílias no Senegal. Em muitos casos, os empregos encontrados não supriam essa necessidade, por isso, surgem as alternativas encontradas ao desemprego, aos salários baixos e às condições precárias de trabalho. A principal alternativa encontrada por eles é o comércio de mercadorias nas ruas.

4.2 A integração dos senegaleses nos circuitos da economia urbana

Como discutido na seção anterior, o circuito superior concentra grande parte dos recursos em pontos específicos território. No entanto, não absorve ou não satisfaz as expectativas de todo o fluxo migratório. A saída encontrada é engendrar formas alternativas de emprego e renda. Essas formas alternativas formam o circuito inferior da economia urbana. No caso da imigração senegalesa, parte dos imigrantes não encontra oportunidade para suprir as suas necessidades no circuito superior. Diante disso, a venda nas ruas é uma alternativa que eles encontraram para sobreviver no país de destino e conseguir contribuir financeiramente com as famílias que ficaram no Senegal.

Na opinião da maioria deles, se pudessem optar, não estariam vendendo mercadorias nas ruas. Como explica um dos fundadores da associação dos senegaleses em Porto Alegre:

[...] Infelizmente, sabemos que hoje o mercado de trabalho não é muito favorável, mas do nosso jeito nós estamos nos virando. Alguns que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho, pra sua sobrevivência, eles entram no mercado informal. Então, isso é uma fonte de sobrevivência, mas não é uma opção de ninguém. Eu acho que ninguém de nós não queria e nunca vai querer trabalhar informalmente [...] correndo atrás de fiscalizações, riscos de segurança, sendo maltrato diariamente, ninguém gostaria. Então, se alguém opta por fazer isso, vocês podem ter certeza, na maioria das vezes, essa não é a opção (Fundador da Associação dos Senegaleses em Porto Alegre, V4).

Nota-se que há menção a fiscalização pelo poder público. A regulamentação da venda ambulante depende da legislação da cidade onde a venda ocorre. No entanto, em diversas cidades, há um controle do espaço público para que os vendedores não realizem esse tipo de atividade. Esse controle, por vezes, resulta em diversos conflitos. A análise sobre essa relação será desenvolvida na seção sobre território, mas é evidente que as vendas nas ruas causam conflitos. Por isso, o trecho anterior expressa que se fosse por opção, nenhum imigrante senegalês se submeteria a essa atividade.

O entrevistado E2 salienta que abriu a sua loja justamente por causa desses conflitos. Segundo ele, o principal motivo para abrir a loja foi a fiscalização que “pegava” as mercadorias dele. Nas palavras do entrevistado:

[...] depois abri loja. Tu vai pensar... porque sempre fiscal ia passar, pegar minhas coisas, sempre tava perdendo mercadoria. Depois tu vai pensar... Sempre tu vai trabalhar, tu ganha o dinheiro, o cara vai passar e tu perde toda a mercadoria. Tu vai falar com alguém, tu vai lá no lugar dele e o cara fala que não pode devolver tuas coisas... sempre... aí abri uma loja. Comecei a trabalhar na loja. Comecei pequenininho (ENTREVISTADO E2).

Até aqui foi exposto que o circuito superior tem um papel importante no fluxo migratório dos imigrantes senegaleses, pois cria uma demanda por mão obra muçulmana nos frigoríficos da região sul. Todavia, o circuito superior não incorpora ou não satisfaz as expectativas de toda essa mão obra. No caso do Rio Grande do Sul, muitos conseguem trabalho no circuito superior atuando nas indústrias frigoríficas. Trata-se de empregos que frequentemente nem mesmo os nativos se interessam (TEDESCO, 2016). Os outros tipos de trabalho que os imigrantes estavam se vinculando são trabalhos que não satisfazem suas necessidades e, em muitos casos, não condizem com a qualificação profissional. Em função disso, muitos passam a vender mercadorias nas ruas dos centros urbanos das cidades.

O tema das vendas nas ruas foi bastante recorrente nos vídeos analisados. Em todas as cidades do Rio Grande do Sul que apresentavam um número razoável de imigrantes senegaleses, essa prática do comércio foi percebida. Por meio dos conteúdos analisados e das observações realizadas, foi possível identificar comerciantes senegaleses nas cidades de Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Caxias do Sul, Rio Grande, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Chuí e Canoas. Não resta dúvidas que essa atividade se entende por outras cidades do estado e do mundo. O modo como essa atividade é realizada é muito semelhante em todas as cidades. As mercadorias sobre lonas estendidas no chão, carrinho para transporte das mercadorias, maleta e mostruário de óculos foram objetos materiais que permitiram perceber uma recorrência nessa atividade. Na seção seguinte, analisaremos as práticas dos comerciantes senegaleses com mais detalhes, por ora, vale destacar a recorrência em diversas cidades do estado, confirmando que esse tema é central nesse fluxo migratório.

É importante ressaltar que o circuito inferior é composto por um sem-número de atividades, não se limita ao comércio de rua. O comércio popular nas ruas é apenas uma atividade dentro desse circuito. Os motivos que fizeram parte dos imigrantes senegaleses adentrar no circuito inferior foram evidenciados, haja vista que o circuito superior impõe uma série de circunstâncias que repelem uma grande parcela da população para o circuito inferior. No caso dos imigrantes senegaleses, resta-nos entender por que a venda nas ruas e não outra atividade dentro do circuito inferior.

Por um lado, como foi demonstrado até aqui, a venda nas ruas é reflexo da dinâmica espacial seletiva. A venda nas ruas também apresenta poucas barreiras de entrada, ou seja, com poucos recursos um imigrante senegalês consegue se inserir nesse tipo comércio. Na seção seguinte, ficarão mais claro os sistemas de crédito e ajuda mútua que também contribuem para facilitar essa inserção. Ao questionar os comerciantes sobre a propensão para venda nas ruas, surgem pelos menos dois sentidos de respostas, um deles fazendo referência às motivações, por exemplo: “sobreviver” e “ajudar a família”, e outro fazendo referência a um saber-fazer que eles possuem. Um fato comum foi que muitos já trabalhavam com essa atividade no Senegal, os entrevistados E2, E3, E4, E7 mencionaram que já haviam trabalhado com vendas no país de origem. Durante as conversas cotidianas, muitos comerciantes senegaleses expressaram que aquilo que eles sabiam fazer era vender. Nesse mesmo sentido, aparece a fala de um dos imigrantes no vídeo V8:

Olha só! Senegalês... não é o primeiro país que nós estamos trabalhando na rua, até nos Estados Unidos. Eu acho que Estados Unidos se tu comparar com o Brasil, foi o país que mais cresceu no mundo, então até os Estados Unidos têm vendedor na rua, senegalês, porque é um costume que a gente tem. O comércio é uma das bases que a gente tem desde criança. Se tem um trabalho que dure mais no Senegal, é o comércio na rua. Então, por isso, que a maioria deles pensa isso. A gente fazia isso também lá no Senegal, eu mesmo trabalhava com o comércio [...]. (Trecho de entrevista com imigrante senegalês no vídeo V8).

Percebe-se, com isso, que a prática do comércio é algo arraigado culturalmente. Como mencionaram Golub e Hansen-Lewis (2012), trata-se de uma expertise com raízes históricas, desenvolvida desde a agricultura com comércio de amendoim até a inserção nos centros urbanos. Essa centralidade do comércio nos remete a outro tema central no fluxo migratório senegalês que é a religião. A grande

maioria do material analisado apresentava alguma referência ao aspecto religioso. Um aspecto dessa questão já foi analisado quando mencionamos o abate Halal, realizado pelos senegaleses nos frigoríficos do Rio Grande do Sul. Essa forma de abate segue os preceitos islâmicos. Uma grande parcela dos imigrantes senegaleses é muçulmana, mais precisamente, seguidora do mouridismo. A dinâmica que envolve o mouridismo tem no comércio um dos seus pilares e contribui para inserção dos imigrantes nessa atividade. O *ethos* mouride será examinado com mais detalhamento depois de verificarmos as práticas dos comerciantes senegaleses no circuito inferior, contudo, vale ressaltar que trabalho e religião são dois temas centrais para compreender a dinâmica que envolve o processo organizativo do comércio senegalês e a migração de modo geral.

4.3 A organização do comércio popular senegalês

O comércio popular senegalês desenvolvido nas ruas dos centros urbanos não é uma atividade que surge ao acaso. Por um lado, ressaltamos a influência que o circuito superior tem no surgimento dessa atividade, pois esse circuito impõe a proliferação de formas alternativas de emprego e renda. Por outro lado, indicamos que os aspectos culturais e religiosos também influenciam nessa inserção no comércio de rua. Os aspectos culturais e religiosos serão aprofundados após analisarmos o cotidiano desses comerciantes. De fato, parece evidente que o comércio senegalês é uma prática organizativa estabelecida por pelo menos dois sistemas de ação. Um deles é resultado da inter-relação entre os dois circuitos e o outro é orientado por uma matriz religiosa que tem no comércio um dos seus pilares. Diante disso, buscamos compreender essa dinâmica nas práticas organizativas dos comerciantes. A ideia foi analisar como esses dois sistemas de ação podem ser identificados nas práticas desse comércio no cotidiano de trabalho.

4.3.1 As práticas organizativas dos comerciantes no circuito inferior

Nos dias de observação, a quantidade de comerciantes senegaleses nas ruas de Porto Alegre era expressiva, embora seja difícil precisar, apenas no centro histórico

foi possível contabilizar aproximadamente uma centena de comerciantes. A carga horária de trabalho costumava ser bastante alta. O trabalho costumava começar entre 8h e 9h e se encerrava entre 18h e 19h. Alguns trabalhavam inclusive nos domingos e feriados. Muitos trabalhavam em pequenos grupos; a minoria trabalhava sozinho. O perfil era, em grande maioria, formado por homens aparentemente jovens. No entanto, mesmo em extrema minoria, havia algumas mulheres. Um dos casos observados foi de uma mulher senegalesa que vendia café e outros alimentos para os conterrâneos. Essa mesma prática também foi percebida na cidade de Rio Grande, onde uma mulher senegalesa percorria as ruas vendendo alimentos. Em uma ocasião, foram servidos os tradicionais *beignets*, semelhantes aos “bolinhos de chuva” brasileiros, acompanhado de café.

Os comerciantes senegaleses costumavam se comunicar na língua Wolof. A maioria residia com outros conterrâneos, em pequenos grupos, moravam próximo ao local onde vendiam as mercadorias. O fato de residir em grupo era algo muito comum, todos os entrevistados e aqueles que conversei no período de realização deste estudo residiam com outros compatriotas. Na concepção dos imigrantes senegaleses, a ideia de família é mais ampla, sendo muito comum o convívio coletivo. Os comerciantes senegaleses se veem como uma “família” ampliada, “*somos todos irmãos*” foi, sem dúvidas, uma das principais frases citadas por eles. A ideia era sempre que um contribuísse com a prosperidade do outro. Essa noção de família ampliada, para além dos laços consanguíneos, é uma das características da economia popular, enunciada por Coraggio (2000). Isso reforça aquilo que Tiriba (2004) mencionava sobre a economia popular, que o trabalho é uma atividade humana que envolve relações, ou seja, por trás de cada trabalhador há uma série de pessoas a eles associados.

A prática do comércio começava com o transporte das mercadorias que era realizado em pequenos carrinhos, onde era acoplada uma caixa de papelão para acondicionar as mercadorias. Alguns levavam as mercadorias para as suas residências, outros deixavam em depósitos. As mercadorias eram expostas em lonas no chão (ver Figura 13) ou em pequenas mesas dobráveis. No caso dos óculos, utilizava-se um mostruário confeccionado de isopor e no caso dos relógios, correntes e anéis era utilizada uma maleta. De maneira geral, as mercadorias eram relógios, óculos, tênis, meias, anéis, correntes, bolsas, camisetas, calças, luvas, toucas, cadarços, adereços eletrônicos como fones, carregadores, caixas de som e outras

tantas mercadorias congêneres. Esse modo de expor as mercadorias sobre lonas no chão é uma prática reiterada do comércio senegalês, pois se evidencia em diversos contextos diferentes.

Figura 13 - Mercadorias expostas na Rua dos Andradas



Fonte: pesquisa de campo

Outro elemento que caracteriza marcadamente o comércio senegalês é a maleta de relógios. Trata-se de um instrumento de trabalho muito utilizado pelos comerciantes senegaleses em diversas cidades do Brasil (ver Figura 14). No vídeo V7, *Materialidades na imigração: senegaleses em Caxias do Sul/RS*, um dos objetos apresentados por um dos senegaleses, que representava essa materialidade foi justamente a maleta de relógios, pois se refere a um dos símbolos materiais que representa o comércio protagonizado pelos imigrantes senegaleses.

Figura 14 - Maleta de relógios

Fonte: banco de dados do autor

Todo o aparato que envolvia a exposição das mercadorias precisava ser montado e desmontado com certa destreza para facilitar o transporte. O cuidado com a limpeza e organização do local eram constantes.

A forma de realizar as vendas destoava um pouco daquela utilizada pelos comerciantes brasileiros. Os senegaleses optavam por um estilo de venda mais consultivo, a maioria deles só falava alguma coisa quando percebiam que o cliente parou e realmente estava olhando para as mercadorias. Aqui, nota-se, que é pela forma de exposição das mercadorias que os senegaleses atraem os clientes. As mercadorias precisavam ficar visíveis, por isso, cada mercadoria era rigorosamente disposta sobre a lona para chamar a atenção de quem passasse.

Embora o formato das vendas seja muito parecido, as mercadorias variavam de vendedor para vendedor. Alguns tipos de mercadorias, como os óculos, possuem venda proibida. Nesse contexto, alguns comerciantes vendem determinados tipos de mercadorias. Em um dos casos, em que havia dois comerciantes vendendo mercadorias próximas, questionei sobre os tipos de mercadorias que eles vendiam. Um deles vendia roupas e o outro vendia eletrônicos, a ideia era que os dois não vendessem os mesmos produtos. Em outros casos, era comum vender as mesmas mercadorias em pequenos grupos. O tipo de mercadoria vendida também depende da época do ano, por exemplo, no inverno são mercadorias que tendem a ter mais procura na estação, como luvas, meias, calças, toucas etc.

Várias das mercadorias eram piratárias que imitavam marcas famosas como Nike, Adidas, Louis Vuitton, Calvin Klein, Tommy Hilfiger, Fila, Oakley, Ray-Ban, Lacoste, Puma, entre outras. O preço, muito mais acessível, estava longe de ser o das famosas marcas. Em alguns casos, o preço era negociado com cliente no ato da venda. A qualidade das mercadorias era assegurada com base na palavra, na confiança. Ressaltavam que se fosse registrado algum problema poderiam voltar que eles trocariam. Por outro lado, é preciso destacar que nem todos trabalhavam com mercadorias proibidas ou de caráter imitativo. O entrevistado E3 deixou claro as mercadorias que ele vendia:

[...] na minha opinião, as coisas que a gente vende, eu acho que nenhuma coisa é proibida no Brasil. Meia fabrica no Brasil, cadaço é brasileiro, tira de chinelo é brasileiro, chinelo é brasileiro. Todas as lojas vendem as mesmas coisas que a gente vende (ENTREVISTADO E3).

Ainda nesse contexto, existe um certo estigma sobre a origem das mercadorias vendidas pelos imigrantes senegaleses. Esse fato foi relatado por um comerciante no vídeo V1. Segundo ele, algumas pessoas falam que as mercadorias que eles vendem são roubadas, mas as mercadorias são oriundas de São Paulo e não são roubadas. Isso também foi abordado pelo entrevistado E3, que esclareceu o seguinte:

[...] a mercadoria que a gente tem, tem nota fiscal. Têm muitas pessoas que não sabem disso. Dizem: 'isso aí do Paraguai'. Eu nunca saí de Porto Alegre, nunca saí de Porto Alegre para comprar mercadoria. Exemplo: de manhã eu saí de minha casa e vendi 100 reais, 50 eu boto na minha conta e 50 eu vou no centro e compro as mercadorias: meia, luva, touca. Para botar mais. É assim que as coisas funcionam. Ninguém sai de Porto Alegre para ir até o Paraguai para comprar mercadoria, todo mundo sabe que isso é proibido (ENTREVISTADO E3).

Nesse contexto, é importante destacar que dentro de uma perspectiva legalista, esse tipo de comércio é ilegal porque o vendedor não emite nota fiscal. Mesmo que ele compre a mercadoria de um fornecedor de atacado com nota, ele não está recolhendo ICMS³⁰ sobre a diferença da revenda. Além disso, a alusão ao Paraguai

³⁰ O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um imposto estadual que deve ser pago no comércio das mercadorias.

ainda é frequente, pois quando as barreiras aos importados eram maiores, por muito tempo, o Paraguai foi uma das principais fontes de mercadorias que eram revendidas por sacoleiros aos comerciantes de rua³¹.

As mercadorias que aludem às grandes marcas possuem as características da pirataria imitativa definida por Tozi (2012). Notadamente aquelas que imitam marcas famosas são mercadorias produzidas em escala industrial que dependem de redes logísticas complexas. É importante destacar que as mercadorias comercializadas pelos imigrantes senegaleses não era uma exclusividade deles, eram mercadorias facilmente encontradas em diversas lojas de atacado e varejo pelo centro de Porto Alegre - RS. No âmbito do comércio popular, é comum que pequenos lojistas comprem quantidades maiores de mercadorias e se autodenominem atacadistas, entretanto eles são pequenos comércios do circuito inferior e não são, necessariamente, o primeiro elo depois do produtor. Por isso, é preciso ter um certo cuidado para analisar como cada uma dessas categorias se apresenta na realidade. Esse fato torna ainda mais complexa a rede mercadorias que envolve o comércio senegalês. Diante disso, embora não tenha sido o objetivo rastrear essa rede, parece descabido atribuir que os imigrantes senegaleses são responsáveis por uma rede de mercadorias ilegais, pois os senegaleses possuem o papel de figurar como os intermediários finais desse processo. Assim, consoante Riccio (1999), podemos perceber que por trás da venda de rua há muita organização, mas não uma organização “misteriosa” que esconde uma rede criminosa criada pelos imigrantes senegaleses.

A prática do comércio de mercadorias imitativas tem papel importante no circuito inferior, pois é por meio dessas mercadorias que as classes mais baixas suprem as necessidades criadas pelo padrão de consumo das classes mais altas, que é difundido pelos países centrais no processo de modernização tecnológica (SANTOS, 2008; TOZI, 2012). Os principais clientes dos comerciantes senegaleses são das classes mais baixas, mas isso não exclui as classes mais altas de consumir tais produtos, pois, em muitos casos, esse consumo é realizado por causa da representação social criada pelo status da marca, do que pelo produto em si.

Outro ponto importante é sobre o local das vendas. Muitos comerciantes estavam nos locais de passagem, ou seja, são as ruas com maior movimento de pessoas, próximas aos bancos, próximas às paradas de ônibus etc. Essas atividades

³¹ Ver, por exemplo, Pinheiro-Machado (2004).

existem pelo fato de haver consumidores, é um tipo de comércio que está onde estão as pessoas. O centro histórico de Porto Alegre é um local de grande concentração de comércio e de empreendimentos do circuito superior, que atraem cotidianamente muitas pessoas para circular nas ruas. Segundo o entrevistado E3, o local onde ele vende foi escolhido por ser próximo do local onde mora. Entretanto, esse local era próximo de um supermercado de uma famosa rede estabelecida na cidade. A prática de situar o comércio de mercadorias próximo aos empreendimentos do circuito superior era bastante comum. Conforme a maioria dos entrevistados, os dias que mais conseguem vender mercadorias são em datas comemorativas, por exemplo, no Natal, e nos dias do início do mês. Todas essas práticas reforçam o caráter dependente do circuito inferior em relação ao circuito superior.

Uma outra prática bastante comum faz referência aos senegaleses que abriram seus próprios negócios. É perceptível que muitos comerciantes senegaleses carregam um desejo de crescimento e almejam abrir seus próprios negócios. A fala de um imigrante senegalês no vídeo V13 ilustra esse pensamento:

A gente não veio aqui para fica no mesmo nível sempre, pedindo ajuda, sabe? A gente veio aqui pedindo orientação, porque a gente já veio com a ideia de empreendedorismo. De chegar aqui no Brasil, procurar emprego para poder ter uma estabilidade financeira e, daqui a pouco, ir atrás do nosso sonho. O nosso sonho não é vir aqui pedindo ajuda, ajuda, ajuda... O nosso sonho é vim aqui, abrindo espaço, abrindo relacionamento econômico, social, político... (Trecho de entrevista com imigrante senegalês no vídeo V13).

Esse simbolismo surgiu também na fala do Entrevistado E3 que revelou que o sonho dele é ter uma loja grande. Essa perspectiva se concretiza em outros empreendimentos constituídos por imigrantes senegaleses. Nosso intuito, inicialmente, não era analisar esses empreendimentos, por isso, não foi estabelecido um contato maior, no entanto, trata-se de outra prática recorrente e que tem relação com os temas desenvolvidos neste estudo. Em alguns casos, os comerciantes trabalham nas ruas por algum tempo e depois abrem pequenas lojas, como no caso do entrevistado E2, que trabalhou na construção civil, trabalhou por volta de 2 anos realizando vendas nas ruas e depois abriu a sua própria loja. Segundo ele, abriu a loja por causa da fiscalização que apreendia as mercadorias nas ruas. A loja estava estabelecida em uma galeria em Porto Alegre – RS. Nessa galeria, havia outros

empreendimentos de imigrantes senegaleses, que era uma barbearia e um salão de beleza.

O fato de trabalhar como ambulante por um período até conseguir angariar recursos para abrir uma loja é bastante comum. No Vídeo V3, um dos imigrantes senegaleses entrevistados também começou trabalhando como ambulante e depois abriu uma pequena loja na cidade. Esse mesmo fato foi identificado na cidade de Charqueadas – RS onde um senegalês começou trabalhando como ambulante e depois também abriu uma loja na cidade.

As lojas costumam ter um papel importante no acesso ao crédito e às mercadorias. No caso do entrevistado E5, ele costumava pegar as mercadorias de forma “consignada”, conforme ele vendia, pagava ao lojista. Por outro lado, o entrevistado E2 (lojista) mencionou não trabalhar mais nesse formato, pois ocorreu de fornecer mercadorias e as pessoas não voltarem mais à loja. Esse importante papel de acesso ao crédito foi mencionado na literatura por Mejía e Scapin (2019) ao analisarem a loja de um imigrante senegalês na cidade de Lajeado – RS.

Um outro formato de empreendimento eram estabelecimentos que funcionavam como lojas e como central de telefonia internacional. Esse formato de negócio é igual aquele citado no trabalho de Mejía e Scapin (2019) sobre a loja de um imigrante senegalês na cidade de Lajeado – RS. No entanto, as próprias autoras mencionam que as centrais telefônicas estão em desuso por causa do advento de aplicativos de mensagens como o WhatsApp. Esse tipo de loja foi citado nos vídeos V5, V7 e V15 e ainda existem em diversas cidades.

No Vídeo V17, um dos senegaleses entrevistados menciona que trabalhou com obra (construção civil), como costureiro e depois abriu seu próprio negócio de costura.

Para abrir esse espaço, quando eu trabalhava nas costuras, né. Depois que eu decidi que eu posso ter o meu próprio. Daí depois o que eu fiz... eu comprei uma máquina pequeninha, comprei e botei na minha casa. Naquela época, eu trabalhava lá de noite. Às vezes, têm as vizinhas que [inaudível] daí elas mandavam fazer alguma reforma, tal coisa. Daí aquela maquininha pequeninha, daí eu... fim de semana ou de noite... às vezes, fazia pouca coisa... daí trabalhava na costura pra fora, daí em casa eu fazia alguma coisa. Depois eu decidi abrir um ateliê pequeno (Trecho entrevista senegalês, V17).

Essa tendência dos imigrantes senegaleses a abrirem seus próprios negócios equipara-se ao que mencionou Bava (2003) que existe um “espírito empreendedor” ligado ao *ethos* mouride.

Nota-se, portanto, que o comércio senegalês, inserido no circuito inferior, não é um sistema fechado, mas depende, em diversos aspectos, da dinâmica do circuito superior. As mercadorias possuem papel central na análise desse comércio, pois elas exercem diferentes funções nessa prática. O trabalho em geral e a prática do comércio popular nas ruas em específico são centrais para compreender essa dinâmica migratória. A coesão do grupo possui papel importante na inserção e na manutenção dessa prática. Essa coesão também aparece nas práticas que revelam as relações de poder no espaço, que são analisadas a seguir.

4.3.2 As práticas que revelam os territórios

O comércio de mercadoria nas ruas pelos imigrantes senegaleses é uma prática que se repete em várias cidades diferentes. Há uma constância no modo como essa atividade é realizada e nas mercadorias vendidas. Essa venda é comumente realizada nas ruas dos centros urbanos, principalmente, com as mercadorias expostas sobre lonas estendidas no chão e maletas que acoplam relógios, anéis e correntes. Por conta disso, cria-se uma espécie de representação imagética do vendedor senegalês, ou seja, o vendedor é facilmente percebido enquanto vendedor. Essa representação é formada por uma série de práticas que cotidianamente cria essa consonância.

Durante a coleta de dados em Rio Grande - RS, uma cena que chamou a atenção foi quando uma cliente chegou para realizar a compra de uma mercadoria e mencionou que já havia comprado com os senegaleses de Porto Alegre – RS. As palavras dela foram: “[...] *vou trocar com o meu filho, porque o meu filho pegou o meu fone, que eu comprei lá em Porto Alegre com vocês*” (Notas de campo da etnografia em Rio Grande). Percebe-se que o comércio senegalês cria essa representação imagética. Nesse contexto, era bem provável que os comerciantes senegaleses de Rio Grande e Porto Alegre nem se conhecessem, mas, mesmo assim, os clientes percebem um padrão nas mercadorias, pois, no caso ilustrado, a cliente já imaginava que poderia encontrar a mercadoria que queria no comércio deles. Essa

representação imagética não surge só pelas mercadorias, mas também pela construção da imagem de vendedor. Em diversos casos, além de vendedores, os comerciantes também são consumidores, pois utilizam mercadorias idênticas àquelas que comercializam. Essa representação imagética instituída pelos comerciantes senegaleses é semelhante aquilo que César e Zanini (2018) mencionaram, que há uma representação simbólica construída por meio das práticas no espaço que diferencia o comércio senegalês e modifica o uso dos espaços de passagem.

A apropriação simbólica do espaço foi enfatizada pela comunicação visual que transparece e pelo uso que os comerciantes fazem do espaço urbano. Essa apropriação revela a representação do território. Assim, espacialmente situadas, estão as relações de poder que permeiam o cotidiano do comércio popular senegalês. As relações de poder no espaço ocupado pelos comerciantes senegaleses evidenciam um território carregado de tensões e conflitos. Nesse território, cotidianamente os comerciantes impõem uma representação imagética da figura do vendedor. Isso reforça a identificação do comércio senegalês e ressignifica o uso do espaço. Por meio dessa apropriação abstrata do espaço, realizada pela representação, há a territorialização do espaço pelos comerciantes (RAFFESTIN, 1993).

O poder público, frequentemente, adota uma série de ações para coibir esse tipo de atividade nas ruas. O cotidiano do comércio senegalês é permeado de tensões e conflitos que expressam as relações de poder no espaço. Em grande medida, isso decorre sobretudo da criminalização do comércio ambulante³². As normas que regulamentam a autorização para comercializar mercadorias nas ruas dependem da legislação de cada cidade³³. As legislações municipais frequentemente definem vendedor ambulante como uma atividade itinerante, ou seja, o vendedor é um transeunte que não pode fixar ponto em nenhum lugar. Assim, seguindo essa lógica, a ocupação de um lugar no espaço público seria uma infração. Outro ponto refere-se às mercadorias. Como já analisamos, há certas mercadorias que possuem a comercialização proibida, comumente aquelas de caráter imitativo. Nestes termos,

³² Comércio ambulante é uma expressão bastante frequente nas leis municipais que regulamentam o comércio popular realizado nas ruas.

³³ A legislação municipal que regulamenta o comércio ambulante na cidade de Porto Alegre (RS) é complexa e sofre alterações constantes. Atualmente, a legislação que dispõe sobre o comércio ambulante nas vias e nos logradouros públicos é a Lei Nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008 e o decreto Nº 17.134, de 4 de julho de 2011.

embora possa haver outras questões envolvidas, as relações de poder no cotidiano do comércio ambulante passam, em muitos casos, por essas questões.

Sendo assim, tanto na cidade de Porto Alegre quanto na cidade de Rio Grande houve relatos de comerciantes que mencionaram ter a autorização para realizar o comércio ambulante, porém essa autorização não permitia que eles fixassem ponto em nenhum local, ou seja, era uma autorização para andar com as mercadorias junto ao corpo de forma itinerante. Por outro lado, havia aqueles que não tinham autorização. Em um dos casos de Rio Grande, o comerciante esclareceu que a autorização não permitia vender todo tipo de mercadoria. No caso dele, a mercadoria que mais conseguia vender era os óculos de sol, mas não era permitida, pois eram imitações.

Durante o trabalho de campo em Porto Alegre, foi possível presenciar uma das ações do poder público para coibir esse tipo de comércio. Na ocasião, eu estava andando pela Rua Voluntários da Pátria (ver figura 15), local de grande concentração de lojas e comércio de rua, quando a Polícia Militar começou a se posicionar com um grande número de policiais. Observe um trecho da nota de campo desse dia:

Dia 10/12/2020, por volta das 16h, a Polícia faz uma "operação" para os senegaleses saírem da Rua Voluntários da Pátria. O ambiente parece de bastante tensão, alguns senegaleses começam a guardar as mercadorias. Alguns demoram mais para retirar. A Polícia parece colocar "medo" pelo volume de policiais. Um dos senegaleses conversa com um policial. A conversa parece amistosa. Tentei falar com alguns senegaleses sobre o que estava acontecendo. Alguns deles conversaram um pouco, outros ficaram meio "receosos". Um deles comenta comigo: "cheio de vagabundo aí" e não deixam a gente trabalhar. Os policiais começam a caminhar lentamente no sentido Largo Glênio Peres – Camelódromo. Esse movimento faz com que os senegaleses se retirem da Rua Voluntários da Pátria. Alguns deles se dirigem para outras ruas laterais e de menor movimento (Nota do diário de campo em Porto Alegre - RS).

Figura 15 - Rua Voluntários da Pátria

Fonte: banco de dados do autor

A Rua Voluntários da Pátria é um local de grande concentração de comércios formais. Devido às festividades de final de ano, o cerco ao comércio de rua que se estabelece próximo aos comércios formais era maior. Perceptivelmente, existia uma certa seletividade espacial. As ruas com maior número de comércio formal eram as mais fiscalizadas. Essa seletividade também foi percebida na cidade de Rio Grande, alguns senegaleses estabelecidos na Praça Tamandaré comentaram que não poderiam vender mercadorias no calçadão da cidade devido à fiscalização. Notadamente, o calçadão era um local de grande concentração de lojistas na cidade. Essa mesma seletividade foi descrita por Roberto (2018) na cidade de Pelotas – RS, onde havia um acordo informal subentendido sobre o lugar no qual os comerciantes poderiam ocupar para vender as mercadorias sem que houvesse eventuais problemas com a fiscalização.

No espaço, todo projeto é sustentado pelos saberes e pelas práticas (RAFFESTIN, 1993). Identificar os lugares que podem vender mercadorias com mais tranquilidade faz parte desse saber aprendido cotidianamente. Em muitos casos, essa identificação é realizada por tentativas. Nesse sentido, outro local de conflito, surgiu quando alguns comerciantes senegaleses começaram a frequentar o tradicional Brique da Redenção. Trata-se de uma feira com antiguidades, artesanato e

gastronomia realizada no Parque Farroupilha em Porto Alegre – RS. O comércio senegalês não havia solicitado autorização para participar dessa feira e a presença deles incomodou certos expositores³⁴. Tanto o comércio de artesanato, de antiguidades e gastronômico, realizados na feira, quanto o comércio de mercadorias dos imigrantes senegaleses são atividades típicas do circuito inferior. Todavia, é perceptível que dentro do circuito também ocorram conflitos, pois os circuitos são redes que perpassam territórios, apesar de também ter seus limites. Nota-se que o problema é proposto fazendo referência à questão da falta de autorização para comercializar mercadorias no espaço.

Além disso, as ações violentas do poder público contra os comerciantes senegaleses resultaram em protestos e estimularam o debate público. O discurso desses protestos versa sobre a tentativa de descriminalizar a prática do comércio nas ruas. Uma dessas ações foi realizada em 2018, dias após uma ação da guarda municipal de Porto Alegre – RS para coibir o comércio de rua. A figura 16 mostra os comerciantes senegaleses em frente à Prefeitura de Porto Alegre – RS.

³⁴ Expositores do Brique da Redenção contestam presença de ambulantes: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/expositores-do-brique-da-reden%C3%A7%C3%A3o-contestam-presen%C3%A7a-de-ambulantes-1.681569> Acesso em: 30 ago. 2021.

Figura 16 - Protesto em frente à Prefeitura de Porto Alegre em 2018



Fonte: Cristiano Munari (Correio do Povo³⁵)

O protesto com cartazes, realizado em frente à prefeitura de Porto Alegre – RS em 2018, enfatiza a descriminalização da venda ambulante. Dizeres muito semelhantes estavam presentes nos protestos realizados por senegaleses em Barcelona³⁶, em 2017, e na cidade de Salerno, na Itália, também em 2017, citado por Molinero-Gerbeau e Avallone (2020). É possível perceber que as ações do poder público para coibir essa prática são semelhantes em diversos locais do mundo. Por outro lado, a forma de protesto também se assemelha muito em diferentes cidades.

As ações realizadas pelo poder público reforçam o controle social sobre o espaço público acionando mecanismos repressivos, frequentemente são ações violentas. Exemplo disso, foi o conflito narrado no Vídeo V3 entre guardas municipais

³⁵ <https://www.correiodopovo.com.br/noticias/geral/ambulantes-protestam-em-frente-a-prefeitura-de-porto-alegre-1.274355> Acesso em: 25 out. 2021.

³⁶ <http://www.banderarojacanarias.org/2017/11/top-manta-sobrevivir-no-es-un-crimen.html> Acesso em: 25 out. 2021.

e senegaleses na cidade Pelotas. O documentário expõe algumas reportagens de ataques que os senegaleses sofreram e mostra um vídeo bastante chocante no qual um imigrante senegalês foi agredido, inclusive com uma arma de choque, por guarda civis municipais da cidade. Os diversos casos de conflitos narrados sugerem, como destacaram Molinero-Gerbeau e Avallone (2020) que é uma tendência mundial a expulsão dos comerciantes de rua.

No âmbito das relações de poder no espaço, os comerciantes também articulam práticas para usarem e defenderem o território. Se por um lado o poder público cria mecanismos de controle para exercer o poder sobre o espaço público, por outro lado, as práticas de resistência pelos comerciantes senegaleses revelam que no território os mais fracos também exercem poder (SOUZA, 2009). Na cidade de Rio Grande, parte dos comerciantes senegaleses estavam situados na Praça Tamandaré (ver figura 17). A referida praça é considerada uma das maiores do Rio Grande do Sul e possui uma relação histórica com o comércio popular que alterou o uso e sentido do espaço (ver CHAGAS; BAUER, 2021).

Figura 17 - Praça Tamandaré



Fonte: Google Earth

A partir de 2013, o comércio dos imigrantes senegaleses começou a se fazer presente na praça e conflitos começaram a surgir. Houve relatos de conflitos entre o

poder público e os comerciantes senegaleses. Esses conflitos foram discutidos por Marques (2017), em geral também foram ações violentas e que não contribuíram para mudança dessa realidade. Além disso, também houve conflitos entre os comerciantes senegaleses e outro comerciante brasileiro situado na praça. Esses conflitos foram causados principalmente em função do espaço ocupado na praça. O número expressivo de senegaleses vendendo mercadorias próximo à banca do comerciante brasileiro causou conflito e resultou na mudança desse comerciante de local. De acordo com esse comerciante, não tinha como brigar com os senegaleses, pois ele era sozinho e os senegaleses eram muitos. Diante disso, os senegaleses demarcaram um território de vendas de mercadorias na Praça.

A maioria dos senegaleses ocupava o espaço de passagem na praça que ligava duas ruas de grande movimento de pedestres que se diriam aos terminais de ônibus instalados junto à praça. A ideia de ocupação do espaço em Rio Grande era bastante semelhante àquela utilizada em Porto Alegre. Eram locais de grande circulação de pedestres, as mercadorias e forma de exposição eram praticamente idênticas nas duas cidades. Em Porto Alegre, embora alguns comerciantes senegaleses tenham mencionado episódios de conflitos com comerciantes brasileiros, são mais raros e não conseguimos detalhes mais aprofundados. Tanto em Porto Alegre quanto em Rio Grande não foram relatados conflitos entre lojistas e comerciantes senegaleses. Ressalta-se, por fim, que as práticas utilizadas pelos comerciantes senegaleses são muito semelhantes em diversas cidades do Brasil e do mundo. Na próxima seção, discorreremos sobre as associações e a solidariedade senegalesa.

4.4 A tendência associativa e a solidariedade senegalesa

A dinâmica laboral, religiosa e associativa fornece a base para o processo organizativo do comércio senegalês. A solidariedade, no âmbito do comércio, foi bastante evidente. Em diversos casos, os senegaleses costumavam trabalhar em pequenos grupos, não era fácil identificar onde terminava o conjunto de mercadorias de um e começava as mercadorias de outro. Um comerciante mostrar as mercadorias que aparentemente pertenciam a outro também era bastante frequente, além de um

sair e outro ficar cuidando da banca também era comum. Nota-se, portanto, que um procura contribuir com o outro de diferentes formas. Há desde o compartilhamento de casas, de mercadorias, de locais de venda e de acordos sobre os locais de venda. Essa cordialidade no âmbito do trabalho, nos remete aos dizeres de César e Zanini (2017) quando proferem que a conduta laboral dos senegaleses não os transforma em adversários, pois o sentido mouride está orientado para finalidades grupais.

Além disso, os imigrantes senegaleses mantêm uma tradição associativa que possui raízes históricas. Em todas as cidades em que há imigrantes senegaleses, é comum a constituição de associações. No Rio Grande do Sul, as associações estão presentes em várias cidades, por exemplo: Porto Alegre, Passo Fundo, Caxias do Sul, Rio Grande e Pelotas.

Em Porto Alegre – RS, os senegaleses que faziam parte da associação contribuíam com uma taxa mensal. A associação possui uma importante função pública, pois desempenha a atribuição de porta-voz dos imigrantes. Inclusive, um comerciante senegalês estabelecido em Porto Alegre – RS, que se recusou a conceder entrevista, mencionou que eles tinham uma associação e que eu poderia conversar diretamente com a associação para esclarecer minhas dúvidas.

As associações atuam em diferentes frentes, principalmente voltadas para as questões assistenciais que envolvem os senegaleses, como documentação, moradia e emprego. O entrevistado E1 explicou como surgiu a ideia de fundar a associação, nas palavras dele:

Eu fui um dos fundadores da associação. Em 2014, 2015 por aí, a gente fundou a associação dos senegaleses em Porto Alegre – RS. A ideia era uma coisa muito natural, porque ter uma associação dos senegaleses é muito natural. Eu acho que hoje em dia, qualquer cidade que tu vai, independentemente da quantidade de senegaleses, tem associação. E isso não é só no Brasil, é em qualquer lugar do mundo, até dentro do Senegal (ENTREVISTA E1).

Nota-se, pela fala do entrevistado, que a constituição de associações é algo tradicional na cultura senegalesa. Isso reforça aquilo que Salis e Navarra (2010) ressaltaram, que os senegaleses apresentam uma tendência de associação decididamente maior do que outras comunidades. Ademais, o entrevistado E1 ressaltou os objetivos das associações no Brasil:

A primeira coisa é tentar se ajudar, tentar fazer as atividades culturais, religiosas, desportivas, educacionais. Então, a associação dos senegaleses em Porto Alegre foi criada naquela época da onda imigratória, que os imigrantes senegaleses tavam chegando em Porto Alegre. Eu tava meio fora, porque eu tava em outra correria. A prefeitura de Porto Alegre me ligava naquela época para me pedir ajuda, porque tava chegando ônibus de senegaleses e haitianos vindo do Acre pra cá. Então, quando eu... [inaudível] tá chegando galera e, certamente, a gente vai precisar ajudá-los, não vamos esperar pelo estado, pelo município tentar ajudar. Eu acho que não tem alguém melhor que nós para tentar ajudar os irmãos que tão chegando, reuni alguns imigrantes que já tavam aqui, a partir daí, fundamos a associação dos senegaleses em Porto Alegre, que funciona até hoje, graças a Deus. Nesse meio tempo, a associação fez um excelente trabalho e é hoje uma das referências não só de Porto Alegre, mas do Brasil. Uma das associações mais ativas (ENTREVISTA E1).

No vídeo V12, é possível identificar uma das atividades culturais promovidas pela associação de Porto Alegre – RS. Trata-se de um evento gastronômico, aberto a toda comunidade brasileira, no qual foi servido pratos típicos do Senegal. Esse tipo de evento busca combater à xenofobia e quebrar barreiras entre brasileiros e senegaleses. Evento semelhante foi tema do vídeo v13, no qual a associação dos senegaleses em Caxias do Sul – RS promoveu uma feira de cultura senegalesa na cidade.

O entrevistado E2 possui um papel de liderança entre os imigrantes senegaleses e também é bastante ativo junto à associação. Ele destacou a importância da associação em Porto Alegre – RS:

A associação ajuda muitas pessoas aqui. Muito senegalês não tem trabalho, não tem carteira de trabalho, não tem nada, não tem aluguel. Então a associação com o [nome do presidente da associação] muito mais melhor, ajuda muito senegalês, muitas pessoas também, senegalês, haitiano, tudo [nome do presidente da associação] que ajuda. A associação dos senegaleses é muito importante, muito mais melhor. A associação dos senegaleses aqui em Porto Alegre é muito mais melhor que a embaixada do Senegal, porque a associação que sempre... qual problema que tem? A associação olha e ajuda [...] (ENTREVISTA E2).

Além disso, o entrevistado E2 explicou o significado das associações e como elas funcionavam no Senegal. Lá é mais comum haver associações nos bairros. Nas palavras dele:

A associação dos senegaleses tem que... por exemplo, o que significa... lá no Farrapos [ele deu o exemplo de um bairro de Porto Alegre] todas as pessoas que moram lá precisam se juntar, tem que estar juntas, não precisa separar, entende? Porque tu separou, não vale nada, tem que botar junto. Tu tem problema? Eu também tenho problema. Tu tá feliz? Eu também tô feliz (ENTREVISTA E2).

Nota-se que as associações são formas de unir as pessoas em torno da resolução dos problemas. O fato de reconhecer que a união entre as pessoas possibilita uma força maior na resolução dos problemas também foi mencionado por um outro imigrante senegalês no vídeo V3, ele explica por meio de uma metáfora interessante:

Senegalês, cara... Todo mundo são único, cara. Todo mundo são único. Ninguém quer ver o outro ficar triste. O outro ficar mal assim... Cada um que tá mal, os outros te apoiam. Eles não deixam o cara passando mal. Cada um apoia o outro. Entendeu? Uma madeira é fácil para quebrar, mas muitas madeiras é difícil para quebrar. Entendeu o que eu falei? Um dedo, assim, fácil. Mas se tu pegar cinco dedos para quebrar junto, é difícil. Por isso que a gente tá sempre assim (Fala de um imigrante senegalês no vídeo V3).

Em contrapartida, um dos dados que chamou atenção foi a evidência do paradoxo citado por Bava (2003). Durante as entrevistas e conversas realizadas com os comerciantes de rua, fizemos algumas perguntas, como “*Quem te ajudou?*” no sentido de perceber como aparecia a solidariedade senegalesa, estranhamente as respostas vinham enaltecendo elementos mais individuais. Vários senegaleses responderam: “*ninguém me ajudou*”. Um exemplo foi a fala do entrevistado E3, que ressaltou: “*Eu nunca dormi na rua, nunca pedi emprestado dinheiro... comida nem nada. Sempre correndo atrás de minhas coisas. Nunca dependi de ninguém*” (ENTREVISTRADO, E3). No entanto, quando analisamos com mais detalhes, é bastante perceptível que existem práticas mais solidárias entre os imigrantes. Esse paradoxo é corrigido quando os imigrantes se deparam com as adversidades que o processo migratório impõe.

A fala do entrevistado E3 ilustra como os senegaleses lidam com essas adversidades:

A gente veio pra que... a gente não veio para roubar, a gente veio para trabalhar, pra pagar as contas, pra participar, pra Brasil vai na frente. Tu

nunca viu um senegalês morador de rua. Tu nunca viu um senegalês que pediu emprestado dinheiro na rua. Tu nunca viu um senegalês passando fome. Se eu sou senegalês, eu não vou ver um amigo senegalês que mora na rua. Eu digo não, cara, vamos, a gente vai morar junto, no mesmo quarto, na mesma cama, até você vai conseguir dinheiro para pagar. É esse o nosso jeito, é essa a nossa cultura também. Os senegaleses alugam um apartamento, qualquer apartamento que um senegalês alugou... 3 anos, 5 anos, nunca atrasaram o pagamento. A gente paga as contas certinho, nenhuma coisa atrasada, porque a gente tem vergonha dessas coisas. A gente vem para trabalhar, para trabalhar... não é pra nada... (ENTREVISTADO E3).

As associações representam a comunidade senegalesa em eventos, contribuem com trabalhos acadêmicos e estabelecem o diálogo com outras organizações. Em muitos dos vídeos analisados, os representantes das associações concedem entrevistas e explicam a realidade dos imigrantes senegaleses no Brasil.

Além disso, foi possível identificar que diversas estratégias de articulação dos imigrantes senegaleses eram semelhantes àquelas citadas por Molinero-Gerbeau e Avallone (2020) em análise realizada na Itália. Nota-se, de maneira geral, práticas que se relacionam com as três estratégias citadas pelos autores. No âmbito da reprodução social, identificamos práticas de ajuda diária, como o compartilhamento de moradias, de fácil acesso às mercadorias e compartilhamento de locais de venda. No âmbito da estratégia pública, podemos perceber que os imigrantes procuram compartilhar e debater as questões que interferem no processo migratório. Isso se torna evidente na relação dos senegaleses com uma série de organizações, como universidades, pastorais, grupo de acolhimento e órgãos públicos. A própria presença deles nos vídeos analisados reforça a articulação pública, buscando desconstruir preconceitos e evidenciar aquilo que tem a contribuir. Não obstante, a estratégia de defesa cotidiana no trabalho de vendas nas ruas também foi bastante evidente, tendo em vista que os conflitos são frequentes.

A solidariedade senegalesa envolve uma dinâmica com raízes culturais profundas e tem valores e princípios calcados no mouridismo (MOCELLIN, 2017). Diante disso, na próxima seção analisaremos o *ethos* mouride.

4.5 O *ethos* mouride

O comércio não é uma atividade que surge aleatoriamente no contexto da migração senegalesa. Trata-se de um saber-fazer que possui raízes históricas. O *ethos* mouride favorece essa prática, porém, são raras as práticas que podem ser facilmente identificadas no cotidiano do comércio senegalês que ligam diretamente o comércio ao *ethos* mouride. Um *ethos* não é algo completamente visível, pois está imbricado nos sistemas de ação. Diante disso, buscamos analisar os princípios desse *ethos* nas práticas cotidianas e no material secundário coletado. Entre os diversos princípios citados na literatura encontram-se, por exemplo, o senso de pertencimento, a solidariedade, a cooperação, os princípios de fé e a devoção ao trabalho (GOLUB; HANSEN-LEWIS, 2012; KLEIDERMACHER, 2013; CÉSARO; ZANINI, 2017; ROMERO, 2017).

O aspecto religioso permeia todas as instâncias da vida da maioria dos imigrantes senegaleses. Muitos dos senegaleses que conversei ao longo da construção deste estudo eram adeptos ao mouridismo. Além disso, há de mencionar que, em diversas cidades, têm os espaços de culto religioso dos mourides, conhecidos como *dahiras*. Uma parte significativa do material audiovisual analisado tem alguma referência ao aspecto da religião, principalmente enfatizando o evento Grande Magal de Touba. Trata-se de uma festividade realizada em homenagem ao líder do Mouridismo, Cheikh Ahmadou Bamba. Isso foi identificado nos vídeos V3, V6, V8, V9 e V10. A realização dessa festividade, em diversas cidades do Rio Grande do Sul, reforça os dizeres de Bava e Gueye (2001) ao mencionarem que essa crença é seguida pelos senegaleses onde quer que estejam.

Em 2018, tive oportunidade de prestigiar essa festividade na cidade de Rio Grande – RS. A festividade não tem data fixa, pois depende do calendário lunar. Na ocasião, os imigrantes senegaleses estavam convidando toda a comunidade rio-grandina para comparecer ao evento (ver Figura 19).

Figura 18 - Convite para festa do Grande Magal de Touba



Fonte: divulgação pelos imigrantes senegaleses

Um fato que chamou a atenção foi que o evento era gratuito e os imigrantes estavam convidando toda a comunidade para comparecer. Diante disso, questionei a dois deles, com os quais eu tinha um contato maior, quem iria arcar com os custos da festividade? Eles não entendiam o que queria dizer com “pagar”. Após eu explicar um pouco melhor, um deles comentou: *“Isso não é um pagamento, isso é por Deus”*.

Esse evento é um momento de agradecimento e retribuição dos mourides. Os senegaleses buscam retribuir servindo e distribuindo comida com bastante fartura. Uma das cenas que ilustra isso, foi quando um dos senegaleses estava servindo a comida no evento. Mesmo eu falando que já estava bom, ele continuou colocando mais comida no prato. Ao ver meu espanto na ocasião, um outro pesquisador que estava comigo me explicou que aquela data era um momento de retribuição, por isso, na perspectiva deles, quando mais eles dessem mais eles receberiam. Essa mesma cena é narrada por um imigrante senegalês no Vídeo V6 na festividade realizada em Caxias do Sul:

É muito importante para nós, muito especial para nós, é o dia mais especial para nós. A gente não pegou essa cultura aqui, a gente já tinha essa cultura lá no Senegal. Então a gente vem trazer essa cultura, não é só por trazer, porque isso é obrigatório para nós comemorar este dia do Sheik Ahmadou Bamba". [...] Os caxienses que vieram aqui participar com nós, almoçar junto com nós, também gostaram muito da festa, eles comeram bastante, gostaram

muito. A gente ainda dando comida e eles dizem que não, que já comeram e a gente colocando mais. Então, isso é a nossa cultura, a gente gosta de dar para as pessoas, sabe? Então, como a gente não pode ir até lá, então a gente tem que fazer aqui onde a gente está (Imigrantes senegaleses, V6).

Percebe-se que a prática narrada é idêntica àquela vivenciada no evento realizado na cidade de Rio Grande – RS. Trata-se de um dia de devoção, celebração e agradecimento ao fundador do mouridismo. No mesmo sentido, o presidente da Associação de Senegaleses de Passo Fundo – RS expressa o que esse evento representa para os senegaleses mourides:

Esse dia é um dia de comemoração. É um dia de festa. Uma Festa de glória mesmo, porque é um dia que o nosso servidor e o servidor do projeto Maomé, que se chama Ahmadou Bamba. Ele é do Senegal, ele é nascido no Senegal, ele fez muito trabalho para que [inaudível] ficasse no Senegal, contra a colônia francesa mesmo. Por isso, ele nos pediu esse dia quando... esse dia vem a cada ano, que acontece desde o mês de Sáfar. Mês de Sáfar é o mês muçulmano [...]. Como se chama aqui... janeiro, fevereiro, dezembro, esse mês, na religião muçulmana, é desde 8 de Sáfar mesmo. Quando vem esse dia sempre, ele nos pediu para agradecer Deus, porque ele sozinho, ele não consegue agradecer, na boca dele, Deus. Por isso, está pedindo para todos os muçulmanos do mundo, e particularmente do Senegal, festejar esse dia, dar comida para os amigos de graça e fazer bastante orações e para agradecer a Deus mesmo (Presidente da Associação de Passo Fundo – RS, V9).

No evento, os senegaleses vestiam uma roupa tradicional, conhecida como *bata*, e ressoavam o *kourel* que é um ritual para recitar os textos do líder religioso³⁷. O sistema de som do local contava a história do líder Ahmadou Bamba, evidenciando toda a sua jornada de vida desde o nascimento até a sua morte.

Há casos de senegaleses que não são seguidores do mouridismo, fazendo parte de outras vertentes religiosas. O entrevistado E8, por exemplo, seguia a religião católica e do entrevistado E5 que seguia os preceitos de outra vertente muçulmana conhecida como Tariqa Tijaniyya. Isso é um indício daquilo que afirmou Moreno-Maestro (2005), pois os projetos idealizados pelos mourides não se limitam apenas aos seguidores da Irmandade, mas se entendendo a todos os senegaleses.

No âmbito das práticas do comércio, não é algo fácil de captar o sentido do *ethos* mouride, pois envolve uma série de elementos que não são facilmente

³⁷ Ver, por exemplo, *kourel* no Magal 2021 em São Paulo: <https://youtu.be/SJslezM2ToY> Acesso em: 10 out. 2021.

identificáveis. Contudo, é possível perceber que os princípios citados na literatura como característicos do *ethos* mouride estão entrelaçados nas práticas dos comerciantes. O primeiro e mais marcante deles é a devoção ao trabalho (GOLUB; HANSEN-LEWIS, 2012). O trabalho é uma categoria central para pensar a migração senegalesa e o *ethos* mouride. As longas jornadas de trabalho e os raros momentos de lazer evidenciam essa devoção. Além disso, essa dinâmica laboral extenuante associada à releitura do *ethos* mouride, citada por Bava (2003), revela um “espírito empreendedor” que, na análise em questão, se materializou nos negócios constituídos pelos imigrantes senegaleses.

O número significativo de senegaleses mourides desenvolvendo a atividade de comércio nas ruas e regularidade das práticas desse comércio em diversas cidades reforça que a Irmandade possui no comércio um de seus pilares. A dinâmica que envolve o comércio e ênfase aos aspectos grupais ratificam que as decisões são tomadas coletivamente e que tais decisões são orientadas por laços materiais e religiosos (KLEIDERMACHER, 2013).

No âmbito do comércio nas ruas, foi comum ver alguns senegaleses realizando orações. Normalmente, os muçulmanos realizam cinco orações diárias, todas elas voltadas para Meca, cidade localizada Arábia Saudita e considerada sagrada para os muçulmanos. Sobre isso, o entrevistado E3 ressaltou que era muçulmano e seguia os preceitos do mouridismo, mas não conseguia fazer as orações todos os dias, pois tinha pouco tempo disponível devido ao trabalho. Quando pedimos aos entrevistados para que falassem um pouco mais sobre a religião e sobre o Mouridismo, o assunto não foi muito estendido. Foi bastante difícil aprofundar a questão nas entrevistas e nas conversas cotidianas.

No caso do entrevistado E2, quando visitamos a sua loja para realização da entrevista, podemos perceber que a imagem do Cheikh Ahmadou Bamba estava visivelmente lá (ver Figura 18).

Figura 19 - Imagem do Cheikh Ahmadou Bamba na loja de comerciante senegalês



Fonte: pesquisa de campo

Uma das principais referências simbólicas do mouridismo é a imagem de Ahmadou Bamba, frequentemente exposta pelos senegaleses seguidores da Irmandade. A imagem do líder religioso também aparece também no vídeo V13. Essa referência foi citada por Moreno-Maestro (2005), Tedesco e Mello, (2015) e Mejía e Scapin (2019).

Apesar da origem religiosa, o *ethos* mouride é incorporado na cultura internalizada dos senegaleses, por isso, essa perspectiva envolve diversos domínios da vida cotidiana. Essa cultura, que fornece sentido de identidade, fica mais evidente quando eles estão na situação de imigrantes, pois as diversas adversidades que o processo migratório envolve reforçam os princípios solidários e o caráter cooperativo do grupo. Portanto, essa ética acaba tendo um papel relevante no fortalecimento dos laços de solidariedade e ao situar o sistema de ação que orienta as práticas de comércio popular.

4.6 A contribuição do processo organizativo do comércio senegalês

Nosso objetivo foi analisar de que modo as práticas organizativas do comércio popular protagonizado pelos imigrantes senegaleses contribuem com a compreensão da economia popular à luz do circuito inferior. É importante destacar que uma série de elementos influencia essa dinâmica que transpassa o comércio senegalês. Por trás de cada comerciante de rua há uma série de relações e sistemas de ação que podem nos revelar muito mais que o discurso construído pelo senso comum que busca criminalizar essa prática. Não é possível compreender o comércio senegalês sem analisar pelo menos três grandes temas que perpassam o modo de vida da maioria desses imigrantes, que é o trabalho, a religião e a tendência associativa. Essas três categorias estão interrelacionadas e fornecem a base para compreender os sistemas de ação que orientam a prática desse comércio.

O circuito inferior impacta diretamente no surgimento do comércio senegalês, pois é uma alternativa de emprego e renda encontrada por eles. No entanto, essa prática em específico não surgiu ao acaso. Trata-se de um saber-fazer com raízes culturais e históricas (GOLUB; HANSEN-LEWIS, 2012). A maioria dos senegaleses no Rio Grande do Sul segue os preceitos da confraria muçulmana mouride. Essa confraria desenvolveu uma expertise no comércio desde os tempos do comércio de amendoim no Senegal e se espalhou pelos centros urbanos das mais diversas cidades do mundo. A similaridade nas práticas desse comércio, percebida em diferentes cidades do estado e descritas em diversos outros trabalhos espalhados pelo mundo, confirmam que os pressupostos da confraria mouride contribuem para a inserção dos imigrantes senegaleses no comércio de rua.

Ao longo dessa pesquisa, buscamos enfatizar que há no comércio senegalês uma sobreposição de sistemas de ações. Trata-se de uma dinâmica que carrega traços dos preceitos religiosos que são sobrepostos pela dinâmica moderna do circuito inferior. Nesse sentido, muito mais do que comerciantes individuais, essa dinâmica, revela um processo organizativo bastante complexo, com uma base de agir na qual sistemas de ação são sobrepostos.

Evidenciamos, portanto, que o processo organizativo do comércio senegalês recorre a um saber-fazer bastante diverso daqueles legitimados pelos estudos dominantes no campo das organizações. A organização das práticas desses comerciantes se constitui por diferentes racionalidades, que extrapolam a racionalidade instrumental que legitima a organização formal. Esse processo envolve uma série de elementos complexos que remetem tanto a saberes ancestrais quanto a dinâmica espacial da sociedade. No âmbito do circuito inferior, certamente, é muito mais difícil encontrar padrões, comumente as diferenças sempre se sobressaem. No caso do comércio senegalês, os padrões ficaram muito evidentes nas práticas organizativas. A originalidade desse processo organizativo parece estar *pari passu* com aquilo mencionado por Schmidt (1994) e Lacomba (1996) que enfatizaram que eficácia da organização da solidariedade é o que configura a força e a originalidade da migração senegalesa. Entretanto, reforçamos, seguindo Schmidt (1994) e Lacomba (1996) que essa solidariedade é algo mais complexo, pois envolve elementos tradicionais e modernos. Por isso, argumentamos que há uma sobreposição de sistemas de ações no organizar senegalês. A economia popular à luz do circuito inferior possibilita observar como essa dinâmica acontece.

O mundo moderno foi marcado pela primazia da ação racional, uma racionalidade obediente a razão do instrumento (SANTOS, 2006). Os indivíduos foram moldados a pensar por meio da razão técnica, solapando todo o simbolismo da espontaneidade cotidiana. As práticas organizativas do comércio senegalês revelam um pouco desse outro espectro, da solidariedade, do simbólico. Por meio da categoria espacial, foi possível compreender a sobreposição de sistemas de ações que ordenam as práticas organizativas. A regularidade das práticas desse comércio parece ser muito mais resultado desse saber-fazer influenciado pelo *ethos* mouride do que das mercadorias em si. No entanto, isso não significa dizer que as mercadorias não tenham um papel central nessa dinâmica. O circuito inferior apoia-se na publicidade e na representação social criadas pelas grandes marcas, que influencia o consumo nas classes mais baixas (SANTOS, 2008; TOZI, 2012). As grandes marcas criam uma necessidade de consumo que alcança os mais diversos lugares por intermédios dos meios de comunicação em massa, mesmo aqueles que não possuem capacidade para suprir essas necessidades. O circuito inferior, por meio flexibilidade tropical que se materializa por meio da pirataria imitativa, supre essa necessidade. Ou

seja, por meio das mercadorias imitativas, as pessoas que não possuem condições de acesso às mercadorias originais suprem essa necessidade de consumo criada pelo circuito superior (SANTOS, 2008; TOZI, 2012). Além disso, essa é também uma forma de consumo das classes altas e intermediárias, pois, em muitos casos, a compra é realizada pela simbologia criada pela representação social das marcas e não pelo produto em si.

De fato, demonstramos ao longo deste estudo que o circuito inferior possui características próprias, reforçando aquilo que Santos (2008) argumentava, que o circuito inferior difere do circuito superior na tecnologia e na organização. Isto se torna ainda mais acentuado quando associado à noção de economia popular. Essas duas perspectivas analisadas conjuntamente permitiram um diálogo maior com a totalidade, revelando uma série de relações que impactam nos processos organizativos, na organização da economia, na sociedade e no espaço de maneira geral. O processo organizativo dos comerciantes senegaleses nos mostra que diferentes sistemas de ações se sobrepõem e formam um todo organizado. A corporificação dessas práticas acontece no espaço, pois nele que diferentes sistemas de ação se materializam. Por isso, a categoria espacial (SANTOS, 2006, 2008) torna-se profícua para interpretar os modos de organização no âmbito da economia popular. Os estudos organizacionais têm como modelo hegemônico a organização racional-legal que expressa na burocracia seu modelo mais puro. Esse modelo de organização deslegitima os processos organizativos que destoam dessa concepção. Assim, por meio da categoria espacial, foi possível trazer novas formas de se pensar o fenômeno organizacional, contribuindo assim para enfatizar como a economia popular e o circuito inferior interpretam o fenômeno organizacional.

A categoria espacial permite contribuir com a compreensão da economia popular. Por meio do conceito de flexibilidade tropical (SANTOS, 2006) é possível reforçar a singularidade da economia popular, destacando o modo de vida das pessoas em países que não são centrais no processo de modernização tecnológica. Por meio da teoria dos dois circuitos, é possível demonstrar como esse processo cria espaços desiguais, que possuem uma dinâmica de organização econômica própria para lidar com essa desigualdade (SANTOS, 2008). Além disso, a dinâmica espacial revela como diferentes sistemas de ações orientam as práticas dos sujeitos e permite compreender como diferentes racionalidades são sobrepostas em um mesmo espaço.

Nesse sentido, contribui com uma das principais questões que permeia a economia popular, que é entender as diferentes racionalidades que orientam os sistemas de ação dentro dessa perspectiva. A economia popular, por sua vez, pode se constituir pela sobreposição de sistemas de ações, ou seja, pela combinação de diferentes racionalidades. No caso dos comerciantes senegaleses, ficou evidente que diferentes princípios podem ser incrustados em processo organizativo no âmbito da economia popular. Há, concomitantemente, princípios solidários, de inspiração religiosa, de ajuda mútua e do capitalismo moderno. É oportuno, portanto, que esses achados possam contribuir com o campo da economia popular (RAZETO, 1993b; CORAGGIO, 2000; KREYCHETE, 2000; ICAZA; TIRIBA, 2003).

O que se percebeu, pelo menos no caso em questão, é que a economia popular não carrega naturalmente uma solidariedade, como proferiu Razeto (1993b), mas carrega uma sobreposição de sistemas de ação construídos socialmente com elementos de diferentes racionalidades que são materializados no espaço e corporificados nos agentes. Por meio dessa composição, é que podemos compreender o modo de vida de diferentes comunidades e analisar como a solidariedade aparece. Embora nosso foco não tenha sido atribuído à categoria da economia solidária, vale reforçar que esse modo como a solidariedade se entremeia com elementos modernos também pode contribuir para compreensão da solidariedade no âmbito da economia solidária. Além disso, essa perspectiva traz à tona, por exemplo, “as regras ou normas informais” que orientam a dinâmica da “economia informal” que OIT (2002) dizia desconhecer.

Do ponto de vista espacial, não há como pensar a economia popular como a simples negação da economia capitalista, pois a racionalidade imposta por essa dinâmica econômica dominante atinge as mais diversas áreas da vida. Contudo, essa imposição não acontece de forma idêntica em todos os lugares, o uso e o significado que os indivíduos dão a isso depende de cada um e de cada lugar. Por isso, averiguar as práticas organizativas e os sistemas de ação que orientam tais práticas são caminhos para compreender a organização da economia popular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio popular faz parte do cotidiano dos centros urbanos nos países periféricos. No Brasil, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, novos rostos juntaram-se a essa dinâmica nas últimas décadas. Trata-se de imigrantes oriundos do Senegal. A prática desse comércio chama atenção pela quantidade expressiva de comerciantes, pelo modo como essa atividade é realizada e, notadamente, por se tratar de uma prática reiterada em diversas cidades do Brasil e do mundo. Em buscas de respostas para esse fenômeno, chegamos aos aspectos religiosos e associativos, que constituem o *ethos* mouride. Esse fenômeno foi explicado na seção dois deste estudo.

No entanto, considerar apenas esse *ethos* para explicar o fenômeno seria ignorar a dinâmica material que sustenta as relações de produção na sociedade. Diante disso, buscamos compreender essa atividade por intermédio da concepção de espaço, proposta pelo geógrafo brasileiro Milton Santos. Esse conceito é uma forma de compreender a formação econômica e social. Assim, apresentamos a construção teórica sobre espaço, destacamos o conceito de território e enfatizamos como a teoria espacial vem sendo utilizada nos estudos organizacionais. O espaço é um lugar praticado e, com isso, tem relação direta com as práticas. Um conjunto de práticas cria um processo organizativo, que é uma forma alternativa de se compreender aquilo que se entende por organização. Sendo assim, propomos compreender as práticas organizativas do comércio desenvolvido pelos imigrantes senegaleses.

Adentrando na concepção de espaço, retomamos a teoria dos dois circuitos da economia urbana. Essa teoria enfatiza o processo de urbanização para explicar as atividades que surgem como alternativa de emprego e renda nos países que não possuem papel central no processo de modernização tecnológica. Essas atividades são comumente associadas ao “setor informal”. Diante disso, mostramos a origem desse conceito, as diferentes facetas e argumentamos que problema do setor informal é reflexo da desigualdade espacial. Ademais, a questão que envolve o circuito superior tem relação com outra categoria que é a economia popular. Por isso, buscamos retomar a discussão que envolveu economia popular, economia social e economia solidária. Assim, propomos entender a economia popular à luz do circuito inferior.

Para tanto, realizamos uma pesquisa de orientação qualitativa, que envolveu a triangulação de múltiplas fontes de dados. Por meio de observação, entrevistas semiestruturadas e dados secundários, analisamos o comércio senegalês e as diversas concepções que envolvem essa prática. Conclui-se, portanto, que a inserção dos imigrantes senegaleses no comércio de rua não é uma simples eventualidade ou um resultado irracional de uma classe menos favorecida. Trata-se de um processo organizativo que sobrepõe marcadamente pelo menos dois sistemas de ação. Um sistema de ação proveniente da dialética entre os circuitos superior e inferior da economia urbana e outro sistema de ação provindo do *ethos* mouride. A análise desse processo organizativo que sobrepõem marcadamente dois sistemas de ação contribui com a compreensão da economia popular, pois permite compreender as diferentes racionalidades que orientam a dinâmica que envolve essa categoria no contexto da economia urbana. Além disso, ao retomarmos a aplicação da abordagem miltoniana aos estudos organizacionais, enfatizamos a organização urbana da economia popular e os sistemas de ação que orientam as práticas organizativas neste contexto.

No entanto, faz-se necessário indicar as limitações deste estudo. Do ponto de vista metodológico, entre as limitações, é importante destacar a dificuldade de conseguir dados primários, principalmente entrevistas. As incertezas impostas pela pandemia do COVID-19, o distanciamento e as medidas de *lockdown* impactaram no trabalho de campo, pois o tempo exíguo impediu um contato maior com os comerciantes de rua. A confiança entre pesquisador e pesquisado é um elemento essencial neste tipo de estudo, entretanto para construção da confiança demanda tempo e contato, elementos que foram difíceis de conseguir. De igual maneira, a falta de recursos para uma estada maior na cidade de Porto Alegre também foi um fator limitante.

Por fim, há algumas possibilidades para pesquisas futuras. No contexto da migração senegalesa, foi possível perceber que o trabalho de vendas nas ruas era realizado predominantemente por homens, embora houvesse poucas mulheres, foi possível perceber uma prática comum, tanto na cidade de Rio Grande – RS quanto na cidade de Porto Alegre – RS, que era a mulher trabalhar comerciando alimentos para os conterrâneos senegaleses. O trabalho de Mejía e Scapin (2019) fornece bons indícios que revelam a pouca autonomia das mulheres senegalesas, principalmente, devido à orientação religiosa pregada pelo mouridismo. Diante disso, seria sugestivo

analisar essa divisão sexual do trabalho, que aparenta haver nas práticas organizativas dos imigrantes senegaleses. Não obstante, é sugestivo compreender como a economia popular, analisada do ponto de vista espacial, interpreta outros fenômenos. Do ponto de vista conceitual, cabe, ainda, realizar uma revisão crítica dos conceitos de comércio popular, comércio de rua, camelôs e ambulantes com vistas a resgatar as origens e definir mais precisamente cada um desses conceitos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: **Pobreza e mercados no Brasil**: uma análise de iniciativas de políticas públicas-Brasília. CEPAL/DFID, p. 233-311, 2003.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ARRUDA, M. Socioeconomía Solidaria. In: CATTANI, D. A. (Org.). **La Outra Economía**. Editorial Altamira, p. 373-387, 2004.
- BABOU, C. A. Brotherhood solidarity, education and migration: The role of the Dahiras among the Murid Muslim community of New York. **African Affairs**, v. 101, n. 403, p. 151-170, 2002.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 1938, 1996.
- BAVA, S. De la «baraka aux affaires»: ethos económico-religieux et transnationalité chez les migrants sénégalais mourides. **Revue européenne des migrations internationales**, v. 19, n. 2, p. 69-84, 2003.
- BAVA, S.; GUEYE, C. Le grand magal de Touba: exil prophétique, migration et pèlerinage au sein du mouridisme. **Social compass**, v. 48, n. 3, p. 421-438, 2001.
- BELLINVIA, T. La «guerra» ai venditori ambulanti senegalesi a Pisa. **Etnografia e Ricerca Qualitativa**, n. 1, p. 123-144, 2013.
- BOURDIEU, P. **The Social Space and the Genesis of Groups Theory and Society**. 1985.
- BOURDIEU, P. Some properties of fields. **Sociology in question**, p. 72-77, 1993.
- BRAUDEL, F. **Os jogos das trocas**. Edições Cosmos, 1985.
- BRAUDEL, F. **O tempo do mundo**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- BROMLEY, R. Introduction the urban informal sector: why is it worth discussing? **World Development**, v.6, n.9, p. 1033-39, set. 1978.

BROWN, D.; MCGRANAHAN, G. The urban informal economy, local inclusion and achieving a global green transformation. **Habitat international**, v. 53, p. 97-105, 2016.

CARRIERI, A. P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração**, p. 698-713, 2014.

CASTELLS, M.; PORTES, A. World Underneath: The Origins, Dynamics, and Effects of the Informal Economy." In: PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A. (Ed.). **The informal economy: Studies in advanced and less developed countries**. Baltimore, MD, USA: John Hopkins University Press, 1989.

CATTANI, A. *et al.* (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CERTEAU, M. **A Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1998.

CÉSARO, F. S. "**Tem que conversar, senão não vende, né?**": a inserção de imigrantes senegaleses no comércio de rua de Santa Maria (RS). 245 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, RS, 2018.

CÉSARO, F.; ZANINI, M. C. Migração senegalesa e mouridismo: um breve exercício interpretativo. In: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (orgs.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina**: múltiplos olhares. Porto Alegre: EST Edições, p. 255-274, 2017.

CÉSARO, F.; ZANINI, M. C. "Tem que estar bonito pra vender": a produção senegalesa de espaços de venda em Santa Maria (Rio Grande do Sul, Brasil). **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 26, p. 95-110, 2018.

CHAGAS, L. S.; BAUER, M. A. L. A gestão ordinária do comércio popular no cotidiano da Praça Tamandaré em Rio Grande – RS. **VII CBEO – Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Evento virtual, 2021.

CHEN, M. A. The informal economy: Definitions, theories and policies. **WIEGO working Paper**, 2012.

CLOSS, L.; OLIVEIRA, S. R. Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. **Cadernos Ebape.br**, v. 15, p. 349-363, 2017.

COOPER, R. The Open Field. **Human Relations**, v. 29, n. 11, p. 999-1017, nov. 1976.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. **Organization Studies**, v. 9, n. 1, p. 91-112, 1988.

COPANS, J. **Les marabouts de l'arachide**. La confrérie mouride et les paysans du Senegal. Paris, Le Sycomore, 1980.

CORRÊA, R. L. O espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M. *et al.* (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, p. 251-256, 1998.

COSTA, C. F.; GOULART, S. O jogo social e a produção de acontecimentos no território: o caso da rede arrozais do sul. **Cadernos Ebape.Br**, v. 9, n. 4, p. 998-1014, dez. 2011.

CZARNIAWSKA, B. On time, space, and action nets. **Organization**, v. 11, n. 6, p. 773-791, 2004.

DEFOURNY, J.; DEVELTERE, P. Origines et contours de l'économie sociale au Nord et au Sud. **L'économie sociale au Nord et au Sud**, p. 25-50, 1999.

DEFOURNY, J. Economia social. In: CATTANI, A. *et al.* (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

DE SOTO, H. **The Other Path: The Economic Answer to Terrorism**. New York: HarperCollins, 1989.

DE SOTO, H. **The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else**. New York: Basic Books, 2000.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 57-72, mar. 2016.

DURANDO, V. E. M. M. **Prestígio, solidariedade e esperteza: práticas comerciais de senegaleses entre Turim e Dakar**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 258 p. Campinas, SP. 2020.

EBIN, V. A la recherche de nouveaux 'poissons': stratégies commerciales mourides par temps de crise. **Politique africaine**, n. 45, p. 86-99, 1992.

EBIN, V. "Les commerçants mourides à Marseille et à New York: Regards sur les stratégies d'implantation". In: **Grands commerçants d'Afrique de l'Ouest: Logiques et pratiques d'un groupe d'hommes d'affaires contemporains**, 101-23. Paris: Karthala-Orstom, 1993.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: José Luiz e Rosa Sundermman, 2004.

EVANS, S. M.; BOYTE, H. C. **Free spaces: The sources of democratic change in America**. University of Chicago Press, 1992.

FANTASIA, R.; HIRSCH, E. L. Culture in rebellion: The appropriation and transformation of the veil in the Algerian revolution. **Social movements and culture**, v. 4, p. 144-159, 1995.

FARIA, J. H. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 3, p. 629-650, 2017.

FIGUEIREDO, J. P. **Novos fluxos de imigrantes para o Sul do Brasil: O caso dos senegaleses em Porto Alegre**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. 2020.

FRANCA FILHO, G. C. Uma problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Soc. estado.**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, dezembro de 2001.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise e dados**. Salvador: SEI/Governo da Bahia, v. 12, n. 1, jun. 2002.

FRANCA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2004.

FRIEDBERG, O. S. D. **Islam, Solidarietà e Lavoro. I muridi senegalesi in Italia**. Turin: Edizioni della Fondazione Agnelli, 1994.

GAGO, V.; CIELO, C.; GACHET, F. Economía popular: entre la informalidad y la reproducción ampliada Presentación del dossier. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**, n. 62, p. 11-20, 2018.

GERMER, C. A economia solidária: uma crítica marxista. In: GEDIEL, J. A. P. (org.) **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

GODELIER, M. **Rationality and Irrationality in Economics**. London, NBL, 1972 (french edition: Paris, Masparo, 1966; Spanish: México, Siglo Veintiuno, 1967).

GOLUB, S.; HANSEN-LEWIS, J. Informal trading networks in west africa: The mourides of senegal/the gambia and the yoruba of benin/nigeria. In: **The informal sector in Francophone Africa: Firm size, productivity, and institutions**. Washington, DC: World Bank, 2012.

GOLUB, S. S.; MBAYE, A. A. National Trade Policies and Smuggling in Africa: The Case of The Gambia and Senegal. **World Development**, Michigan, v. 37, n. 3, p.595-606, mar. 2009.

GUERREIRO RAMOS, A. **A redução sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Ltda., 1965.

- GUERREIRO RAMOS, A. **A Nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- GUILHERME, A. J. **Imigrantes haitianos e senegaleses no Brasil: trajetórias e estratégias de trabalho na cidade de Porto Alegre–RS**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.
- HART, K. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana. **Journal of Modern African Studies**, Vol. 11, No. 1, 1973
- HART, K. Informal economy. In: HART, K.; LAVILLE, J.; CATTANI, A. D. (Orgs.). **The human economy: a citizen's guide**. Cambridge: Polity Press, 2010.
- HELIN, J. et al. (Ed.). **The Oxford handbook of process philosophy and organization studies**. Oxford University Press, 2014.
- HERNES, T. **Understanding organization as process: Theory for a tangled world**. Routledge, 2008.
- HERNES, T. **A process theory of organization**. OUP Oxford, 2014.
- HYDLE, K. M. Temporal and spatial dimensions of strategizing. **Organization Studies**, v. 36, n. 5, p. 643-663, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE; 2020.
- ICAZA, A.; TIRIBA, L. Economia popular. In: CATTANI, A.: **A outra economia**. Porto Alegre: Editora Voraz, 101-109, 2003.
- KELLOGG, K. C. Operating room: Relational spaces and microinstitutional change in surgery. **American journal of sociology**, v. 115, n. 3, p. 657-711, 2009.
- KLEIDERMACHER, G. Entre confradías y venta ambulante: una caracterización de la inmigración senegalesa en Buenos Aires. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 38, 2013.
- KNIGHT, C.; HASLAM, S. A. Your place or mine? Organizational identification and comfort as mediators of relationships between the managerial control of workspace and employees' satisfaction and well-being. **British Journal of Management**, v. 21, n. 3, p. 717-735, 2010.
- KOCIATKIEWICZ, J.; KOSTERA, M. Into the labyrinth: Tales of organizational nomadism. **Organization Studies**, v. 36, n. 1, p. 55-71, 2015.
- KRAYCHETE, G; LARA, F.; COSTA, B (Org.). **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

- KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares: Entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, G; LARA, F.; COSTA, B (Org.). **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KRAYCHETE, G. A produção de mercadorias por não-mercadoria. **Bahia Análise & Dados, Salvador**, v. 12, n. 1, p. 85-92, 2002.
- KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. (Org.). **Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação**. CAPINA, 2007.
- KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares: bases conceituais para políticas de fomento. **Conjuntura & Planejamento**, v. 1, p. 35-45, 2011.
- KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: paisagens e miragens. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 228, p. 1-10, 2016.
- KRAYCHETE, G. Categorias de análise do mundo do trabalho e dinâmica da economia dos setores populares: aderências e disjunções. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 239, p. 892-910, 2017.
- KRAYCHETE, G. **Economia dos setores populares e inserção social pelo trabalho: a reprodução da vida para além da norma salarial**. Tese (Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, 2018.
- LACERDA D. S. Investigating the political economy of the territory: the contradictory responses of organisations to spatial inequality. **Organization**, 2021.
- LACOMBA, J. Identidad y religión en inmigración: a propósito de las estrategias de inserción de los musulmanes senegaleses. **Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social**, n. 4 (octubre 1996); pp. 59-76, 1996.
- LATOUR, B. **Reagregando o social**. São Paulo: Edusc, 2012.
- LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. In: CATTANI *et al.* (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**, p. 162-168, 2009.
- LAW, J. Notes on the theory of the actor-network: ordering, strategy, and heterogeneity. **Systems Practice**, v. 5, n. 3, p. 379-373, 1992.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Blackwell, 1991.
- LEVENSON, A. R.; MALONEY, W. F. **The informal sector, firm dynamics, and institutional participation**. The World Bank, 1998.
- LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. **The Manchester School**, 22(2), 139–191, 1954.
- LINDELL, I. **Africa's Informal Workers: Collective Agency, Alliances and Transnational Organising in Urban Africa**. London: Zed Books, 2010.

LISBOA, A. M. Socioeconomia solidária: marco conceitual latinoamericano. **Textos para discussão**, UFSC - CNM, 2004.

MACHADO-DA-SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, v. 15, n. 37, 2002.

MAIR, J.; HEHENBERGER, L. Front-stage and backstage convening: The transition from opposition to mutualistic coexistence in organizational philanthropy. **Academy of Management Journal**, v. 57, n. 4, p. 1174-1200, 2014.

MALONEY, W. F. Informality revisited. **World development**, v. 32, n. 7, p. 1159-1178, 2004.

MARQUES, W. D. S. **Migrações Internacionais: os imigrantes senegaleses residentes no município do Rio Grande/RS, 2011 - 2017**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2017.

MCNULTY, T.; STEWART, AI. Developing the governance space: A study of the role and potential of the company secretary in and around the board of directors. **Organization Studies**, v. 36, n. 4, p. 513-535, 2015.

MEJÍA, M. R. G.; SCAPIN, M. A Loja de Mohamed. Espaços transnacionais, práticas muçulmanas e relações de gênero entre migrantes senegaleses numa pequena cidade do Rio Grande do Sul. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 27, n. 56, p. 139-158, 2019.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. **American journal of sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MIRAFTAB, F. Insurgent planning: Situating radical planning in the global south. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009.

MIRANDA, J. G.; ROMEU, A. M. Las estructuras asociativas de los senegaleses en España. **Revista Internacional de Sociología**, v. 71, n. Extra - 1, p. 91-115, 2013.

MITLIN, D. With and beyond the state—co-production as a route to political influence, power and transformation for grassroots organizations. **Environment and Urbanization**, v. 20, n. 2, p. 339-360, 2008.

MOCELLIN, M. C. Deslocamentos e trabalho ambulante entre jovens senegaleses no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (orgs.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, p. 255-274, 2017.

MOLINERO-GERBEAU, Y.; AVALLONE, G. El trabajo ambulante: entre derecho a la ciudad y represión. **Migraciones. Publicación del Instituto Universitario de Estudios Sobre Migraciones**, n. 48, p. 21-50, 15 abr. 2020.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MONTENEGRO, M. R. **Globalização, Trabalho e Pobreza no Brasil Metropolitano**: O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MONTENEGRO, M. R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista geográfica venezolana**, v. 53, n. 1, p. 147-164, 2012.

MORENO-MAESTRO, S. La cofradía Mouride en la emigración senegalesa: ¿agente de desarrollo? In: GIMENO, J. C.; PALENZUELA, P. (Eds), **Culturas y desarrollo en el marco de la globalización capitalista** (pp. 199- 216). Sevilla: Fundación El Monte, 2005.

MORENO-MAESTRO, S. **Aquí y allí, viviendo en los dos lados**: los senegaleses de Sevilla, una comunidad transnacional. 2006.

MOSER, C. Informal sector or petty commodity production: dualism or dependence in urban development?. **World development**, v. 6, n. 9-10, p. 1041-1064, 1978.

NAM, K. M. Compact organizational space and technological catch-up: Comparison of China's three leading automotive groups. **Research Policy**, v. 44, n. 1, p. 258-272, 2015.

NAVARRA C.; SALIS E. L'associationnisme sénégalais en Italie: une revue de la littérature. (**Document de Travail 2011-02**). Paris: IRD, 2011.

NEVES, D. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katalysis**, v. 11, p. 53-60, 2008.

OLIVEN, R. G.; DAMO, A. S. Entrevista com Keith Hart. **Horizontes Antropológicos**, n. 45, p. 371-394, 2016.

OIT - Organização Internacional do Trabalho - **Employment, incomes and equality: A strategy for increasing productive employment in Kenya**. International Labour Office, 1972.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Decent work and the informal economy**. Geneva: ILO, 2002.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização. **Uma globalização justa: criando oportunidades para todos**. – Brasília: MTE, Assessoria Internacional, 2005.

PARKER, C.; SCOTT, S.; GEDDES, A. Snowball sampling. **SAGE research methods foundations**, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R. **"A garantia soy yo": etnografia das práticas comerciais entre camelôs nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)**. 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A. (Ed.). **The informal economy: Studies in advanced and less developed countries**. JHU Press, 1989.

PORTES, A.; HALLER, W. The Informal Economy. **The handbook of economic sociology**, p. 403-425, 2010.

RABASA, J. P.; FONNEGRA, V. J. La criminalización de la migración y el rol de las transnacionales en los países de destino: el caso de senegaleses en Barcelona y Buenos Aires. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As Américas**, v. 13, n. 1, p. 107-139, 10 jan. 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAO, H.; DUTTA, S. Free spaces as organizational weapons of the weak: Religious festivals and regimental mutinies in the 1857 Bengal Native Army. **Administrative Science Quarterly**, v. 57, n. 4, p. 625-668, 2012.

RAZETO, L. *et al.* **Las Organizaciones Económicas Populares**. Santiago: Ediciones PET, 1983.

RAZETO, L. La veine populaire dans l'économie latinoaméricaine. **La Revue Nouvelle**, n.2, tome 93, fév. 1991.

RAZETO, L. **De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad en un Proyecto de Desarrollo Alternativo**. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993a.

RAZETO, L. **Los caminos de la economía de solidariedad**. Santiago: Vivarium, 1993b.

RIACH, K.; WILSON, F. Bodyspace at the pub: Sexual orientations and organizational space. **Organization**, v. 21, n. 3, p. 329-345, 2014.

RICCIO, B. Senegalese street-sellers, racism and the discourse on 'irregular trade' in Rimini. **Modern Italy**, v. 4, n. 2, p. 225-239, 1999.

RICCIO, B. Transnational Mouridism and the Afro-Muslim Critique of Italy. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 30, n. 5, p. 929-944, 2004.

RICCIO, B. Les associations de Sénégalais en Italie. Construction de citoyenneté et potentialités de co-développement. **Revue Asylon(s)**, n. 3, 2008.

- RICHARDSON, J.; MCKENNA, S. Reordering spatial and social relations: A case study of professional and managerial flexworkers. **British Journal of Management**, v. 25, n. 4, p. 724-736, 2014.
- ROBERTO, S. A. A. **Senegaleses e o comércio ambulante em Pelotas-RS: etnografia do encontro, acolhimento e dispersão**. 2018. 147f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.
- ROMERO, F. L. Islã, parentesco e ritual na irmandade religiosa Mouridiyya: percursos da etnografia no contexto da imigração de africanos senegaleses no Brasil. In: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (orgs.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, p. 255-274, 2017.
- ROSS, E. Globalising Touba: Expatriate Disciples in the World City Network. **Urban Studies**, v. 48, n. 14, p. 2929-2952, 9 fev. 2011.
- SALEM, G. De la brousse sénégalaise au Boul'Mich: le système commercial mouride en France (From Senegal's Bush-Country to the Latin Quarter: The'Murid'Trade System in France). **Cahiers d'études africaines**, p. 267-288, 1981.
- SALIS, E.; NAVARRA, C. Una Comunità di Associazioni: rassegna della letteratura sull'associazionismo senegalese in Italia. **Forum Internazionale ed Europeo di Ricerche sull'Immigrazione**, 2010.
- SANTOS, M. "Le rôle moteur du tertiaire primitif dans les villes du Tiers Monde". **Civilisations**, 18 (2): 1-16. 1968. (também em SANTOS, M. (ed.). Dix essais sur les villes des pays sous-développés. Paris, Ophrys, 1970).
- SANTOS, M. L'économie pauvre des villes des pays sous-développés". **Les Cahiers d'Outre Mer**, 25 (9), 105-122, 1971a.
- SANTOS, M. **Les villes du Tiers Monde**. Paris, Génin, 1971b.
- SANTOS, M. Los dos circuitos de la economía urbana en los países subdesarrollados. **JC Funes**, p. 69-99, 1972.
- SANTOS, M. **L'espace partagé**. Les deux circuits de l'économie urbaine et leurs répercussions spatiales. Paris, Editions Libraires Techniques, M. Th. Génin, 1975.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo, Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Edusp, 2003.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. Edusp, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SAQUET, M. A.; DA SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo Uerj**, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SCHATZKI, T. R. Introduction: practice theory. In: SCHATZKI, T. R.; KNORRCETINA, K.; SAVIGNY, E. V. (Org.). **The practice turn in contemporary**. London: Routledge, 2001.

SCHATZKI, T. R. **The site of the social**: a philosophical account of the constitution of social life and change. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2002.

SCHATZKI, T. R. A new societist social ontology. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 33, n. 2, p. 174-202, 2003.

SCHATZKI, T. R. The sites of organizations. **Organization Studies**, v. 26, n. 3, p. 465-484, 2005.

SCHATZKI, T. Spaces of practices and of large social phenomena. **Espaces Temps**, 24 (03), 2015.

SCHMIDT, O. **Islam, solidariedade e trabalho**. I muridi senegalesi in Italia. Fondazione Giovanni Agnelli, Torino, 1994.

SCOTT, W. R. Conceptualizing organizational fields: Linking organizations and societal systems. **Systemrationalität und partialinteresse**, p. 203-221, 1994.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil**. Brasília: TEM, SENAES, 2006.

SHORTT, H. Liminality, space and the importance of 'transitory dwelling places' at work. **Human Relations**, v. 68, n. 4, p. 633-658, 2015.

SILVEIRA, M. L. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos del CENDES**, v. 21, n. 57, p. 1-21, 2004.

SILVEIRA, M. L. Crises e Paradoxos da Cidade Contemporânea: os Circuitos da Economia Urbana. In: **Anais do X SIMPURB**, Florianópolis, 2007a.

SILVEIRA, M. L. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. **Revista eure**. Santiago de Chile, v. XXXIII, n. 100, p. 149-164, diciembre de 2007b.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp – Espaço e Tempo (On-line)**, v. 19, n. 2, p. 246-262, ago. 2015.

SINGER, P. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, G; LARA, F.; COSTA, B (orgs). **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2002b.

SINGER, P. A economia solidária no Brasil. Autogestão como resposta à crise do emprego. São Paulo: **Contexto**, 2003.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 57-72, 2009.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOW, P. Prácticas comerciales transnacionales y espacios de acción de los senegaleses en España. **Migración y desarrollo. Estudios sobre remesas y otras prácticas transnacionales**. Córdoba, CSIC, p. 235-254, 2004.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

STOCCHIERO, A. Learning by doing: Il transnazionalismo dei migranti per lo sviluppo locale nel programma MIDA Italia-Ghana/Senegal. **CESPI: Roma**, 2008.

STURDY, A. *et al.* Guess who's coming to dinner? Structures and uses of liminality in strategic management consultancy. **Human Relations**, v. 59, n. 7, p. 929-960, 2006.

TAVARES, M. A. A; DANTAS, A. Os dois circuitos da economia urbana em João Câmara, Brasil. **Mercator**. Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 57-73, 2012.

TAVARES, M. A. A. O circuito inferior da economia urbana em cidades do semiárido potiguar. In: **Encontro Nacional de Geógrafos**, Belo Horizonte, 2012.

TAVARES, M. A. A. Elementos teóricos para compreensão dos dois circuitos da economia urbana no Rio Grande do Norte – Nordeste. **GeoTextos**, vol. 10, n. 1, p. 83-104, jul. 2014.

TAYLOR, S.; SPICER, A. Time for space: a narrative review of research on organizational spaces. **International Journal Of Management Reviews**, v. 9, n. 4, p. 325-346, dez. 2007.

TEDESCO, J. C. “Com a faca no pescoço”: trabalho, mercado e religião. a certificação halal e os imigrantes nos frigoríficos de aves no sul do país. **Revista Signos**, v. 37, n. 2, 2016.

TEDESCO, J. C. Apresentação da Parte III. In: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (orgs.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, p. 255-274, 2017.

TEDESCO, J. C.; GRZYBOVSKI, D. Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 1, p. 317-324, jun. 2013.

TEDESCO, J. C.; GRZYBOVSKI, D. Senegaleses no norte do Rio Grande do Sul: integração cultural, trabalho e dinâmica migratória internacional. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 18, n. 2, p. 336-355, jul./dez. 2011.

TEDESCO, J. C.; MELLO, P. A. T. Imigração e transnacionalismo religioso. Os senegaleses e a confraria Muride no centro-norte do Rio Grande do Sul. **Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)**, n. 30, 2015.

TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua fronteiras da economia popular e da economia informal. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, 2004.

TOZI, F. **Rigidez normativa e flexibilidade tropical: investigando os objetos técnicos no período da globalização**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

UEBEL, R. R. G. Panorama e perfil da imigração senegalesa no Rio Grande do Sul no início do Século XXI. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 28, p. 56-77, set. 2016.

UEBEL, R. R. G. Perfil da imigração africana no Brasil durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016): o caso dos senegaleses e oeste-africanos. **FORUM: Revista Departamento Ciência Política**, 18, 91-123. 2020

VOSCOBOINIK, S. R.; ZUBRZYCKI, B. Agencia y asociacionismo en contextos de violencia institucional: el accionar de migrantes senegaleses en la ciudad de La Plata (Argentina). **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 27, n. 56, p. 99-115, 2019.

WATSON, V. 'The planned city sweeps the poor away...': Urban planning and 21st century urbanisation. **Progress in planning**, v. 72, n. 3, p. 151-193, 2009a.

WATSON, V. Seeing from the South: Refocusing urban planning on the globe's central urban issues. **Urban Studies**, v. 46, n. 11, p. 2259-2275, 2009b.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Editora UNB, 1999.

WEICK, K. E. **The social psychology of organizing**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WEINFURTNER, T.; SEIDL, D. Towards a spatial perspective: an integrative review of research on organisational space. **Scandinavian Journal Of Management**, v. 35, n. 2, p. 1-30, jun. 2019.

WILKINSON, R. G. **Poverty and progress: An ecological perspective on economic development**. Taylor & Francis, 1973.

XAVIER, M. A. M.; CASTILLO, R. A. A reprodução do atacado distribuidor como um elo entre os dois circuitos da economia urbana no Brasil. **GEOUSP (USP)**, v. 29, p. 3-17, 2011.

ZAMORA, M. A. M.; AUGUSTIN, A. C.; SOUZA, A. S. B. A Uberização do Trabalho como Nova Articulação entre o Arcaico e o Moderno no Capitalismo Brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais - RBEO**, v. 8, n. 1, p. 55-86, 2021.

ZEPEDA, H. E. El mercadillo rebelde de Barcelona. Prácticas antidisciplinarias en la ciudad mercancía. **Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia**, n. 22 (1), p. 67-87, 2017.

ZIETSMA, C.; LAWRENCE, T. B. Institutional work in the transformation of an organizational field: The interplay of boundary work and practice work. **Administrative science quarterly**, v. 55, n. 2, p. 189-221, 2010.

ZUBRZYCKI, B. Senegaleses en Argentina: un análisis de la Mouridya y sus asociaciones religiosas. **Boletín Antropológico**, Buenos Aires, n. 81, p. 49-64, 2011.

ZUBRZYCKI, B.; AGNELLI, S. "Allá en África, em cada barrio por lo menos hay un senegalés that sale of viaje". La migración senegalesa en Buenos Aires. **Cuadernos de Antropología Social**, nº 29, pp. 135-152, 2009.